

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Maria Iris Pinto

**Acompanhamento de egressos e os desafios do ensino médio em uma Escola
de Educação Profissional do Ceará**

Juiz de Fora

2021

Maria Iris Pinto

**Acompanhamento de egressos e os desafios do ensino médio em uma Escola
de Educação Profissional do Ceará**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz de Basto Teixeira

Juiz de Fora

2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pinto, Maria Iris.

Acompanhamento de egressos e os desafios do ensino médio em uma escola de Educação Profissional do Ceará / Maria Iris Pinto. -- 2021.

182 p. : il.

Orientadora: Beatriz de Basto Teixeira

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2021.

1. Acompanhamento de egressos. 2. Ensino médio profissional. 3. Formação integral. 4. Mercado de trabalho. 5. Ingresso na universidade. I. Teixeira, Beatriz de Basto, orient. II. Título.

Maria Iris Pinto

Acompanhamento de egressos e os desafios do ensino médio em uma Escola de Educação Profissional do Ceará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 22 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a)Dr(a). Beatriz de Basto Teixeira - Orientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a)Dr(a). Kátiuscia Cristina Vargas Antunes

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a)Dr(a). Elimar Ponzzo Dutra Leal

Centro de Ensino, Pesquisa e Inovação (AEBES)

Juiz de Fora, 26/11/2021.

Documento assinado eletronicamente por **Elimar Ponzzo Dutra Leal**, Usuário Externo, em



22/12/2021, às 12:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz de Basto Teixeira, Usuário Externo**, em 22/12/2021, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katiuscia Cristina Vargas Antunes, Professor(a)**, em 02/02/2022, às 20:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0593475** e o código CRC **7E0BB706**.

Dedico este trabalho ao meu poderoso Deus, ser supremo e fonte de toda sabedoria.

Aos meus genitores, Joaquim Barbosa (em memória), quando em vida minha inspiração e Sebastiana pelo constante amor e exemplo de fortaleza.

Aos meus irmãos e irmãs pela compreensão quando não estive presente.

Ao meu grande amor Antônio Jair, pelo cuidado e apoio incondicionais.

Às minhas filhas gêmeas Natali e Nicole e meu filho Filipe Ângelo, meus maiores amores, é por vocês que busco meu crescimento pessoal e profissional.

A todos os meus amigos e amigas guardados(as) no meu coração.

AGRADECIMENTOS

Ao longo deste percurso pude contar com o apoio, compreensão e contribuição de muitas pessoas queridas. Conseguir vencer essa maratona e tornar real meu antigo sonho de ser mestra, graças ao incentivo de todos vocês, meus amigos, que, de pertinho, acompanharam minha jornada, cada um do seu jeito, colaborando como foi possível para minha vitória. Muitos amigos mesmo distantes foram importantes pois souberam compreender minha ausência. A todos, com muito carinho, obrigado.

De modo muito singular, quero agradecer:

À professora e orientadora Dra. Beatriz de Basto Teixeira, a quem tanto tenho admiração pela inteligência, paciência e generosidade. Por me apoiar e acreditar no meu sucesso e por contribuir de forma brilhante com o desenvolvimento desta pesquisa, sempre disposta a ensinar e ajudar no meu crescimento.

A todos os professores do curso de mestrado pelos ensinamentos enriquecedores.

À Secretaria de Educação por proporcionar aos seus docentes esta rica oportunidade de formação profissional.

De forma especial a Marina Furtado Terra pelas ricas contribuições, pelo incentivo, pela compreensão que sempre me dispensou e por acreditar e confiar em mim.

Às professoras Elimar Leal e Katiuscia Vargas pelas ricas contribuições durante as bancas de qualificação e defesa.

Aos meus amigos e colegas mestrandos, Ferreira, Ricardo, Jerfson, Anderson e Katia pela parceria, e especialmente minhas amigas Verônica e Geovana sempre presentes e dispostas a ajudar e encorajar nos momentos de dificuldades, mas também de alegrias.

Aos meus companheiros e companheiras de trabalho da Escola: Elizeuda, Assunção, Sueli, Paula Corpe, Azevedo, Elvis, Samartyni, Jefferson, Luís Felipe, Marcos, Diego, Leonardo e Vanduézia, pelas relevantes contribuições durante a pesquisa, compreendendo a importância do momento.

À toda minha família, mãe, irmãos, irmãs, cunhados, cunhadas, sobrinhos, sobrinhas e principalmente meu filho e filhas pela forte torcida de que eu conseguiria.

À Taimara Rodrigues minha fiel colaboradora por cuidar com tanto zelo de meus filhos e de meu lar durante todo esse período de estudos.

Ao meu esposo Jair que, mesmo sem muitas vezes entender minhas muitas ausências, sempre torceu por mim e me incentivou reafirmando nosso amor e parceria de vida.

Com o acompanhamento de egressos, a escola deixa de ser apenas local de transmissão de um saber elaborado e passa a ter um compromisso social, envolve-se na verdadeira realidade de atuação de seus egressos, buscando conhecer as condições de trabalho em que atuam, as atividades que desenvolvem, as dificuldades enfrentadas em termos de conhecimento geral e técnico, as novas exigências do mercado de trabalho, devido as constantes inovações tecnológicas. (MACHADO, 2001, p. 46).

RESUMO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Criada em 2012 como parte do processo de expansão da rede estadual de escolas profissionais do estado, a EEEP JRD, situada no interior do Ceará, é palco da presente pesquisa que trata do acompanhamento de egressos. O estudo tem como questão norteadora: Como o acompanhamento de egressos poderia subsidiar a gestão da oferta dos cursos técnicos na escola? Seu objetivo é verificar se é feito esse acompanhamento, como é feito e possibilidades de aperfeiçoamento para contribuir com o planejamento da oferta de cursos. Trata do ensino médio e profissional e seus desafios históricos, da política do Ceará nesse âmbito, com foco na criação das escolas profissionais numa abordagem a partir das bases legais e em consultas a documentos oficiais do Governo do Estado. Informações foram coletados em fontes documentais da escola, produzindo-se os dados secundários. Ainda como referência do capítulo descritivo tem-se a legislação brasileira (BRASIL, 1988; 1996; 2007; 2017) e os estudos de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Krawczyk (2011), Ferreti (2018), dentre outros. Referenciando o capítulo analítico tem-se Machado (2001), Lousada e Martins (2005), Cerqueira *et al.* (2009), Michelan *et al.* (2009), Santos e Sousa (2015), Simon e Pacheco (2017), Pereira e Oliveira (2019), dentre outros autores que tratam da importância do acompanhamento de egressos pelas instituições de ensino. O tema aqui estudado é relevante pela vivência da autora como gestora da escola que lhe permite contextualizá-la, descrevê-la e tratar dos critérios para escolha de cursos identificando através da pesquisa de campo os desafios que ainda precisam ser superados referentes a este tema. Partindo dos dados coletados na pesquisa documental e com base na análise das entrevistas estruturadas realizadas com os agentes escolares, ficou evidente que a escola não possui um sistema de acompanhamento aos seus egressos que possa subsidiar seu planejamento. Sendo assim, foi elaborado um Plano de Ação Educacional com propostas de ações para implementação de um sistema de acompanhamento aos egressos da escola através de pesquisas aos egressos e a criação de uma rede de comunicação.

Palavras-chave: Ensino médio profissional. Mundo do trabalho. Acompanhamento de egressos.

ABSTRACT

This Master's thesis is developed in the Professional Graduate Program in Management and Educational Evaluation of the Center for Public Policy and Educational Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). It was created in 2012 as a part of a growth process of the state system of the professional schools, the JRD School, in the country of Ceará, is the stage of this project that focus on the monitoring of former students. This work has a leading question: How could the monitoring of former students the management of the supply of technical courses at school? Its goal is to check this monitoring process if it has been done and improvement possibilities to contribute to the planning of course offerings. It deals with professional and high school and their historical challenges, from policy of Ceará in this area, focusing on the creation of professional schools in an approach based on the legal bases and consulting official documents from the State Government. Data were collected from the school's documentary sources, producing the secondary data. Also, as a reference of the descriptive chapter is the Brazilian legislation (BRASIL, 1988; 1996; 2007; 2017) and the studies of Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Krawczyk (2011), Ferreti (2018), among others. Referring to the analytical chapter we have Machado (2001), Lousada e Martins (2005), Cerqueira *et al.* (2009), Michelan *et al.* (2009), Santos e Sousa (2015), Simon e Pacheco (2017), Pereira e Oliveira (2019), among other authors that deal with the importance of monitoring the former students by educational institutions. The theme studied here is relevant because of the author's experience as a school manager that allows her to contextualize it, describe it, and deal with the criteria for choosing courses, identifying through research the challenges that still need to be overcome about this theme. From the data collected in the documentary research and based on the analysis of the structured interviews conducted with the school agents, it became evident that the school does not have a system for monitoring its former students that subsidizes its planning. Thus, an Educational Action Plan was developed with proposals for actions to implement a follow-up system to former students through documentary research and the creation of a communication network.

Keywords: Professional High School. World of work. Monitoring of former students.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Seleção EEEP JRD – 2017 a 2020 (concorrência).....82
Gráfico 2	Aprovação em Instituições de Ensino Superior, pública e privada.....86

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Dados do IDEB Nacional – Ensino fundamental e médio (2005-2021).....	27
Figura 2	Evolução dos alunos da 3ª série do Ensino Médio das Escolas Regulares e das Escolas Estaduais de Educação Profissional em proficiência em Português e Matemática, no período 2010-2013.....	50
Figura 3	Comparação percentual entre a inserção de egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional no mercado de trabalho e aprovação na universidade, no Ceará, de 2011 a 2014.....	51
Figura 4	Distribuição da população de Trairi por sexo e grupos de idade – 2010.....	59
Figura 5	Enseada litorânea das praias de Trairi/CE.....	60
Figura 6	Número de estabelecimentos e empregos formais no Município de Trairi/CE – 2011-2017.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Equipe escolar da EEEP JRD – ano 2020	67
Quadro 2	Servidores EEEP JRD – ano 2020	69
Quadro 3	Oferta de cursos técnicos pela EEEP JRD de 2012 – 2020	75
Quadro 4	Perfil profissional e campo de atuação do técnico por curso	76
Quadro 5	Perfil dos professores e coordenadores técnicos entrevistados	92
Quadro 6	Perfil dos entrevistados – coordenadores escolares	93
Quadro 7	Ações 1 e 2 do PAE na ferramenta 5W2H	157
Quadro 8	Ação 3 do PAE na ferramenta 5W2H	159
Quadro 9	Ação 4 e 5 do PAE na ferramenta 5W2H	161
Quadro 10	Ação 6 do PAE na ferramenta 5W2H	162
Quadro 11	Ação 7 do PAE na ferramenta 5W2H	164
Quadro 12	Ações 8, 9 e 10 do PAE na ferramenta 5W2H	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Indicadores de rendimento e fluxo do ensino médio do Brasil – rede pública	29
Tabela 2	Desenvolvimento da Educação Profissional no Ceará, de 2008-2018	54
Tabela 3	Empregos formais e o saldo de empregos no município de Trairi em 2015	57
Tabela 4	Profissionais de saúde ligados ao Sistema Único de Saúde em Trairi – 2015	57
Tabela 5	Indicadores do turismo em Trairi de 2009 a 2016	62
Tabela 6	Cursos técnicos e sua carga horária	76
Tabela 7	Oferta e fluxo de alunos da EEEP JRD por turma/curso – 2012-2019	78
Tabela 8	Relação candidato/vaga para Enfermagem e Hospedagem 2012 a 2016	83
Tabela 9	Dados de aprovação em IES no período de 2014 – 2019	107

LISTA DE SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
AHTRA	Associação de Hotéis e Pousadas de Trairi
ASG	Auxiliar de Serviços Gerais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEJOVEM	Centro Educacional para a Juventude
CENTEC	Centro Vocacional Tecnológico
CF	Constituição Federal
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
COEDP	Coordenadoria de Educação Profissional
COG	Centro de Operação da Geração
CPTD	Contrato por Tempo determinado
CVT	Centro Vocacional Tecnológico
CVTEC	Centro Vocacional Técnico
EEEP	Escola Estadual de Educação Profissional
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional Tecnológica
FATEC	Faculdades Tecnológicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPECE	Instituto de Pesquisas Econômicas do Ceará
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MT	Mundo do Trabalho
MW	Megawatt
ONGs	Organização Não Governamental
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste

PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROUNI	Programa Universidade para todos
PV	Projeto de Vida
SAA	Sistema de Acompanhamento de Aquisições
SECITECE	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado do Ceará
SICE	Sistema Informatizado de Captação de Estágios
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará
SIGE	Sistema Integrado de Gestão Escolar
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO – DESAFIOS E POSSIBILIDADES	22
2.1	OS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL	23
2.2	A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ E AS EEEPS	37
2.3	O CONTEXTO DA EEEP JRD.....	55
2.3.1	O Município de Trairi	56
2.3.2	A Escola Estadual de Educação profissional de Trairi	65
2.3.3	Cursos ofertados e alunos diplomados	74
2.3.4	O acompanhamento aos egressos	84
3	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO FUTURO DOS JOVENS	89
3.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	89
3.2	O QUE A PESQUISA NOS REVELA	94
3.2.1	Formação profissional e cumprimento da função social da escola.	94
3.2.2	Qualidade da formação técnica – avaliação dos cursos	114
3.2.3	Desafios do planejamento da oferta de cursos	126
3.2.4	A importância do acompanhamento aos egressos	136
4	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: UMA PROPOSTA DE ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS NA EEEPJRD	151
4.1	O SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS	155
4.1.1	Interação com instituições concedentes de estágio	155
4.1.2	Divulgação para as escolas do município, das formas de ingresso na escola profissional	158
4.1.3	Criação de uma rede de comunicação (<i>networking</i>), para fortalecer o vínculo com os egressos através de um e-mail, de grupo e uma comunidade virtual	159
4.1.4	Registro da inserção no mercado de trabalho	162
4.1.5	Assembleias com a comunidade escolar para discutir critérios e possibilidades de oferta dos cursos	163

4.1.6	Pesquisa longitudinal com os egressos	164
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
	REFERÊNCIAS	171
	APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Estruturada aplicada aos Agentes Escolares: Coordenador de Curso Técnico, Professores Orientadores de Estágio e Coordenadores Escolares	181

1 INTRODUÇÃO

O projeto de escola profissional no Ceará data de 2008, quando o governo do Estado ampliou a oferta de ensino médio motivado pelo Programa Federal Brasil Profissionalizado, que apoiou os estados na expansão da educação profissional. Estimulado pelo Programa, o Estado criou as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) com jornada escolar em tempo integral. O intuito foi oferecer novas oportunidades para a juventude cearense e fortalecer o exercício da cidadania e a preparação para o trabalho como aponta o documento elaborado pela equipe da Coordenadoria de Educação Profissional da Secretaria de Educação (COEDP/SEDUC), intitulado “RELATÓRIO DE GESTÃO – O pensar e o fazer da educação profissional no Ceará 2008 – 2014 (CEARÁ, 2014).

Inicialmente foram implantadas 25 escolas, distribuídas em 20 municípios, para ofertar quatro cursos técnicos de nível médio integrado: Informática, Guia de Turismo, Segurança do Trabalho e Enfermagem, com uma matrícula de 4.181 alunos. A EEEP JRD, localizada no município de Trairi, fez parte do processo de expansão dessa rede de escolas e foi inaugurada em 2012, sendo a 94ª do Ceará. Os primeiros cursos foram indicados pela SEDUC observando os mesmos critérios das escolas anteriores, “as características socioeconômicas do Município, em diálogo com os projetos estratégicos do Governo Estadual no que se refere ao desenvolvimento econômico e produtivo do Ceará” (CEARÁ, 2014, s/p), na época Edificações, Eletrotécnica, Enfermagem e Hospedagem.

Minha experiência na gestão da EEEP JRD, se iniciou no ano de 2015 como Coordenadora Escolar da área técnica, desempenhando as funções inerentes ao processo do estágio, dentre elas, apoiar os coordenadores de curso e orientadores de estágio, acompanhar em parceria com a equipe escolar o desempenho acadêmico dos alunos, orientar, monitorar e avaliar as atividades do estágio. Em março de 2018 fui nomeada ao cargo de Diretora Geral, após ser aprovada no processo seletivo específico¹. É deste lugar, como diretora da escola, que proponho pesquisar as possibilidades que os egressos oferecem em termos de informação

¹ Processo seletivo realizado em duas etapas. A primeira composta por uma Prova escrita sobre conhecimentos relativos à educação profissional e análise de currículo. A segunda fase constituída por um Curso de fundamentação, uma Avaliação comportamental realizada por uma equipe de psicólogos e a entrevista ao final.

sobre seu percurso formativo e trajetória pós escolar, como forma de auxiliar o planejamento da escola e colaborar com as definições sobre a oferta dos cursos e os conteúdos a serem ministrados.

O diretor de uma EEEP no Ceará tem algumas atribuições específicas. Para exercê-las precisa conhecer a filosofia de gestão das EEEP – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), bem como dispor de habilidades para outras funções, como planejar e organizar o trabalho na escola, acompanhar a rotina administrativa, financeira e pedagógica e promover a avaliação dos resultados escolares. Outro aspecto relevante é a postura de liderança do diretor que, junto a equipe escolar, deve gerenciar e utilizar as ferramentas de gestão como o Plano de Ação e o Projeto Político Pedagógico de modo que a missão, os objetivos estratégicos e as metas da escola contribuam para o alcance dos resultados esperados.

Para além das funções do diretor escolar, uma das questões que me inquieta é responder à consulta da SEDUC sobre a oferta de cursos sem conhecer a real situação da eficácia dos cursos ofertados, no que se refere à contribuição que trouxeram para a vida profissional ou acadêmica dos alunos que já concluíram o ensino médio técnico, uma vez que não identifico, na prática escolar, a pesquisa com egressos.

A escola já diplomou 852 técnicos no período de 2012 a 2019 e queremos saber sobre a atividade profissional desempenhada por esses egressos, se corresponde ou não à área técnica cursada na escola, se a mão de obra está sendo utilizada no Município ou fora dele. Buscaremos ainda, informações sobre o prosseguimento nos estudos em nível superior. Esses dados sistematizados são considerados relevantes para o aprimoramento do trabalho como gestora escolar.

O presente estudo é relevante na medida em que possibilitará realizar uma pesquisa sobre ações realizadas pela escola, de escuta aos egressos, considerando aspectos da sua vida pessoal, influência do curso na sua carreira profissional, progresso na vida acadêmica e ingresso no mercado de trabalho. Estas informações poderão ser consideradas na definição dos cursos a serem ofertados para que possamos oferecer uma escola melhor para a juventude do nosso Município.

A pesquisa nos ajudará a perceber se a escola realiza processos de acompanhamento aos seus egressos e se existe algum sistema com esses dados. Para isso far-se-á consulta ao acervo documental, em relatórios da coordenação e

secretaria da escola, SIGE escola e outros registros a fim de encontrarmos evidências para comprovar ou não a existência deste acompanhamento. A partir dessa busca nos propomos responder a seguinte questão de investigação: **Como o acompanhamento de egressos poderia subsidiar a gestão da oferta dos cursos técnicos na escola?** Para responder esta questão, através do presente estudo, tem-se como objetivo geral verificar se é feito acompanhamento de egressos na escola, como é feito e quais as possibilidades para aprimoramento do planejamento de oferta de cursos. Como objetivos específicos indicamos: i) fazer uma descrição da escola, abordando os registros dos critérios utilizados para escolha dos cursos ofertados, bem como dados dos egressos; ii) identificar os desafios que precisam ser superados e os fatores a ser melhorados no acompanhamento de egressos; e iii) propor um PAE que possibilite criar processos de sistematização de dados sobre os alunos e dos cursos ofertados, oportunizando desta forma decisões mais democráticas quanto a oferta destes cursos.

Este trabalho está organizado em três capítulos divididos em seções e subseções, atendendo aos objetivos específicos propostos para a pesquisa. Iniciamos com este capítulo introdutório e, a seguir, no segundo capítulo de caráter descritivo, apresentamos o caso de gestão foco da pesquisa. Inicialmente, apresentamos os desafios historicamente evidenciados no ensino médio brasileiro, trazendo a educação profissional para esse contexto. Em seguida, abordamos a política de educação profissional no estado do Ceará a partir do ano de 2008 com a implantação da rede de escolas estaduais de educação profissional, uma proposta diferenciada para o ensino médio, ofertado de forma integrada e em tempo integral. E para finalizar, na última seção, apresentamos a escola pesquisada, enfatizando aspectos estruturais, administrativos e pedagógicos e o município onde a escola está inserida.

O terceiro capítulo apresenta a pesquisa de campo realizada com os sujeitos da escola que, em suas funções, contribuem para a formação dos estudantes da EEEP JRD, universo do estudo de caso. É composto por duas seções, a primeira apresenta os aspectos metodológicos da pesquisa, os instrumentos da coleta de dados e os atores escolares selecionados, justificando a escolha destes. A segunda seção, parte dos dados coletados na pesquisa de campo e procede à análise crítica deles à luz dos autores que trazemos como referência: Machado (2001), Lousada e Martins (2005), Cerqueira *et al.* (2009), Michelan *et al.* (2009), Santos e Sousa

(2015), Simon e Pacheco (2017), Oliveira (2019), dentre outros. A referida análise revela que na escola pesquisada não há um acompanhamento sistemático aos egressos, revelando também a importância que uma pesquisa dessa natureza tem para uma instituição.

Respondemos à nossa questão de investigação e obtemos elementos para construção do Plano de Ação Educacional – uma proposta de acompanhamento aos egressos na EEEP JRD, no quarto capítulo desse trabalho.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO – DESAFIOS E POSSIBILIDADES

O objetivo principal deste capítulo é apresentar a escola pesquisada, abordando o seu contexto, os registros dos critérios utilizados para escolha dos cursos ofertados, além dos dados encontrados sobre os egressos.

Compõem este capítulo, os dados provenientes da análise documental, obtidos por meio do acesso a documentos constantes nos sítios eletrônicos do Governo do Estado do Ceará e da Secretaria da Educação, página eletrônica da educação profissional, além de documentos impressos que possibilitaram o levantamento de informações relevantes para a nossa análise como as matrizes dos cursos, os perfis, dentre outros. Os documentos oficiais utilizados (Leis, Portarias, Decretos e outros) foram necessários para evidenciar o processo de implantação e expansão da educação profissional no estado do Ceará bem como para ampliar a visão da pesquisadora sobre o caso em estudo, subsidiando a análise correta das entrevistas realizadas.

Lançamos mão de alguns dados secundários, obtidos através do SIGE² escola e do Censo escolar, Relatório anual e demais registros escolares, para conhecer sobre os resultados internos. Além dos resultados de desempenho nacional, apresentado através de dados publicados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP).

Na primeira seção, contextualizamos o ensino médio e a educação profissional na legislação brasileira em vigor, apontando os desafios existentes na atualidade. Trazemos como referência esta legislação (BRASIL, 1988; 1996; 2014; 2018) e os estudos de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Garcia (2009) e Krawczyk (2011), Ferreti (2018), dentre outros.

Na segunda seção, descrevemos a política de educação profissional no estado do Ceará, iniciada em 2008, a partir da base legal (leis, portarias e decretos), os documentos que referendam o processo de implantação da rede de escolas estaduais de educação profissional na qual está inserida a escola pesquisada.

² Sistema Integrado de Gestão Escolar, o sistema integra o acadêmico, professor online, a lotação, o aluno online, ENEM, organismos colegiados, dentre outros. Disponível em: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>.

E na última seção, descrevemos o contexto escolar, seus aspectos estruturais, administrativos, pedagógicos bem como os seus indicadores de desempenho. Descrevemos ainda o município de Trairi, onde conhecemos o contexto municipal onde os alunos egressos estão inseridos, público-alvo do caso de gestão aqui relatado.

2.1 OS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Iniciamos esta seção onde abordamos os desafios do Ensino Médio e da Educação Profissional fazendo um recorte a partir da redemocratização do ensino, especificamente na década de 80, marco da atual constituição do país, promulgada em 1988. A atual Constituição Federal (CF), também chamada constituição cidadã³, em seu artigo 205 estabelece “a educação como direito de todos e dever do Estado e da família” e prevê o desenvolvimento pleno da pessoa “seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). O texto da CF, aprovada em 1988, não previa a obrigatoriedade do ensino médio, mas estabelecia no inciso II do artigo 208 a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio” (BRASIL, 1988), não havendo divisão entre ensino profissional e propedêutico.

Uma significativa reforma educacional dos anos 90 se iniciou com a Conferência Mundial de Educação para todos, sediada em Jomtien, na Tailândia, em 1990. Financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial. A Conferência teve como um de seus resultados o Plano Decenal de Educação (PDE) (1993-2003), onde foram traçados os rumos para a educação no E-9, grupo de nove países, com os piores indicadores de aprendizagem, dentre eles o Brasil. O foco do PDE era “satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem” (UNICEF, recurso *online*).

³ Constituição cidadã, assim chamada por ampliar o rol dos direitos sociais, entre eles o direito à educação.

Visando expandir a educação profissional no País, em 1994 foi instituído através da Lei nº 8.948/1994, o Sistema Nacional de Educação Tecnológica que transformou as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agro Técnicas Federais nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), a nível federal.

A nova Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, trouxe o capítulo III específico para a educação profissional e tecnológica, enfocando a necessidade de formação para a vida produtiva (BRASIL, 1996).

Em 1997, após a nova LDB, o presidente Fernando Henrique Cardoso, regulamentou a educação profissional, criando o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Com caráter de reforma, “estabeleceu a separação compulsória entre o ensino médio e a educação profissional” (BRASIL, 1997), através do Decreto 2.208/1997.

Por estabelecer esta separação, os autores Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos consideraram este decreto, um retrocesso,

Enquanto o primeiro projeto de LDB sinalizava a formação profissional integrada à formação geral nos seus múltiplos aspectos humanísticos e científico-tecnológicos, o Decreto nº 2.208/97 e outros instrumentos legais (como a Portaria n. 646/97) vêm não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 3)

O Decreto 2.208/97 (BRASIL, 1997) objetivava maior qualificação profissional aos trabalhadores nos níveis *básico, técnico e tecnológico*, para atender as exigências do atual mercado de trabalho, porém caminhava na contramão do que preconizava a LDB (BRASIL, 1996) quanto as finalidades do ensino médio de promover o desenvolvimento do aluno numa dimensão integral, aprimorando-o como pessoa humana, incluindo a formação ética e o pensamento crítico, o preparo para exercer a cidadania e a qualificação para o trabalho, articulando ciência, tecnologia, cultura e trabalho (BRASIL, 1996, p.14-15).

A nova LDB (BRASIL, 1996) resultante da reforma educacional dos anos 90, marcou o início de importantes mudanças na educação brasileira. Nesse contexto de mudanças, foi criado em 1998, através da Portaria 438 do Ministério da Educação, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com o propósito de avaliar o desempenho

dos alunos ao final da educação básica. O exame foi criado com os seguintes objetivos:

I – Conferir ao cidadão parâmetro para autoavaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho; II – Criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio; III – Fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior; IV – Constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio. (BRASIL, 1998)

No ano 2004, em meio a um processo polêmico envolvendo a sociedade civil, foi aprovado, no Governo Lula, o Decreto 5.154/2004, que revogou o Decreto 2.208/1997 e trouxe a possibilidade de reintegração entre o ensino médio e o ensino profissional, apesar de não garantir a sua implementação.

O decreto 5.154/2004, ainda vigente, estabelece em seu artigo 4º que a educação profissional técnica de nível médio dar-se-á de forma articulada com o ensino médio podendo ocorrer de três formas distintas: integrada – oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental; concomitante – oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio; e subsequente – oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004). O referido artigo possibilita a forma integrada do currículo para o ensino profissional técnico de nível médio, com matrícula e certificação única. Essa nova concepção da educação profissional é apresentada por Garcia (2009) como uma possibilidade de ruptura da dualidade estrutural historicamente presente no ensino médio,

A integração é tomada como forma para que os conhecimentos científicos e tecnológicos sejam consolidados em nível médio, construindo uma identidade desta etapa da educação básica, no qual a profissionalização é uma possibilidade, uma alternativa de Ensino Médio que busca romper com o modelo de uma escola para os trabalhadores, centrada nas práticas laborais e, uma escola centrada nas atividades teóricas para a formação de dirigentes. (GARCIA, 2009, p.70)

O novo decreto (BRASIL, 2004) trouxe expectativas dessa superação e das disposições do Decreto 2.208/1997. É válido considerar que, mesmo o ensino médio sendo integrado de matrícula única, não garantia a integração defendida por

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), em que a oferta na forma integrada precisava articular o ensino médio e educação profissional sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. Era preciso definir novas diretrizes curriculares para o ensino médio e educação profissional, para atender à nova concepção político-pedagógica, no entanto, foram mantidas as já existentes. Por essa razão, os autores consideraram não haver novidade, pois somente o fato da simultaneidade não garantia a nova concepção de formação integral como prescreve o Art. 4º do referido decreto em seu parágrafo segundo, em que as instituições de ensino devem, de acordo com a LDB, assegurar, de modo simultâneo, a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas.

Um ano após o decreto 5.154/2004, no ano 2005, os indicadores educacionais do ensino médio estavam em queda. De acordo com Acácia Kuenzer (2011), os dados de fluxo escolar no período de 2000 a 2005 apresentavam aumento nas taxas de repetência de 18,65% para 22,6% e evasão de 8,0% para 10,0% para o período de cinco anos.

A qualidade da educação brasileira, especialmente a educação básica, sempre se mostrou um grande desafio. Em meio a necessidade de melhorar esta qualidade e como possibilidade de monitoramento foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que passou a ser o principal indicador de mensuração da qualidade da educação brasileira. O índice combina a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala em Língua Portuguesa e Matemática e a taxa de aprovação, indicador que influencia o fluxo escolar. O IDEB estabeleceu metas intermediárias de melhoria do ensino a partir do estágio de desempenho que a unidade (Escola, Município, Estado e País) se encontrava em 2005. Para cada unidade, foi proposto uma trajetória, de modo que no conjunto, o País alcance a meta ao final do período estabelecido, conforme aponta o resumo técnico do IDEB 2019, em sua versão preliminar, Brasil (2020):

A construção das metas considerou o ajustamento de uma função logística a partir dos parâmetros iniciais observados em 2005 e a convergência dos IDEB de todas as unidades (escolas, municípios e estados) em 2095, vislumbrando a possibilidade de “promoção da equidade” no horizonte da projeção. (BRASIL, 2020, p. 11)

As metas são projeções que devem ser referência para as escolas, se forem alcançadas demonstram maior aprendizagem dos estudantes e sugerem a busca de novos desafios.

A figura 1 apresenta o estágio de desempenho em 2005 e o IDEB do país no período de 2007 a 2019 para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio, nas diversas redes de ensino, apresentando ainda as metas previstas até o ano 2021.

Figura 1 – Dados do IDEB nacional – Anos finais do ensino fundamental e ensino médio (2005-2021)

Anos Finais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado								Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	4.7	4.9	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5
Dependência Administrativa																
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	4.2	4.5	4.7	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	4.1	4.3	4.5	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	4.6	4.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	6.1	6.4	6.4	5.8	6.0	6.2	6.5	6.8	7.0	7.1	7.3
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	4.2	4.4	4.6	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.2

Ensino Médio

	IDEB Observado								Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7	3.8	4.2	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2
Dependência Administrativa																
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.5	3.9	3.1	3.2	3.3	3.6	3.9	4.4	4.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.3	5.8	6.0	5.6	5.7	5.8	6.0	6.3	6.7	6.8	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.5	3.9	3.1	3.2	3.4	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: Saeb e Censo Escolar.

Fonte: Portal Inep/Ideb (*online*), 2020.

Na segunda etapa do ensino fundamental, apesar do crescimento, a meta também não é atingida desde 2013, o que justifica o fato de muitos alunos ingressarem no ensino médio com inúmeras deficiências de aprendizagem.

Quanto ao ensino médio, os dados apresentados pelo IDEB mostram estagnação ao longo dos últimos anos, caminhando para o não atingimento da

meta⁴, em 2021. Apesar do crescimento em 2019, as metas projetadas não são atingidas desde 2013. O distanciamento entre os resultados e as metas revela a problemática em que se encontra a última etapa da educação básica. Se direcionamos nosso olhar para as redes de ensino, observamos que na rede pública os resultados são mais baixos e bem inferiores às metas previstas. Situação que sinaliza para a necessidade de ações de fortalecimento da educação pública, em busca da qualidade.

Objetivando expandir o atendimento e melhorar a qualidade da educação (BRASIL, 2007) e ainda preconizando “estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais” (BRASIL, 2007), foi criado no ano 2007 o Programa Brasil Profissionalizado⁵, através do Decreto 6.302.

Neste percurso, foi que em 2008 a Lei nº 11.741 (BRASIL, 2008) alterou alguns dispositivos da LDB, modificando os artigos 37, 39, 41 e 42 e inserindo uma nova seção no capítulo II “da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, com os artigos 36-A, 36-B, 36-C e 36-D, dando maior visibilidade a essa modalidade de ensino e visando atender ao decreto nº 5.154/ 2004. Enumeramos os parágrafos 1 e 2 do artigo 39 da Lei (BRASIL, 1996):

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (BRASIL, 1996)

⁴ A meta do IDEB para o Brasil é alcançar a média 6 até 2021, patamar educacional correspondente ao de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao>.

⁵ Programa Brasil Profissionalizado tem como objetivo fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica (EPT). O Programa presta assistência financeira a ações de desenvolvimento e estruturação do ensino médio integrado à educação profissional, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, mediante aprovação de propostas e celebração de convênios na forma da lei. O Programa possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (CEARÁ, 2014 s/p).

Foi somente no ano 2009, que o ensino médio se tornou obrigatório no país. A Emenda Constitucional nº 59 modificou o artigo 208 da Constituição Federal de 1988, ampliando a “obrigatoriedade da educação básica para a faixa dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 2009a).

Apesar da obrigatoriedade do ensino médio que convergiu para a universalização do acesso e a expansão de matrículas, de acordo com Krawczyk (2011) ainda não podemos falar que houve a democratização do ensino. A autora considera que:

O ensino médio é a etapa de ensino que provoca os debates mais controversos, seja pelos persistentes problemas do acesso e da permanência, seja pela qualidade da educação oferecida, ou ainda, pela discussão sobre a sua identidade. [...] As deficiências atuais do ensino médio no país são expressões da presença tardia de um projeto de democratização da educação pública no Brasil ainda inacabado, que sofre os abalos das mudanças ocorridas na segunda metade do século XX, que transformaram significativamente a ordem social, econômica e cultural, com importantes consequências para toda a educação pública. [...] E ainda persistem altos índices de evasão, reprovação e um grande percentual de jovens que ainda permanecem fora das escolas. (KRAWCZYK, 2011, p.754-5)

Comprovando a afirmação da autora apresentamos os dados históricos na tabela 1, que traz uma série histórica dos indicadores de rendimento e fluxo, a cada cinco anos, desde 2005. O intervalo de quase quinze anos nos revela a evolução destes resultados a cada período.

Tabela 1 – Indicadores de rendimento e fluxo do ensino médio do Brasil – rede pública

ANO	APROVAÇÃO %	REPROVAÇÃO %	ABANDONO %
2005	67,4	22,6	10,0
2010	85,3	13,4	11,5
2015	79,8	12,4	7,8
2019	84,7	11,2	5,3

Fonte: Elaboração própria (dados do portal Inep).

Apesar da melhoria nas taxas de evasão e reprovação, elas ainda são altas e se perpetuam até os dias atuais. Como podemos observar, no último ano, mais de

15% dos estudantes não conseguiu êxito na última etapa do ensino médio, ficando reprovado, ou abandonando a escola. As altas taxas de abandono e reprovação revelam que muitos jovens ainda não têm o direito a educação garantido pela lei. Não podemos falar em democratização, se o acesso é garantido, mas não se garante a permanência e a qualidade do ensino.

Ainda segundo Krawczyk (2011, p.756), “para além dos desafios da universalização do acesso e da igualdade de oportunidades”, também permanecem outros desafios nesse nível de ensino, os relacionados ao conteúdo a ser ensinado, à formação e remuneração do professor, à infraestrutura das escolas, à gestão escolar e aos investimentos públicos realizados. Todos estes fatores contribuem para que esta etapa de ensino seja muito problemática e palco de tantas discussões, especialmente pela falta de qualidade. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino Médio tratam de outros desafios também presentes no ensino médio,

Dentre os grandes desafios do Ensino Médio, está o de organizar formas de enfrentar a diferença de qualidade reinante nos diversos sistemas educacionais, garantindo uma escola de qualidade para todos. Além disso, também é desafio indicar alternativas de organização curricular que, com flexibilidade, deem conta do atendimento das diversidades dos sujeitos. (BRASIL, 2011, p.168)

É o grande desafio da escola, flexibilizar o ensino médio para atender a todos os alunos com qualidade e equidade, considerando a diversidade nacional e os anseios da juventude em suas múltiplas necessidades, uma tarefa que não é simples e que nem sempre a escola está preparada para dar conta. Com a universalização, a escola passou a receber muitos alunos, mas não sabe como fazer com que eles aprendam os saberes e conhecimentos necessários à sociedade atual.

O Parecer nº 07/2010 do Conselho Nacional de Educação apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica enfatizando a necessidade de atualização das diretrizes específicas, para que as políticas educacionais garantam o direito de todos à formação humana, cidadã e profissional, no ambiente escolar.

O Parecer nº 05/2011, que atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, faz referência à Educação Profissional Técnica de Nível Médio nestes termos: “importa que se configure um modelo que ganhe uma identidade unitária para esta etapa e que assuma formas diversas e contextualizadas da

realidade brasileira” (BRASIL, 2011, p. 29). Essa identidade se refere à necessidade de romper com o dualismo estrutural existente entre ensino médio geral e profissionalizante.

As autoras Ciavatta e Ramos (2011), discutem essa estrutura dualista que acompanhou o ensino médio no Brasil. Dualidade que contribuiu com a reprodução das desigualdades sociais ao longo do tempo,

No caso do ensino médio e da educação profissional, uma visão dual ou fragmentada expressa-se, historicamente, desde o Brasil Colônia, pela reprodução das relações de desigualdade entre as classes sociais, na separação entre a educação geral, como preparação para os estudos superiores, e a preparação imediata para o mercado de trabalho, funcional às exigências produtivas. (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 2)

A divisão entre a educação profissional e o ensino propedêutico, no ensino médio é uma marca histórica que reforça as desigualdades sociais existentes no Brasil. Uma dívida que persiste até os dias atuais.

O Parecer nº 11/2012 atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, visando atender a nova realidade do decreto 5.154 (BRASIL, 2004) e as importantes alterações feitas na LDB pela Lei 11.741 (BRASIL, 2008) especialmente para a educação profissional,

A atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ultrapassando os limites do campo estritamente educacional, considera o papel da Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento do mundo do trabalho, na perspectiva da formação integral do cidadão trabalhador. Portanto, deverá conduzir à superação da clássica divisão historicamente consagrada pela divisão social do trabalho entre os trabalhadores comprometidos com a ação de executar e aqueles comprometidos com a ação de pensar e dirigir ou planejar e controlar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos à sociedade. (BRASIL, 2012, p. 08)

Estas diretrizes (BRASIL, 2012) apontam para a necessidade de um ensino médio voltado para a formação integral em todas as dimensões humanas, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, tendo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico.

Pelos indicadores educacionais, constatamos que o ensino médio é uma etapa de ensino bem desafiadora. Apesar das melhorias já existentes, os resultados

estão aquém do esperado, como apontam os dados do IDEB e as taxas de reprovação e abandono. Segundo dados do censo escolar de 2019, compilados na plataforma QEdu, dos 5,9 milhões de jovens matriculados no ensino médio, considerando as redes pública e privada, quase 316 mil abandonaram os estudos (4,7%) e 589 mil foram reprovados naquele ano (9,1%). Ou seja, somente 86% deles foram aprovados. O Movimento pela base⁶ aponta para a ineficiência do ensino médio, quando ao final os estudantes não conseguem aprender os conteúdos necessários. Em Língua Portuguesa apenas 29% e em Matemática 9% conseguem aprender o que deveriam. Por que os alunos não estão conseguindo aprender? O ensino oferecido pela escola atende aos interesses dos jovens estudantes? Faz sentido para eles?

Os autores Pakenas e Jesus Filho (2017) em estudo realizado, destacaram os fatores que causam abandono e reprovação dos jovens no ensino médio, concluindo que a legislação contempla propostas de currículo que “consideram a articulação entre as diferentes dimensões do trabalho de formação profissional do cidadão/aluno” (2017, p. 59). Contudo os autores estudados por eles, Arroyo (1993), Krawczyk (2011) e Castro (2009), apontaram os fatores que contribuem para esse cenário de abandono e reprovação, como as precárias condições de acesso e segurança das escolas, a falta de vagas, professores e material didático, além de condições socioeconômicas desfavoráveis que os obrigam trabalhar e por considerarem a formação recebida sem muito significado para eles. De acordo com os estudos feitos, os mesmos autores concluem que:

Esse nível de ensino necessita de um olhar abrangente da sociedade e das autoridades educacionais visando amplas modificações, que devem traduzir-se em reformas. Estas devem agregar desde a inclusão do jovem na escola até o redimensionamento/reanálise do currículo, os quais, possibilitarão que índices alarmantes do abandono, evasão e reprovação sejam minimizados. Apesar de alguns jovens abandonarem os estudos no ensino médio devido ao trabalho, a grande maioria apresenta-se desmotivada devido à pouca atratividade dos estudos que lhes são oferecidos. É urgente também criar campanhas que mobilizem estados e municípios para o retorno dos alunos que abandonaram e evadiram-se desse nível de ensino, bem como, os que nunca o cursaram. (PAKENAS; FILHO, 2017, p. 71-2)

⁶ Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/acontece/novo-ensino-medio-em-profundidade/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

Por se tratar do ensino médio voltado especialmente para a juventude, o que a escola ensina precisa é fazer sentido para o jovem. Por isso deve estar atenta aos modos de ser jovem, à noção de juventudes (DAYRELL, 2007), para pensar em ações direcionadas a este público. Nesse sentido, faz-se preciso estabelecer uma identidade para o ensino médio que corresponda aos anseios e perspectivas dessa juventude, na sociedade atual. As autoras Beatriz Pereira e Roseli Lopes, realizaram uma pesquisa com estudantes do ensino médio na cidade de São Paulo para saber o significado da escola para eles. Os jovens denunciam um certo distanciamento entre o que a escola ensina e seus interesses e anseiam por um processo de descobertas. Mesmo assim atribuem significado positivo à escola pois visualizam nela a possibilidade de entrarem na universidade e conquistar um bom emprego (PEREIRA; LOPES, 2016). As autoras ressaltam que a escola precisa apostar na motivação dos jovens alunos. “É importante compreender que os jovens estudantes pedem uma escola que estabeleça uma ligação entre a razão e a realidade, capaz de refletir sobre o significado do conhecimento e como ele está sendo assimilado por eles” (PEREIRA; LOPES, 2016, p. 208), é a busca de uma educação emancipatória, libertadora e que o atual modelo de ensino médio, na forma como acontece, não consegue responder as reais demandas. Na perspectiva de equidade e qualidade, a escola não está conseguindo garantir à juventude brasileira o direito constitucional à educação, ficando evidente a necessidade de uma reforma no ensino médio, a tempos em debate.

É nesse contexto que a reforma denominada de Novo Ensino Médio, foi aprovada pela Lei 13.415 (BRASIL, 2017) de 16 de fevereiro de 2017, pelo presidente Michel Temer. Feita a partir de uma Medida Provisória (MP)⁷, é uma reforma especialmente curricular, que propõe a flexibilização do currículo para melhor atender aos interesses dos jovens que ingressam no ensino médio, afirma Ferreti (2018). A MP nº 746/2016 decorreu do Projeto de Lei 6.840, iniciado em 2013, apresentado por uma Comissão Especial da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Foi alvo de muitas críticas, porque a sociedade esperava

⁷ Medida Provisória - ato unipessoal do presidente da República, com força de lei, editada sem, a princípio, a participação do Poder Legislativo, que somente será chamada a discuti-la e aprová-la em momento posterior.

um debate mais sistemático com a participação dos atores sociais para promoção da reforma, o que não aconteceu. Muito do projeto inicial foi modificado no texto final da lei. “A baixa qualidade do Ensino Médio ofertado no país e a necessidade de torná-lo atrativo aos alunos, em face dos índices de abandono e de reprovação”, são as justificativas para a reforma (FERRETI, 2018, p. 26). No entanto, tornam-se incoerentes, visto que a evasão e a reprovação, não tem no currículo uma única causa, existem inúmeros outros fatores que contribuem para isso, como a precariedade da infraestrutura das escolas, carreira profissional e formação de professores, dentre outros. O Novo Ensino Médio deverá ser implementado nas escolas até o ano de 2022.

A ANPEd⁸ (2016) também se posicionou contra a reforma do Novo Ensino Médio, entendendo que por ser urgente e necessária, deveria ter sido feita com a participação da sociedade num amplo debate, para assim atender aos interesses e necessidades especialmente dos estudantes. Segundo Ferreti (2018) ao ser feita por uso de MP, a reforma se traduz numa forma antidemocrática de fazer mudanças em educação, considerando assim, uma ação intempestiva do governo federal. “Foi criticada desde sua origem autoritária, e provocou inúmeras ocupações de escolas públicas do país por parte dos alunos nelas matriculados, dirigidas tanto à forma, quanto ao conteúdo da política educacional proposta” (FERRETI, 2018, p. 25-26).

As mudanças principais giram em torno de dois aspectos, a oferta de ensino em tempo integral e a flexibilização do saber. Amplia a carga horária de 800h/a para 1000h em até 5 anos e progressivamente 1400 horas/aula/ano. Ao longo dos três anos 1800h/a serão compostas pelas disciplinas da BNCC e 1200h pelos Itinerários Formativos. Para a flexibilização do currículo, as 13 disciplinas se transformam em cinco itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. Outras mudanças previstas: possibilidade de ensino a distância e permissão de profissionais com notório saber, reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para trabalhar com os itinerários formativos.

⁸ A ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – é uma entidade sem fins lucrativos que congrega programas de pós-graduação stricto sensu em educação, professores e estudantes vinculados a estes programas e demais pesquisadores da área. Ela tem por finalidade o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social.

Quanto aos itinerários formativos (conjunto de disciplinas, projetos, oficinas) os estudantes podem se aprofundar nos conhecimentos de uma área do conhecimento (Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da formação técnica e profissional, devendo estes contemplar 40% da carga horária do ensino médio e as disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) os outros 60% do total. Nesse caso, que conhecimentos serão excluídos, para dar vez aos itinerários que não serão contemplados pela BNCC? Como apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática são obrigatórias, nos três anos, podemos considerar descaso com algumas disciplinas? Callegari (2018) afirma que quando priorizadas somente estas disciplinas, o MEC dificulta a contextualização do ensino,

Ao abandonar a atenção aos domínios conceituais próprios das diferentes disciplinas, a proposta do MEC não só dificulta uma visão interdisciplinar e contextualizada do mundo, mas pode levar à formação de uma geração de jovens pouco qualificados, acríticos, manipuláveis, incapazes de criar e condenados aos trabalhos mais simples e entediantes, cada vez mais raros e mal remunerados". (CALLEGARI, 2018, p.)

Como descreve Ferreti (2018), o currículo está estruturado de forma que visa, de um lado, diminuir o "número de disciplinas que os alunos cursarão durante o Ensino Médio, ao mesmo tempo deve tornar atrativo cada itinerário formativo, estabelecidos, teoricamente, de acordo com os interesses pessoais de cada aluno" (FERRETI, 2018, p. 27- 8).

O artigo 35-A da lei que trata do currículo, estabelece que a BNCC definirá os direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do CNE, nas quatro áreas do conhecimento já mencionadas. Em seu parágrafo segundo institui que essa mesma "Base Nacional Comum Curricular incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia" (BRASIL, 2017), que até então eram disciplinas do currículo obrigatório. O artigo 36 da LDB é alterado e passa a ter a seguinte redação:

Art. 36 – O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a

possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I – Linguagens e suas Tecnologias; II – Matemática e suas Tecnologias; III – Ciências da Natureza e suas Tecnologias; IV – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; V – Formação Técnica e Profissional. (BRASIL, 2017)

O aluno deverá cursar a carga horária referente a Base Nacional Comum Curricular e optar por itinerários formativos para aprofundar seus conhecimentos, de acordo com suas aspirações, mas ainda não é evidente como se dará essas escolhas. São dúvidas e indagações que permeiam a implementação da nova reforma.

É preciso salientar que, somente em dezembro de 2017, o Conselho Nacional de Educação, através do Parecer 15/2017, aprovou o texto da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento elaborado com o objetivo de viabilizar a implementação do novo currículo para o ensino médio a ser implementado pelas escolas, sendo necessário a apropriação deste documento por todos os atores do processo educacional.

Ainda há muito o que se compreender sobre a implementação do novo ensino médio, na prática. Para que esse formato tenha efeitos positivos é necessária maior apreensão pelas escolas e seus professores, ou seja, é preciso qualificar os atores escolares antes da implantação. Segundo Bodião (2018):

Para que os textos legais se convertam em práticas curriculares, são precisos intensos e massivos programas de qualificações profissionais que possam permitir que os professores se apropriem das conceituações propostas, de modo a dar novos sentidos às suas aulas. É desse modo que se pode possibilitar implantações de modos distintos de conduzir as aulas e não há, como foi dito antes, indicações dessas preocupações, seja nos documentos ou nas falas oficiais. (BODIÃO, 2018, p. 122)

Faz-se necessário qualificar gestores e professores quanto a apropriação do novo formato de organização curricular do ensino médio, e para que essa formação seja possível, é preciso garantir às escolas todas as condições para efetivação dessa ação, especialmente quanto aos investimentos para capacitação de forma continuada.

Consideramos relevante mencionar que a pandemia da Covid-19 atrasou todo esse processo. Professores e gestores tiveram que lidar com novas formas de ensinar, reaprendendo e se reinventando. No caso da escola pesquisada os estudos

sobre a BNCC foram postos de lado para dar vez à necessária capacitação sobre o uso de tecnologias que possibilitassem a continuidade do trabalho pedagógico, de forma remota. Neste momento está em curso a escolha dos livros didáticos que serão utilizados por professores e alunos para dar face ao Novo Ensino Médio que será implementado em 2022. É válido considerar também, o resumido tempo destinado à capacitação docente, tendo em vista que ainda é preciso compreender como se efetivará o ensino a partir das áreas e dos itinerários formativos, visto que a escola profissional, já oferece uma base profissional técnica.

Mesmo diante do contexto de críticas à forma autoritária como foi aprovada a lei da reforma do novo ensino médio por meio de medida provisória, a própria estrutura, a falta de clareza quanto a operacionalização, a falta de capacitação docente, as escolas devem iniciar a implementação em 2022. Ou seja, o novo ensino médio já é uma realidade, não é mais uma opção, precisa ser implementado, de modo que as escolas precisam adequar-se para oferecer o ensino nesse novo formato, por áreas de conhecimento e ofertando os itinerários formativos. Desta forma precisa investir na formação de seus professores, na busca de promover um ensino que faça sentido para a juventude, superando os desafios do ineditismo e evitando que prejuízos maiores possam ocorrer nessa etapa da educação básica.

2.2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ E AS EEEPS

Esta seção descreve como se deu o processo de implementação da política estadual de educação profissional no Estado do Ceará, especialmente a partir de 2008, com a implantação da rede de escolas estaduais de educação profissional (EEEPs). Para referenciar o estudo visitamos o documento base do Plano Estadual de Educação (PEE) (CEARÁ, 2015), o Relatório de Gestão da SEDUC (CEARÁ, 2014), o Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará (CEARÁ, 2008) e Ana Léa Lima (2014) que descrevem o cenário político e econômico do estado e as motivações para a implementação da rede de escolas profissionais.

O Artigo 39, da nova LDB (BRASIL, 1996) estabelece que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida

produtiva”. Nesta perspectiva de formação integral, o Estado do Ceará toma a iniciativa da oferta do ensino médio integrado à educação profissional.

Inicialmente foi necessário elaborar o Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará (CEARÁ, 2008), documento construído em 2008 com a participação da sociedade. Na discussão várias instituições e órgãos públicos que atuavam na área educacional, nas três esferas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições do setor privado. De acordo com Lima (2014) em sua pesquisa de mestrado sobre a implementação da política de educação profissional no estado, a construção do plano integrado foi o ponto de partida para construção de projetos que visassem desenvolver a educação profissional no Estado, e serviu como diretriz na implementação da política.

A oferta de educação profissional no sistema estadual, no ano 2005, se dava por meio do CENTEC que possuía três Faculdades Tecnológicas (FATEC) em Sobral, Limoeiro do Norte e Juazeiro do Norte, quatro Centros Vocacionais Técnicos (CVTEC), uma rede de 33 Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT)⁹, a Escola de Saúde Pública e algumas poucas escolas estaduais que ofereciam cursos técnicos. Havia quatro Centros Federais de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET) e segundo dados da SECITECE¹⁰, 63 instituições privadas. O documento Ceará (2008) traz em seu contexto, o cenário dessa oferta no Estado naquele ano:

A oferta de ensino técnico de nível médio no Ceará é ainda pequena, considerando-se o percentual de atendimento aos egressos do Ensino Médio. No ano de 2005, segundo dados da SECITECE, havia uma oferta de 115 cursos técnicos, nos quais estavam matriculados 14.606 jovens e adultos, representando apenas cerca de 3,5% dos alunos matriculados no Ensino Médio. Do total de oferta de vagas em cursos técnico de nível médio no Ceará, o CENTEC¹¹, o CEFET-CE e o Sistema S são responsáveis por cerca de 45%. (CEARÁ, 2008, p.14)

Considerando que o Estado era responsável por aproximadamente 88% de toda rede de atendimento do ensino médio, a oferta de educação profissional era

⁹ CVT – Centro Vocacional Tecnológico – rede de unidades de formação do Ceará para atender um público que precisava de qualificação rápida para ingressar no mercado de trabalho, adultos já empregados e necessitando de capacitação.

¹⁰ SECITECE – Secretaria da Ciência, Tecnologia, e Educação Superior do Estado do Ceará. Disponível em: <https://www.sct.ce.gov.br/>.

¹¹ CENTEC – Instituto Centro Vocacional Tecnológico – é um órgão vinculado à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE).

mínima, e o cenário econômico do Estado favoreceu o aumento da oferta dessa modalidade de ensino.

Nos últimos anos o Estado tinha atraído muitos investimentos produtivos, especialmente em infraestrutura, “os chamados projetos estruturantes nas áreas de energia, recursos hídricos, porto e aeroporto e um pacote de incentivos fiscais, sob um cenário de estabilidade política e financeira do Estado” (CEARÁ, 2008, p. 13). Com isso a necessidade de maiores investimentos do Estado na educação profissional. A demanda vislumbrava a necessidade de oportunizar formação e qualificar mão de obra local para atuar neste iminente mercado de trabalho, colocando a educação como base para o desenvolvimento com inclusão social,

Tal cenário estabelece uma nova importância estratégica para a educação profissional e tecnológica, enquanto componente complementar do sistema educacional, deixando de ser uma política assistencialista ou de inclusão laboral de jovens e adultos, para se tornar uma variável estratégica e endógena ao modelo de desenvolvimento social e econômico. (CEARÁ, 2008, p. 13)

A expansão da oferta de educação profissional contribuiria para consolidar e dar sustentação às políticas de desenvolvimento econômico naquele momento. O desafio, no entanto, era ofertar o “Ensino Médio integrado à formação profissional de nível técnico, como estratégia de melhoria da qualidade deste nível de ensino com a oferta de profissionalização” (CEARÁ, 2008, p. 15).

O Plano estabeleceu cinco eixos com algumas diretrizes e ações para dar vida a essa política, dentre elas podemos destacar:

Ampliar a oferta de EPT no Estado do Ceará priorizando a Educação Técnica Integrada ao Ensino Médio; Sintonizar a oferta de EPT com as vocações e potencialidades locais e regionais, priorizando a interiorização; Promover a articulação das diversas fontes de financiamento visando ao planejamento e à realizações de ações integradas de EPT; Elaborar e implementar um modelo de gestão integradora da EPT do Estado do Ceará; Criar políticas públicas voltadas para implantação e expansão da EPT articulada à educação básica. (CEARÁ, 2008, p. 23-26)

Para estas diretrizes merecem destaque três ações propostas para o ensino médio profissional: “*ampliar a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas áreas rural e urbana* (CEARÁ, 2008, p. 22); *implantar efetivamente a*

Rede Ceará de Educação Profissional enquanto agente integrador das ações de EPT no Estado (CEARÁ, 2008, p. 25); e *promover a articulação da Educação Profissional Técnica com o Ensino Médio, priorizando a modalidade integrada*” (CEARÁ, 2008, p. 26). Como meta primeira para as ações descritas, o plano estabeleceu a implantação de 25 Centros Educacionais da Juventude – CEJOVEM – SEDUC em 2008, 10 em 2009 e 15 em 2010, totalizando 50 CEJOVENS neste último ano (CEARÁ, 2008, p. 27).

Os incentivos do governo federal foram determinantes para que o Estado fizesse adesão à proposta de ofertar o ensino médio profissional de forma integrada.

Com o respaldo do Decreto nº 5.154/2004 e após a instituição do Programa Brasil Profissionalizado, o Estado do Ceará tomou as medidas necessárias para a adesão ao referido programa o que possibilitou a implementação dos primeiros CEJOVENS em agosto do ano 2008. Dentre as medidas tomadas podemos citar:

Assinatura do Compromisso Todos pela Educação, em conformidade com o Decreto nº 6.094/97; [...] Solicitação, junto ao Ministério de Educação e Cultura, de apoio técnico para realização do diagnóstico e do plano de educação profissional; Envio do diagnóstico e do plano de educação profissional para análise da SETEC; [...] e Celebração de convênio junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (CEARÁ, 2014, s/p.)

Feito isso o governo do Estado do Ceará promoveu a criação das escolas profissionais sancionando a Lei estadual nº 14.273 de 19 de dezembro de 2008 que “Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências”. Sancionada pelo Governador Cid Gomes, a referida Lei estabelece:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar mediante Decreto, na estrutura organizacional na Secretaria da Educação – SEDUC, Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, sendo-lhes asseguradas as condições pedagógicas, administrativas e financeiras para a oferta de ensino médio técnico e outras modalidades de preparação para o trabalho.

Parágrafo único. Para garantir a necessária articulação entre a escola e o trabalho, o ensino médio integrado à educação profissional a ser oferecido nas Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, terá jornada de tempo integral.

Art. 2º As Escolas Estaduais de Educação Profissional terão estrutura organizacional definida em Decreto, fundamentada em parâmetros educacionais que venham a atender os desafios de uma

oferta de ensino médio integrado à educação profissional com corpo docente especializado e jornada de trabalho integral. (CEARÁ, 2008)

A política estadual para desenvolver a educação profissional de nível técnico, no Ceará, convergiu com o esforço do Ministério da Educação (MEC) para o desenvolvimento e ampliação da oferta de educação profissional em nível nacional (LIMA, 2014, p. 35). Em 2008 o Estado já era responsável por quase toda matrícula do ensino médio, daí a possibilidade de ofertar educação profissional na forma integrada (BRASIL, 2004) ao ensino médio. As escolas ficaram na estrutura organizacional da Secretaria da Educação (SEDUC), pois os governantes entenderam que se o negócio da escola profissional era o ensino, não tinha motivo para ficar na estrutura de outra secretaria, no caso a SECITECE que já era responsável pela educação profissional até então. As primeiras escolas foram chamadas CEJOVEM e posteriormente, com a promulgação da lei foram denominadas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs).

Inicialmente foram implantadas 25 escolas, em 20 municípios cearenses, todos sedes das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE). Para a escolha alguns critérios foram observados: “escolas situadas em áreas de vulnerabilidade social, escolas que apresentavam indicadores educacionais abaixo do esperado, compreendendo que sua incorporação como EEEP seria uma forma para revitalizá-las e escolas com baixa matrícula” (CEARÁ, 2014, s/p).

A SEDUC fez intercâmbio com alguns estados do Brasil que trabalhavam com educação profissional, como São Paulo, Paraná e Pernambuco buscando conhecer as experiências desenvolvidas por estes estados, assegura Lima (2014). O tempo integral e o modelo de gestão foram inspirados no modelo de Pernambuco onde a Teoria Educacional Socioempresarial (TESE)¹² é a filosofia de Gestão, modelo do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação (ICE), do Ginásio Pernambuco. Essa filosofia de gestão é fortemente vivenciada nas EEEP, a TESE orienta as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola e exige que seja estabelecida uma

¹² TESE – leva conceitos gerenciais para o ambiente da escola e permite ao Gestor atingir seus objetivos de maneira estruturada e previsível. Foi modelada como um instrumento versátil e eficaz à medida que o ciclo de planejamento é simples e acessível. Essa tecnologia objetiva formar uma consciência empresarial humanística nos componentes da organização, alinhando-os à filosofia do PROCENTRO, que busca garantir a excelência do Ensino Médio público.

mudança de postura de todos os agentes da escola que não se limita apenas a seguirem regras. Por essa filosofia o foco da escola deve ser a oferta de educação de qualidade e a formação do aluno. Segundo Lima (2014):

A TESE estabelece premissas ligadas à visão empresarial, como estratégias de responsabilização, estabelecimento de metas, monitoramento (Ciclo PDCA)¹³, bem como, o compromisso pelos resultados pactuados nos instrumentos de gestão. Em suas orientações, corrobora com o desenvolvimento dos conceitos baseados nos pilares do conhecimento contidos no relatório de Jacques Delors para a UNESCO (2003): Aprender a conhecer, aprender a ser, aprender a conviver e aprender a fazer, articulando assim a formação cognitiva, a formação humanística e a formação profissional. (LIMA, 2014, p. 47)

As aprendizagens contidas no relatório de Delors, se desenvolvidas na escola deve contribuir para a formação integral do jovem, um dos objetivos do currículo da escola profissional no Ceará.

Com a elaboração do Plano de Ação¹⁴ ou plano estratégico da escola é possível vislumbrar as premissas estabelecidas pela TESE: o desenvolvimento do protagonismo juvenil, oportunidade de formação continuada, atitude empresarial, corresponsabilidade e replicabilidade (LIMA, 2014). Além do Plano de Ação, cada integrante da equipe, professores e gestores, deve construir seu programa de ação em que descreve qual o seu 'negócio' na escola.

Para escolha dos primeiros cursos no momento de implementação das escolas, em agosto de 2008, não houve tempo para análise do perfil econômico dos municípios atendidos, que pudesse ajudar na escolha. Lima (2014) esclarece que em entrevista realizada com o Secretário Executivo da SEDUC na época, ele relatou que, *a priori*, foram escolhidos de acordo com a facilidade em elaborar um currículo

¹³ O ciclo PDCA (Plan/Do/Check/Act) Planejar, Executar, Avaliar e Refazer é um dos métodos de gestão que visam controlar e conseguir resultados eficazes e confiáveis nas atividades de uma organização. O Ciclo PDCA foi desenvolvido na década de 1930 pelo físico e engenheiro Walter A. Shewhart, nos Estados Unidos, e posteriormente propagado por William Edwards Deming, estatístico norte-americano, ambos conhecidos pela dedicação ao desenvolvimento de processos de controle estatístico da qualidade.

¹⁴ Plano de Ação – O plano de ação inicia o ciclo do planejamento. É o momento no qual cada integrante tem a oportunidade de participar, opinar, discordar. É um plano estratégico alicerçado numa filosofia de gestão humanística, que norteia a equipe escolar na busca dos resultados comuns sob a liderança do gestor, cuja responsabilidade é coordenar as diversas atividades, integrar os resultados e educar pelo próprio exemplo.

e implantar, devido o tempo restrito entre a formulação da política e sua implantação. Foram eles Informática, Guia de Turismo, Segurança do Trabalho e Enfermagem. A partir do ano de 2009 e para os anos seguintes, outros critérios foram sendo considerados. O Relatório (CEARÁ, 2014, s/p) afirma que “a escolha se deu em função das características socioeconômicas dos municípios inicialmente contemplados em diálogo com os projetos estratégicos do Governo Estadual no que se refere ao desenvolvimento econômico e produtivo do Ceará”.

O currículo integrado das EEEPs deve ser desenvolvido integrando o ensino médio com o ensino técnico e em jornada de tempo integral, tendo em vista a proposta de ressignificar a escola pública de ensino médio no Estado. Lima (2014) nos fala:

A ideia é proporcionar uma formação mais longa, voltada à consolidação de uma oferta curricular que contemple a formação acadêmica, profissional e diversificada que, em um patamar ideal de desenvolvimento, possa promover a integração curricular, favorecendo assim, a almejada proposta de formação politécnica, omnilateral. (LIMA, 2014, p. 44-45)

Tempo integral e formação integral não tem aqui o mesmo sentido, mas a jornada em tempo integral possibilita desenvolver a formação nos três eixos do currículo, em virtude do tempo em que o aluno permanece na escola.

As escolas profissionais foram criadas com o objetivo de possibilitar aos alunos “integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho” (CEARÁ, 2014, s/p). Nesse sentido fez-se necessário uma revisão curricular de forma a promover uma formação que possibilitasse:

[...] a preparação dos jovens para ingresso no Mundo do Trabalho; a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos; a articulação do itinerário formal com o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, produtivas e cognitivas, relacionando a teoria com a prática; a necessidade de complementaridade entre Escola e Comunidade; a construção de Projetos de Vida; o investimento em tecnologias inovadoras para o Ensino Médio. (CEARÁ, 2014, s/p)

O currículo integrado das EEEPs soma 5.400h de carga horária ao final dos três anos, cada curso possui sua matriz curricular, incluídas a Base Comum, com um

total de 2.620h, a Parte Diversificada e a área técnica que varia de 800 a 1200h/a de acordo com Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)¹⁵ do MEC.

A parte diversificada do currículo contribui fortemente para a proposta de formação integral do aluno quando o prepara para o mundo do trabalho, para o exercício da cidadania e promove a formação do pensamento crítico. São ofertadas das 240 horas de Projeto de Vida, 120 de Formação para a Cidadania, 100 de Mundo do Trabalho e 80 de Empreendedorismo, dando ao estudante a possibilidade de “desenvolver competências para articular a educação ao mundo do trabalho e à prática social, gerando novos significados para os conteúdos trabalhados a cada bimestre” (CEARÁ, 2014, s/p).

Na prática, estas disciplinas Projeto de Vida, Empreendedorismo e Mundo do Trabalho são desenvolvidas por meio de oficinas e vivências. *Projeto de Vida* é uma disciplina que foca no sujeito estudante, na sua qualidade de vida. Privilegia a participação ativa do aluno, o diálogo, a relação de troca de conhecimentos e fortalece as ações desenvolvidas pelo Projeto Professor Diretor de Turma. É uma disciplina complementar e “essencial, para a integração dos conteúdos; para um olhar singular sobre cada estudante: sua experiência de vida; seu contexto familiar, social, escolar; seus sonhos, desejos, motivações” (CEARÁ, 2014, s/p), como aponta o relatório de gestão Ceará que também expressa:

A elaboração sequenciada de seu *Projeto de Vida*: estratégia-chave para que o estudante, nesta fase de vida, possa definir com segurança e relevância, os projetos e metas de futuro para sua vida – quem será, a partir da compreensão de quem é, presentemente; e o que fará, a partir da identificação do que o mobiliza, o encanta, o faz querer crescer e se desenvolver. Por meio de uma série de exercícios, textos e ações que o estimulam a pensar sobre si, sua vida e seu entorno – com toda a rede de relações estabelecida – o estudante interioriza valores e constrói formas próprias de perceber e estar no mundo: e assim, se constitui como sujeito.

Acresce-se a esta perspectiva, desenvolvida pelas equipes da SEDUC e do Instituto Aliança, a utilização do conceito de Qualidade de Vida potencializada a partir das diversas saúdes constituintes de um ser, que se compromete em desenvolver uma vida plena,

¹⁵ CNCT: Instituído pelo MEC, na portaria nº 870 de 16 de julho de 2008, o CNCT é um documento oficial com todas as ofertas de cursos técnicos de nível médio reconhecidos pelo Ministério. É um instrumento que disciplina a oferta de cursos para orientar as instituições, estudantes e a sociedade em geral, sendo referência no planejamento dos cursos e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio.

integrada, harmônica, com propósitos pessoais, sociais e profissionais claros. (CEARÁ, 2014, s/p)

Mundo do Trabalho é outro componente que aborda o contexto das relações de trabalho, buscando desenvolver um processo de discussão e reflexão crítica. Além de “fornecer aos estudantes informações e orientações acerca da entrada no mundo do trabalho contemporâneo, com vivências e simulações de situações que logo serão enfrentadas por eles” (CEARÁ, 2014, s/p). A disciplina *Empreendedorismo* busca desenvolver no aluno suas habilidades com aplicação, na prática, de ações empreendedoras. *Formação para a Cidadania* busca a formação de cidadãos críticos, ativos e responsáveis, trabalhando vivências no plano pessoal, coletivo e procurando desenvolver no aluno as habilidades socioemocionais que também contribuem para a formação integral do aluno. Esse conjunto de disciplinas busca desenvolver potencialidades humanas e a capacidade de interferir criticamente na vida profissional, pessoal e social dos estudantes pela metodologia reflexiva e que promove a problematização. Para desenvolver essas disciplinas a escola conta com o apoio técnico do Instituto Aliança¹⁶ e Sebrae¹⁷, que oferecem material estruturado e capacitação docente.

As ETECs apresentam em sua missão a proposta de “formação integral do aluno, formação profissional técnica de nível médio, através da educação acadêmica de excelência, formação para o trabalho, prática e vivências de protagonismo juvenil” (CEARÁ, 2013, p. 02). Missão que contempla a proposta da LDB para essa modalidade de ensino, qual seja oferecer o ensino médio, atendendo a formação geral do educando, podendo preparar para o exercício de profissões técnicas (BRASIL, 1996). Missão que se concretiza e é evidenciada através dos resultados acadêmicos e de desempenho destas escolas, revelados pelos índices de

¹⁶ O Instituto Aliança (IA) é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), cuja missão é educar pessoas, organizações e comunidades para o desenvolvimento humano sustentável. O IA elegeu a causa da Educação, entendida no seu sentido mais amplo, como foco da sua contribuição social. Disponível em: <http://www.institutoalianca.org.br>.

¹⁷ SEBRAE – O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada sem fins lucrativos. É um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país. Trabalha para estimular o empreendedorismo e possibilitar a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos de micro e pequeno porte. Atua na educação empreendedora. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>.

aprovação, ingresso na universidade e pelo IDEB. Podemos afirmar que são escolas com resultados diferenciados e que se destacam entres as outras modalidades de escolas da rede. Cabe destacar que o fato de utilizar seleção por nota para ingresso, a escola acaba recebendo os alunos com melhor desempenho o que contribui para esse resultado. Nem sempre o aluno que ingressa busca o curso técnico, acontece de seu objetivo ser a preparação para conquistar uma vaga na universidade. Quanto ao viés profissional, nos faltam evidências da inserção no mercado de trabalho que deveria ser considerado o viés principal.

Além das disciplinas que compõem a parte diversificada do currículo, o aluno tem acesso as disciplinas técnicas que preparam para atender as demandas do mercado de trabalho. Esse formato reflete um novo conceito de escola que amplia as oportunidades de qualificação profissional e fortalece o processo de ensino aprendizagem.

O site da educação profissional/SEDUC reitera essa compreensão, ao afirmar que:

As Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) trouxeram para o Ceará a experiência de escola pública em tempo integral, cuja proposta é desenvolver um novo conceito de educação. O currículo integrado, que alia a educação profissional ao ensino médio, possibilita que o aluno agregue à sua formação regular a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho. (SEDUC, 2018, recurso *online*)

O projeto desenvolvido pelas EEEP's preconiza uma nova proposta de formação para a juventude cearense, um compromisso com o desenvolvimento dos jovens por meio de uma escola diferente.

O relatório de gestão (CEARÁ, 2014) reitera que a formação recebida nas EEEP's possibilita aos estudantes integrarem-se às exigências do mundo contemporâneo em duas dimensões fundamentais, a cidadania e o trabalho. Formação que prepara os jovens para o ingresso no mundo do trabalho, à medida que faz "a articulação do itinerário formal com o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, produtivas e cognitivas, relacionando a teoria com a prática" (CEARÁ, 2014, s/p) e reforça a importância da construção dos seus projetos de vida. Outra disciplina que contribui fortemente para a formação profissional dos alunos é o

estágio curricular obrigatório¹⁸, realizado no segundo semestre do 3º ano, após conclusão de todas as demais disciplinas técnicas. Para conceder estágio, as empresas interessadas são cadastradas pela escola. Caso o cadastro seja aprovado pela SEDUC, é celebrado um convênio entre as empresas aprovadas e a escola, através de um termo. Os estudantes são encaminhados para estas concedentes de estágio, onde são acompanhados por um supervisor indicado pela empresa, que deve ter vínculo empregatício com a mesma, devendo este acompanhar, orientar e avaliar o desempenho dos estagiários. Quem busca as empresas são os professores técnicos sob a coordenação escolar da base técnica da escola. O Relatório Ceará (2014) esclarece que:

Ao estagiário é garantido pelo Governo do Estado, por meio da SEDUC/COEDP, o apoio financeiro através da bolsa estágio, seguro contra acidentes pessoais, auxílio transporte, equipamento de proteção individual e orientação pedagógica, através da contratação de professores orientadores, que são profissionais com formação na área a ser desenvolvido o estágio quando firmado em instrumento jurídico. (CEARÁ, 2014, s/p)

As empresas concedentes são desobrigadas de quaisquer despesas com os estagiários, todo apoio financeiro é disponibilizado pelo Governo do Estado, através da SEDUC. A parceria das empresas se dá na contribuição com o processo de formação do aluno, na prática.

Quanto aos gestores e professores que atuam nas EEEPs, todos passam por seleção específica. Os diretores participam de um processo seletivo específico, diferente dos demais diretores das escolas regulares. “No desenho da política foi estabelecida uma nova forma de seleção, onde a etapa de eleição, existente para a escola regular, seria abolida do processo, dando lugar a uma avaliação comportamental, seguida de uma formação”, informa Lima (2014, p. 68).

Para os professores a seleção acontece na própria EEEP anualmente, por meio de edital próprio, onde é feito uma análise de currículo. O candidato faz adesão a filosofia de trabalho da escola e participa de um seminário sobre a TESE. Desde 2017, a portaria de lotação da SEDUC, estabelece que seja feito a seleção apenas

¹⁸ Conforme artigo 5º do Decreto Estadual nº 30.933/2012 o estudante recebe uma bolsa referente ao valor de ½ salário-mínimo a cada 100 horas de estágio cumpridas, sendo concedido, no mês subsequente, o valor proporcional à carga horária cumprida no mês anterior.

com professores efetivos e somente em caso de carência oportunizar aos professores contratados por tempo determinado.

Por ser uma escola com jornada em tempo integral de 9 horas aulas por dia, professores e gestores também trabalham em tempo integral, uma jornada de 40 horas semanais. Por essa dedicação exclusiva, está previsto na lei nº 14.273/2008, uma gratificação de desempenho para os profissionais das escolas:

Art. 5º Fica criada a Gratificação de Desempenho, a ser concedida aos ocupantes de cargos comissionados e professores lotados nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, que desempenham suas atividades em regime de tempo integral. **§1º** A Gratificação de Desempenho será concedida em decorrência da avaliação dos resultados alcançados por ocupantes de cargos comissionados e professores, tomando-se por base indicadores objetivos previamente definidos em regulamento, podendo alcançar até 70% (setenta por cento) do valor da representação correspondente ao cargo em comissão de símbolo DNS-3. (CEARA, 2008)

Essa gratificação é anual, conforme decreto estadual nº 31.163/2013 e pressupõe uma avaliação de desempenho da escola definida no artigo 3º do referido decreto¹⁹. Fazem jus à essa, professores e cargos comissionados que possuem dedicação exclusiva. Pelo decreto não tem direito ao bônus, os professores técnicos, pois são contratados pelo CENTEC, em regime celetista e nem os servidores burocráticos.

Ao iniciar a implantação das primeiras escolas surgiram alguns desafios que precisavam ser enfrentados, muito em virtude da novidade e do ineditismo do projeto no Estado. Por essa razão algumas ações foram pensadas e desenvolvidas pela SEDUC especialmente para orientar as escolas e qualificar o projeto.

Para institucionalizar a educação profissional no Ceará, foi criado na estrutura organizacional da SEDUC, a Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP), por meio do Decreto nº 30.282, de 04 de agosto de 2010 (CEARÁ, 2014, s/p). Em 2010,

¹⁹ Art. 3º Na avaliação de desempenho serão analisados e aferidos os seguintes indicadores objetivos: I – Aprovação de, no mínimo, 85% dos alunos da EEEP no ano letivo; II – Participação de, no mínimo, 85% dos alunos da EEEP no SPAECE do ano letivo; III – Média de proficiência geral, aferida pelo SPAECE, superior à média do Estado; IV – Inserção de todos os alunos do 3º ano da EEEP em estágio curricular, através da parceria com o setor produtivo e setor público. Parágrafo único – A avaliação de desempenho deverá ser realizada até o final do primeiro trimestre subsequente ao final de cada ano letivo.

foi elaborado a primeira versão dos “Referenciais para a Oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional da Rede Estadual do Estado do Ceará”, documento contendo as diretrizes oficiais para o desenvolvimento da política de educação profissional. O documento foi um norte para a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Regimento das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará (CEARÁ, 2014).

Outro documento foi construído no ano 2012 intitulado “Caminhos para integração curricular dos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio”, elaborado por uma equipe de consultores e técnicos da COEDP que vem assessorando o redesenho curricular dos Cursos Técnicos implantados junto às EEEPs (CEARÁ, 2014, s/p), este se traduz numa revisão dos currículos e proporcionou a partir daquele ano a elaboração do Guia de Estágio Curricular e dos Guias dos cursos, pensando no fortalecimento da integração curricular. Em 2014, os “Referenciais para as Escolas Estaduais de Educação” foram atualizados (2ª versão), e foram elaborados outros dois documentos, o “Guia de Rotinas das Escolas Estaduais de Educação Profissional” e os “Indicadores de Desempenho da Educação Profissional”.

Em 2014 foi criado ainda, o site da educação profissional que, de forma online, agrega documentos e dados sobre a rede de escolas desde a implementação do projeto, mais um recurso para as escolas e onde qualquer cidadão pode acompanhar as ações para a educação profissional do estado,

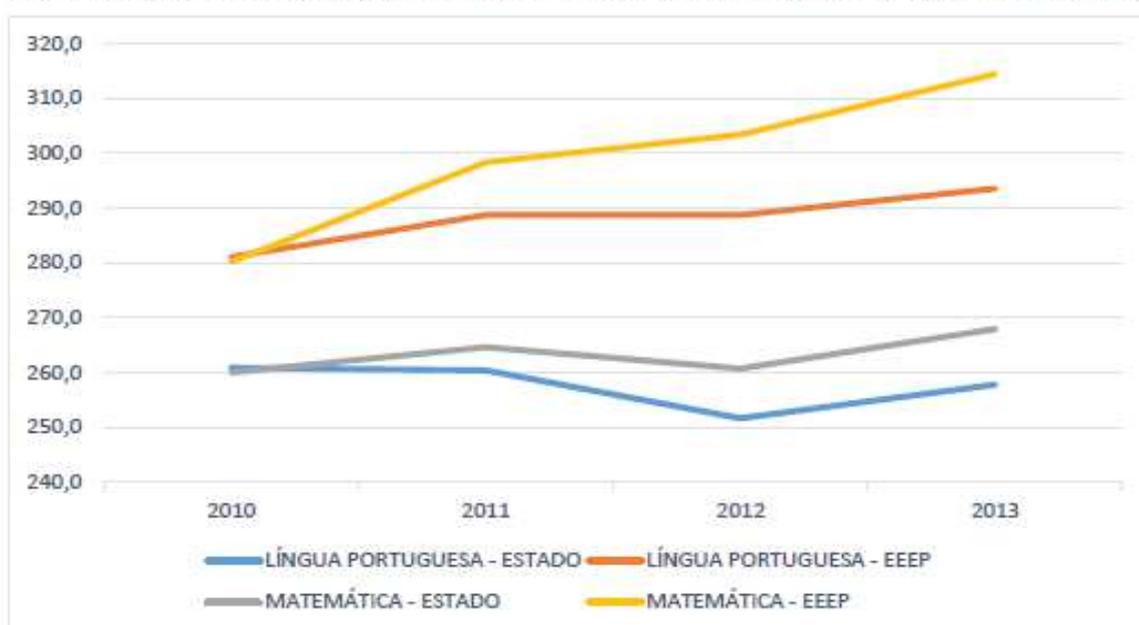
O site das Escolas Estaduais de Educação Profissional oportuniza maior credibilidade ao trabalho desenvolvido pela SEDUC, por meio da COEDP, ao tornar públicas as informações referentes à Política de Educação Profissional. Além disso, o site representa o compromisso assumido pelo governo do Estado de prestar contas à sociedade sobre as ações e investimentos de caráter público. A COEDP compreende que a democratização da informação é uma ferramenta de cidadania. (CEARÁ, 2014, s/p)

Os indicadores de desempenho das EEEP nas avaliações externas apontam resultados satisfatórios, tanto na avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), como do Exame Nacional do Ensino Médio, através do ingresso na universidade, sendo superior aos resultados das escolas que ofertam outras modalidades de ensino da rede estadual.

O relatório de gestão Ceará (2014) apresenta alguns indicadores das EEEPs a nível de estado, num recorte temporal de 2008 a 2014. Com relação a indicadores de desempenho no SPAECE²⁰, podemos perceber que o resultado é bem superior ao das escolas regulares conforme percebemos na figura 2, que traz dados do final do ensino médio onde podemos comparar os resultados.

Figura 2 – Evolução dos alunos da 3ª série do Ensino Médio das Escolas Regulares e das Escolas Estaduais de Educação Profissional em proficiência em português e matemática, no período 2010 – 2013

Gráfico 6 – Evolução dos alunos da 3ª série do Ensino Médio das Escolas Regulares e das Escolas Estaduais de Educação Profissional em proficiência em português e matemática.



Fonte: Ceará (2014), s/p.

Os indicadores de desempenho revelam a uma melhoria expressiva na qualidade das EEPs, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática, essa

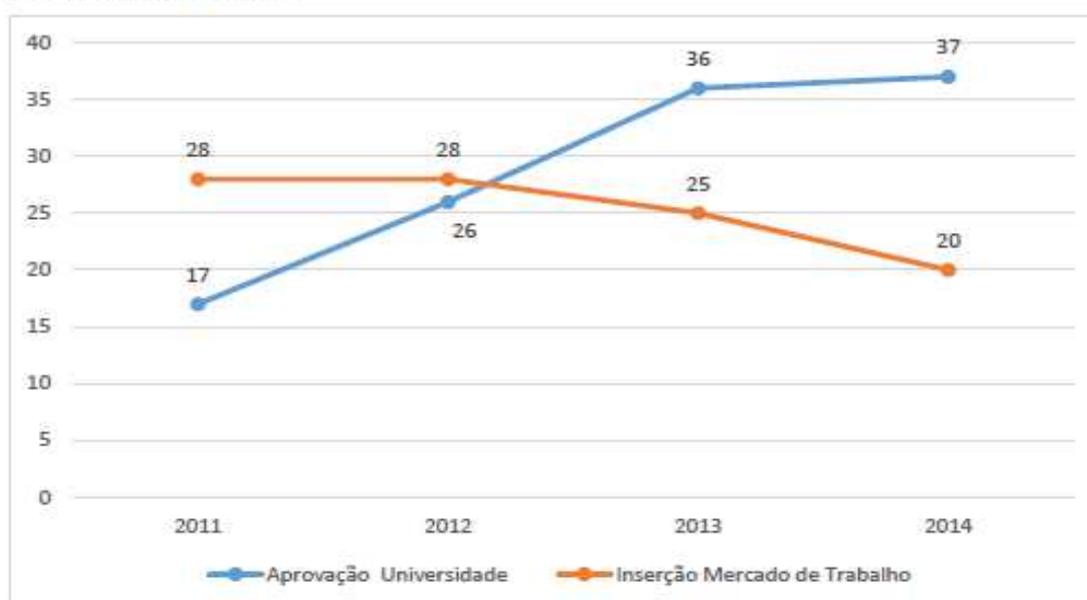
²⁰ O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) foi implementado em 1992 pela Secretaria da Educação (SEDUC), em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). A Avaliação realizada, pelo SPAECE, abrange as escolas públicas das redes estadual e municipais do estado, avaliando os alunos da Educação Básica, desde as etapas de Alfabetização até o Ensino Médio, incluindo, portanto, as escolas de educação profissional. O SPAECE fornece subsídios para formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais. Disponível em: <http://www.spaece.caedufjf.net/>. Acesso em: 25 set. 2021.

qualidade se dá em virtude do tempo integral e do PPP que orienta o protagonismo e a relação teoria e prática, além da formação cidadã que são diretrizes dessas escolas, assim afirma o documento. No entanto, é preciso considerar também que a forma de ingresso se dá através de seleção por nota fato que sugere que a escola recebe os alunos com melhor desempenho já no ingresso, o que também contribui para o atingimento de melhores indicadores.

O documento apresenta ainda dados de inserção na universidade e no mercado de trabalho, para o mesmo período, demonstrando uma queda da inserção no mercado de trabalho e um aumento no ingresso na universidade, o que nos leva a entender que os alunos das EEEP preferem ir para a universidade, que as escolas preparam os estudantes para esse ingresso, distorcendo o objetivo para o qual foram criadas. Vejamos a figura 3.

Figura 3 – Comparação percentual entre a inserção de egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional no mercado de trabalho e aprovação na universidade, no Ceará, de 2011 a 2014

Gráfico 11 – Comparação percentual entre a inserção de egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional no mercado de trabalho e aprovação na universidade, no Ceará, de 2011 a 2014.



Fonte: Ceará, 2014, s/p.

Como observado, para o ingresso na universidade houve uma inversão de objetivos inicialmente estabelecido para as ETECs. A inserção no mercado de trabalho em 2014, era quase metade do índice de ingresso na universidade. Dados mais recentes do SIGE, apontam que esses indicadores no período 2014 a 2016 o Ingresso na universidade foi de 2.394 estudantes e para o período 2015 a 2017 esse número foi 8.856 estudantes. Já a inserção no mercado de trabalho foi de apenas 4% e 3% para os mesmos períodos de acordo com dados do SICE. Para o período mais recente não existem relatórios com essas informações, mas esses indicadores nos fazem refletir alguns aspectos. Por que isso aconteceu? Qual o impacto da educação profissional para o mercado de trabalho local? O que levou as escolas profissionais se tornarem boas escolas de preparação para o ENEM?

O ingresso dos alunos por nota sugere que a escola já recebe os alunos com um bom desempenho, esse desempenho é melhorado com a proposta pedagógica da escola fazendo com que ao final do ensino médio, os alunos apresentem excelentes resultados nas avaliações externas especialmente no ENEM, gerando por isso grande procura por essas escolas, principalmente por quem anseia uma vaga na universidade. Sobre o impacto da educação profissional no mercado de trabalho talvez fosse preciso uma avaliação desse impacto a partir dos dados apresentados.

Para saber da inserção no mercado de trabalho foi criado o portal aluno egresso que possibilitava a consolidação desses dados através do SICE. O objetivo era apresentar informações específicas e fidedignas quanto ao ingresso dos egressos da escola profissional no Mercado de Trabalho, para apoiar as escolhas dos profissionais e empregadores e facilitar a sua inserção no mercado de trabalho, além de ser um instrumento para planejar políticas públicas do estado relacionadas ao mundo do trabalho. Essa plataforma utilizava os dados do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE), plataforma da SEDUC para acompanhamento dos dados educacionais dos estudantes do Ceará e do Sistema Informatizado de Capacitação de Estágio (SICE)²¹, criada para acompanhamento do Estágio Curricular. O referido portal, só ficou ativo até o ano 2016, tendo sido descontinuado para dar lugar à plataforma Conexão Trabalho Ceará, com objetivos semelhantes ao sistema de

²¹ O SICE pode ser acessado através do seguinte endereço: <http://sice.seduc.ce.gov.br>.

egressos, mas que ainda está em processo de construção, conforme publicado na própria plataforma,

O Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação (SEDUC) apresenta a plataforma Conexão Trabalho Ceará que atuará aproximando os alunos egressos da educação profissional do mercado de trabalho, através de parcerias com o setor produtivo, setoriais do estado, sociedade civil, criando um “hub” de oportunidades com ênfase na empregabilidade dos alunos. (SEDUC/COEDP, 2019, recurso *online*)

A plataforma Conexão Trabalho Ceará foi criada para aproximar os estudantes egressos e as empresas e vice-versa. Ambos se cadastram e podem acessar os Indicadores de empregabilidade, Transparência na evolução da educação e a Oferta de vagas ou Currículo digital. Atualmente a plataforma conta apenas com 3.181 alunos egressos e 14 empresas cadastradas, número inferior ao dos alunos egressos e a quantidade de empresas concedentes de estágio.

Podem acessar a plataforma, a SEDUC, as escolas, os alunos e as empresas. Criada em 2019, teve seus dados migrados do “sistema de egressos”, no entanto, ainda em desenvolvimento só apresenta dados dos anos 2016, 2017 e 2018 e não contém informações por escola, apenas dados gerais.

Após dez anos de implementação do Projeto, houve grande expansão da rede. Nos dois primeiros anos, as escolas funcionaram em prédios adaptados, mas a partir de 2010 passaram a funcionar em prédios conhecidos como Padrão MEC²², “a primeira escola profissional padrão MEC implantada no Brasil foi no Ceará, a Escola Estadual de Educação Profissional Antônio Mota Filho, no município de Tamboril.” (CEARÁ, 2014, s/p).

Segundo publicação em 20/03/2018, no site do governo do Ceará, no ano 2018, após dez anos de implantação das escolas profissionais, o Estado passou a ofertar 52 cursos em 119 escolas e uma matrícula de 52.571 alunos. Deste total, 15.716 são alunos de 3º ano, em campo de estágio que, adicionado aos 75.719 alunos diplomados até o ano anterior totalizam 91.435 técnicos que concluíram a formação técnica nas EEEPs do Ceará, na primeira década. O número de

²² O modelo de escola padrão MEC oferece infraestrutura adequada para o processo de ensino-aprendizagem integrado, do ensino médio ao técnico, e em tempo integral, potencializando a qualidade da formação profissional e cidadã dos jovens cearenses (CEARÁ, 2014, s/p).

alunos matriculados em 2018 representava 12% da matrícula de ensino médio do Estado, evidenciando a expansão significativa da rede. A tabela 2 apresenta esse processo de expansão com o aumento do número de escolas, matrículas e municípios atendidos ano a ano.

Tabela 2 – Desenvolvimento da Educação Profissional no Ceará, de 2008 – 2018

ANO	EEEP	MUNICÍPIOS	CURSOS	MATRÍCULA
2008	25	20	04	4.181
2009	51	39	13	11.349
2010	59	42	18	17.481
2011	77	57	43	23.916
2012	92	71	51	29.885
2013	97	74	51	35.981
2014	106	82	53	40.897
2015	111	88	52	44.069
2016	115	90	53	48.089
2017	116	91	53	49.894
2018	119	95	52	52.571
Progressão 2008 a 2017 (%)	476%	475%	1300%	1.285%

Fonte: Elaboração própria, dados da SEDUC/CE, 2018 (*online*).

Percebemos pela tabela 2 que, no ano de 2010, o Estado já havia ampliado a oferta para 59 escolas e superava a meta estabelecida no Plano Integrado, que era de 50 escolas. Ao longo dos anos o crescimento da rede com a criação de mais escolas, aumento de matrículas no ensino médio integrado e o número de municípios atendidos, até 2018 dos 184 municípios, mais da metade já possuíam escolas de ensino profissional.

De acordo com o documento base do atual Plano Estadual de Educação (PEE) – eixo ensino médio profissional, está indicado para a meta 6 “oferecer, até 2024, em regime de colaboração, Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) estudantes da educação básica (CEARÁ, 2015, p. 07).

Em 2020, o Ceará atingiu 38% de escolas em Tempo Integral, conforme noticiou o Jornal O Povo²³ na edição online de 16 de março de 2020. Das 728 escolas de ensino médio da rede estadual de ensino, 277 são do tipo integral, sendo 155 EEMTI²⁴ e 122 EEEPs.

A página eletrônica da SEDUC/educação profissional faz menção a esta considerando que “educação profissional dá maior amplitude à concepção do direito à educação por criar condições para que se estabeleça um diálogo com o mundo do trabalho” (SEDUC, recurso ONLINE, 2018, s/p).

Conhecer a política de educação profissional desenvolvida no Estado sua implementação, objetivos e caminhos trilhados é necessário para que compreendamos as possibilidades profissionais que a escola pode oferecer aos alunos, após o término do ensino médio técnico.

2.3 O CONTEXTO DA EEEP JOSÉ RIBEIRO DAMASCENO

A Escola Estadual de Educação Profissional José Ribeiro Damasceno (EEEP JRD) está situada no município de Trairi, litoral cearense, pertencente a macrorregião de Fortaleza. Utilizamos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Plano Plurianual (PPA) para apresentar o município, seus indicadores sociais e educacionais bem como as atividades econômicas predominantes. Vamos conhecer o contexto do Município para compreender a situação vivida pelo aluno egresso e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Em seguida, com base em consultas aos dados da secretaria escolar, apresentamos as especificidades da escola, estrutura física e pedagógica, clientela, servidores e professores. Por fim, apresentamos as especificidades de cada curso técnico ofertado e trazemos os resultados e indicadores educacionais, conforme dados da avaliação interna (CENSO ESCOLAR) retirados do *site* QEdU e do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE/SEDUC). Alguns resultados são

²³ Jornal O Povo – Jornal de grande circulação no estado, agora em versão online. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/>.

²⁴ EEMTI – Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – o currículo dos estudantes será composto de 30 horas semanais com disciplinas da base comum e mais 15 horas na parte flexível, em que o aluno terá oportunidade de escolher dez disciplinas. Cada escola oferece uma jornada de nove horas, com três refeições diárias.

apresentados por curso, para que se possa perceber as semelhanças e diferenças no perfil dos cursos e dos estudantes.

2.3.1 O município de Trairi

De acordo com o Censo demográfico de 2010 do IBGE, o município de Trairi apresentava naquele ano uma população de 51.422 habitantes, estimada em 55.918 para o ano de 2019. Naquele ano apresentava cerca de 35,7% da população extremamente pobre, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00 (setenta reais). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²⁵ é de 0,606, considerado médio, ocupando o 116º lugar no ranking do estado do Ceará em que o índice é 0,754. A extensão territorial do município é de 925,700km² com uma densidade demográfica²⁶ de 55,55.

Conforme o Plano Plurianual do Município, a Lei nº 804/2017 que apresenta o Perfil Básico do Município²⁷. No ano 2016 a população trairiense, em sua maioria, era residente da zona rural somando 63,5% e 36,5% residente na zona urbana. O documento apresenta alguns indicadores municipais do ano 2015 importantes para nosso estudo, um deles é a quantidade de estabelecimentos comerciais existentes, 03 atacadistas e 799 varejistas, indicador que pode ter motivado a oferta do curso técnico em Comércio pela escola.

No setor de Emprego e Renda destacamos na tabela 3, o total de empregos formais e o saldo no ano 2015 de acordo com o Perfil Básico do Município.

²⁵ O IDH-M é uma média geométrica entre o IDH da renda (IDH-R), IDH da longevidade (IDH-L) e IDH educacional (IDH-E) e possui cinco categorias – O índice varia de 0 até 1, sendo considerado: **Muito Alto** – de 0,800 a 1,000; **Alto** – de 0,700 a 0,799; **Médio** – de 0,600 a 0,699; **Baixo** – de 0,500 a 0,599 e **Muito Baixo** – de 0,000 a 0,499.

²⁶ Densidade demográfica da unidade territorial – índice demográfico que avalia a distribuição da população em um território e é expresso pela quantidade de habitantes por quilômetros quadrados (hab./km²).

²⁷ PERFIL BÁSICO DO MUNICÍPIO – documento elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) contendo as principais características geográficas e econômicas dos municípios cearenses, disponibilizado ao Governo e sociedade.

Tabela 3 – Empregos formais e o saldo de empregos no município de Trairi em 2015

Discriminação	Empregos formais	Saldo de Empregos formais		
		Admitido	Demitido	Saldo
Indústria de transformação	332	292	164	128
Serviços industriais de utilidade pública	14	3	-	3
Construção Civil	48	216	338	-122
Comércio	249	128	104	24
Serviços	451	272	200	72
Agropecuária	110	29	24	5
Administração pública	1913	-	-	-

Fonte: Elaboração própria, dados do PPA TRAIRI, 2016.

Percebemos que a construção civil foi o único setor que teve um saldo negativo de empregos formais naquele ano.

O Portal do IBGE na página “cidades²⁸”, apresenta alguns indicadores do município de Trairi do ano 2018 e o ranking no estado que tem 184 municípios. O salário médio mensal dos trabalhadores formais no município era de 1.8 salários-mínimos, ocupando a 28ª posição. A razão entre as pessoas ocupadas e a população total era de 6.7% correspondente a 3.710 pessoas, estando na posição 127. Ao considerar os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 57.4% da população nessas condições, ou seja, mais da metade, o que o colocava na 26ª posição.

Em relação aos indicadores de saúde, o Perfil Básico do Município 2016, aponta a existência de 19 unidades de saúde públicas ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), não especificando as unidades privadas. A tabela 4 apresenta a quantidade de profissionais vinculados ao SUS no município em 2015.

Tabela 4 – Profissionais de saúde ligados ao Sistema Único de Saúde em Trairi - 2015

Discriminação	Profissionais de saúde – SUS	
	Município	Estado
Médicos	34	12.239
Dentistas	09	02.986
Enfermeiros	29	07.609
Agentes comunitários de Saúde	87	15.467

²⁸ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/trairi/panorama>. Acesso em: 07 ago. 2020.

Outros profissionais de saúde/nível médio	84	22.463
Outros profissionais de saúde/nível superior	19	06.329
TOTAL	262	67.093

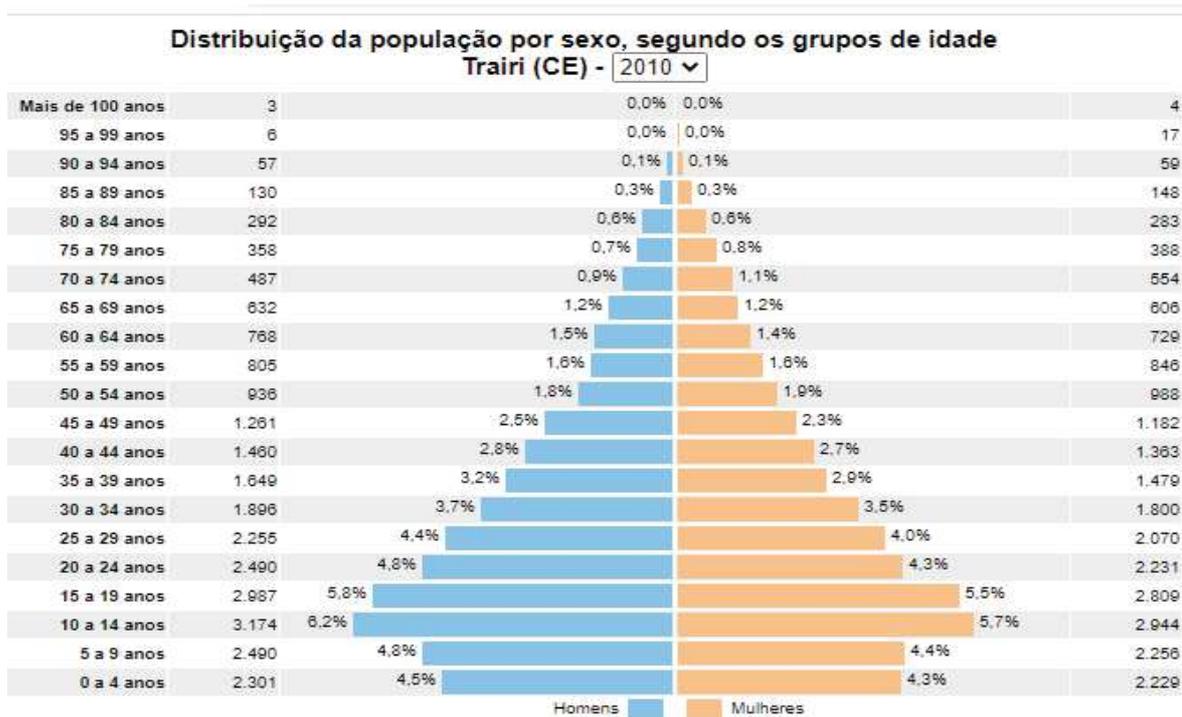
Fonte: Elaboração própria (Dados do Perfil Básico do Município /PPA 2016).

Destacamos na tabela, os “outros profissionais de saúde/nível médio” onde possivelmente estão incluídos os técnicos em enfermagem, visto que não estão discriminados em outro item. O Perfil Básico mostra ainda que para cada 1.000 habitantes existem apenas 0.62 médicos, 0.17 dentistas, 0.22 leitos e 0.35 unidades de saúde. Dados que revelam a precariedade do serviço municipal de saúde, com todos os indicadores inferiores aos do Estado que é de 1.32 médicos, 0.34 dentistas, 2.18 leitos e 0.43 unidades de saúde para cada 1.000 habitantes. A taxa de mortalidade infantil do município, no ano 2017, foi de 10,80, informação disponível no portal do IBGE na página “cidades”.

Os indicadores educacionais apresentam resultados animadores, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 98,1 de acordo com o censo de 2010, ocupando a 36ª posição no estado. O IDEB nos anos iniciais foi de 5,7 para os anos iniciais e 5,1 para os anos finais do ensino fundamental. Dados de 2018 apontam a existência de 36 escolas de ensino fundamental e cinco de Ensino Médio no município, incluindo a Escola Estadual de Educação profissional.

A figura 4 mostra a distribuição da população do município por grupos de idade, de acordo com o censo demográfico de 2010.

Figura 4 – Distribuição da população de Trairi por sexo e grupos de idade – 2010



Fonte: Censo, 2010 (IBGE).

Observamos uma população tipicamente jovem, se considerarmos a faixa etária entre 20 e 40 anos, o que indica a necessidade de políticas públicas voltadas para a educação, emprego e renda.

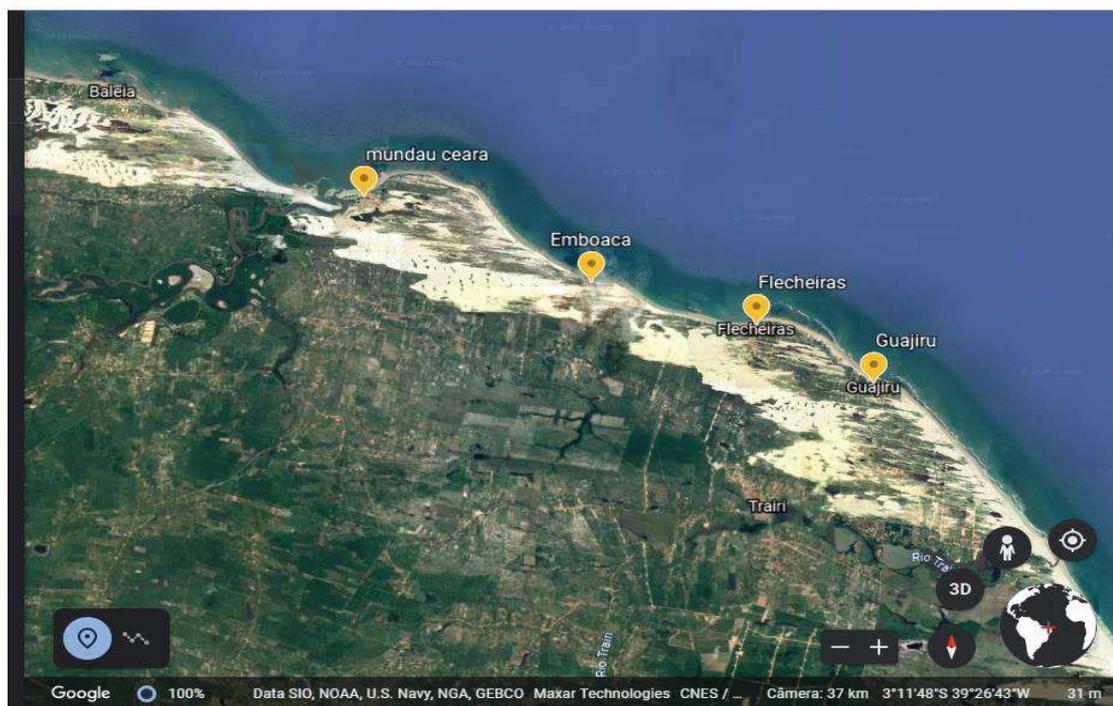
O município registrou um PIB *per capita* de R\$ 11.934,62, no ano de 2017, ocupando o 45º lugar do estado. Segundo dados do portal IBGE, no ano de 2015 o município teve 88,8% de suas receitas oriundas de fontes externas.

Até aproximadamente o ano 2000, as principais atividades econômicas do município, eram a agricultura, especialmente a familiar, e a pesca na região litorânea, constituindo o setor primário, tendo como produtos agrícolas, característicos o coco-da-baía, a castanha de caju, a cana de açúcar e as culturas de subsistência: milho, feijão e mandioca. Além da pesca e da agricultura, outra atividade presente era o comércio, apesar da limitação de estabelecimentos comerciais, especialmente atacadistas como já destacado, o que faz com que as pessoas se desloquem a municípios maiores como Itapipoca e a capital do Estado.

O Município apresenta uma grande faixa litorânea, com uma extensão linear de aproximadamente 37km, formado por quatro praias próximas como mostra a figura 5, aspecto que favorece a pesca e o turismo que iniciou, nas últimas duas

décadas, seu processo de desenvolvimento.

Figura 5: Enseada litorânea das praias de Trairi/CE



Fonte: Google Earth, 2020.

O processo de desenvolvimento do turismo em Trairi se deu ao mesmo tempo em que ocorria a interiorização do turismo em todo o Ceará, com a implantação de grandes projetos estruturantes do Governo, como o Complexo Rodoviário Costa Sol Poente, que duplicou rodovias e facilitou o acesso ao litoral cearense. Esses investimentos se deram graças aos recursos oriundos do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NEI)²⁹ que possibilitou realizar ações para a microestrutura, como trabalhar junto as comunidades, qualificar produtos turísticos e investir numa boa ambiência dos destinos turísticos. Sobre o PRODETUR/NEI, Coelho, Vilela e Costa (2008) escreveram um artigo avaliando o programa e seus efeitos na qualidade de vida, especialmente das pessoas de baixa renda. Nesse trabalho os autores afirmam que:

²⁹ PRODETUR/NEI – programa executado pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB, em parceria com o Governo Federal, os Governos Estaduais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com ações para a realização de investimentos na infraestrutura turística de todos os Estados da Região Nordeste.

A região do Ceará que serviu de referencial para a implementação de ações pelo Programa, definiu como sendo prioritária o litoral oeste do Estado, composto pelos seguintes Municípios: Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Trairi e Itapipoca, além da construção do novo aeroporto em Fortaleza. (COELHO; VILELA; COSTA, 2008, p. 07)

Vimos que Trairi foi um dos municípios com prioridade nos investimentos do governo do Estado. O turismo começou a se desenvolver e influenciar outros investimentos em vários setores da economia. Também incentivou a criação da Associação de Hotéis e Pousadas do Trairi (AHTRA), pelos empresários locais, visando divulgar as praias de Trairi e fortalecer a economia do setor, como afirma a professora de Geografia, Iandra Nascimento, em sua dissertação de mestrado, que pesquisou os arranjos produtivos do turismo local de Trairi, no ano 2008. Ela descreve com perfeição a região litorânea do Município,

As praias do Trairi são: Guajiru, Flecheiras, Emboaca e Mundaú. Mar calmo, dunas móveis, fixas e reliquias, lagoas, manguezais, além de extensos coqueirais, que fazem de Trairi destino turístico dos mais importantes do Estado. Pertence à macrorregião turística costa do sol poente. Destino turístico privilegiado, atendido pelas políticas públicas do governo do Estado, com infraestrutura e equipamentos turísticos. As praias de Trairi têm sido citadas na mídia nacional e internacional atraindo turistas e empresários da cadeia produtiva do turismo: rede hoteleira, parques temáticos, resorts, entre outros. (NASCIMENTO, 2008, p. 29)

O turismo tem influenciado fortemente a economia local, evidenciado pela melhoria da infraestrutura e a urbanização das praias. Esse crescimento provocou a especulação imobiliária que visava a construção de hotéis, pousadas, bares e restaurantes, além de casas de veraneio. Segundo a pesquisa de Nascimento (2008, p. 30), “há uma exploração e valorização dos terrenos e especulação imobiliária, expropriação de terras dos moradores locais, uma acumulação capitalista [...], formação de periferias sem infraestrutura e com baixo índice de urbanização”. O aumento de hotéis e pousadas e das casas de veraneios, a condição de destino turístico e o acelerado processo de urbanização vivido no Município àquela época atraiu investidores e empresas foram implantadas para atender a este setor.

Ainda de acordo com Nascimento (2008), naquele ano somavam-se na região das praias de Trairi, 31 estabelecimentos de hotelaria. Seis na Praia de Guajiru, gerando 26 empregos diretos e 80 embarcações à vela, destinado a pesca. Na praia

de Flecheiras, a mais frequentada do Município, contava com 13 estabelecimentos de hospedagem, 89 empregos diretos e 132 embarcações de pesca. Emboaca não registrava à época, nenhum estabelecimento e em Mundaú, praia de grande potencial turístico e natureza exuberante, existiam 12 estabelecimentos de hospedagem entre hotéis e pousadas, 63 empregos diretos, 21 lanchas e 213 embarcações à vela utilizados para a pesca. As embarcações de pesca evidenciam a força dessa atividade para a economia local.

Após pouco mais de uma década, visualizamos um aumento na quantidade dos estabelecimentos para hospedagem e a gastronomia, em todas as praias, especialmente em Flecheiras com a presença inclusive, de alguns condomínios luxuosos, fato que tem influenciado o aumento de turistas que procuram este destino. De acordo com dados da Secretaria de Turismo do Estado (SETUR) o número de turistas que procuram Trairi como destino quase duplicou no período de 2010 a 2016, como mostra a tabela 5 que traz a quantidade de turistas que passou pelo Município, a permanência e a demanda em relação ao Estado.

Tabela 5 – Indicadores do turismo em Trairi de 2010 a 2016

INDICADOR	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Demanda total (%)	1,41	1,44	1,71	1,56	1,24	2,14
Posição dentro do estado	10º	10º	10º	9º	12º	9º
Permanência (dias)	7,6	7,3	5,3	7,0	7,6	5,1
Turistas	26.463	28.551	35.646	34.188	29.037	51.522

Fonte: Elaboração própria. Dados da SETUR, 2016.

Na tabela 5, verificamos uma oscilação na quantidade de turistas durante o período, mas que culmina em 2016 com um número bem elevado, o que deixou o Município uma posição acima em relação aos outros municípios turísticos do estado, além do crescimento quanto a demanda, ultrapassando 2% da demanda turística de todo o Estado, sendo que em 2014 era menos de 1,5%.

O Município de Trairi é reconhecido pela beleza de suas praias, Guajiru, Flecheiras, Emboaca e Mundaú, que exibem piscinas naturais formadas por arrecifes em maré baixa, além das lagoas e dunas. A redação do Jornal Diário do

Nordeste³⁰, em edição de 08 de janeiro de 2014, descreve o litoral trairiense e evidencia o surgimento de atividades ligadas ao turismo,

A praia de Flecheiras é uma das mais belas do Litoral Oeste, localizada numa pequena enseada em forma de “S”. O aspecto selvagem se contrapõe com as modernas pousadas e hotéis que vêm se instalando na região. As novas edificações apresentam bom gosto no aproveitamento dos materiais locais, principalmente a palha que ornamentam os tetos. Restaurantes, lojinhas e comércio de passeios, buggys e quadriciclos oferecem preços variados [...]. Para se deslocar de uma praia para outra, há uma estrada asfaltada ligando todo o litoral. [...] verificam-se as torres com os cata-ventos produzindo energia limpa, a partir dos ventos. Com a maré baixa, saindo de Flecheiras, é possível fazer um passeio a pé até Guajiru, vilarejo de pescadores. Assim como Mundaú, Guajiru é uma praia de águas calmas e cristalinas, localizada numa grande baía, protegida por 100 metros de arrecifes, a apenas um quilômetro da beira-mar. No limite da foz do rio Mundaú, a praia é margeada por densos manguezais e dunas brancas. Uma boa opção de lazer é o passeio de barco, entre a vegetação formada por manguezais. [...] Trairi é um paraíso para quem pratica esportes como o kitesurf e windsurfe, tendo em Flecheiras um ponto de referência, com empresas que alugam equipamentos, além da infraestrutura hoteleira e gastronômica no local. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2014, *online*)

Nos últimos anos, além do crescimento no setor turístico, evidenciado pela construção de muitos empreendimentos, hotéis, pousadas, condomínios, e restaurantes, instalou-se também no Município empresas de serviços e indústrias. Um marco desse período foi a iniciativa de empresas produtoras de energia, em aproveitar os fortes ventos da região para produção de energias sustentáveis que iniciaram a construção dos parques eólicos, culminando na implantação de um grande complexo de usinas de energia eólica no Município.

O Conjunto Eólico Trairi³¹ foi construído na região litorânea do Município, em duas etapas. A primeira etapa, pela empresa Tractebel, foi iniciada em 2011 e

³⁰ Diário do Nordeste, jornal de grande circulação no estado do Ceará.

³¹ A instalação dos primeiros parques aconteceu em meio a um clima tenso, protestos e reclamações da população de Trairi, especialmente os moradores das áreas litorâneas, região com dunas, onde seriam instalados os aerogeradores. Representantes de associações não concordavam, pois não aceitavam a destruição das dunas. No entanto, antes da instalação foram realizadas audiências públicas que regulamentaram o empreendimento. Notícia G1. Globo, 21 jan. 2011, *Online*. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2011/11/moradores-de-trairi-ce-questionam-instalacao-de-parque-eolico-na-regiao.html>. Acesso em: 14 ago. 2020.

concluída em 2014 com a implantação de quatro parques eólicos: Flecheiras I, Guajiru, Mundaú e Trairi, com autorização para operar comercialmente até 2041. O fato foi noticiado por Sérgio Sousa no Diário do Nordeste (DN), recurso online, de 05 de abril de 2014, “Complexo Eólico de R\$ 540 mil é concluído no CE”.

A segunda etapa foi construída pela empresa Engie Brasil Energia que implantou os Parques Eólicos Cacimbas, Estrela, Ouro Verde e Santa Mônica, foi concluída em 2017 (DIARIO DO NORDESTE, 2017, *Online*). Este complexo conta com 36 aerogeradores e capacidade instalada em um total de 97,2 megawatts (MW)³², suficiente para abastecer uma cidade de 170 mil habitantes,

Com investimento da ordem de R\$ 460 milhões, o Complexo Eólico Santa Mônica, localizado no município de Trairi, a cerca de 135 quilômetros de Fortaleza, entrou em operação comercial plena na última quinta-feira (6), após obter autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O empreendimento, da Engie Brasil Energia, é composto por quatro parques eólicos: Santa Mônica, Cacimbas, Estrela e Ouro Verde. (DIARIO DO NORDESTE, 2017, *Online*)

Todo o conjunto possui 86 aerogeradores e tem uma capacidade instalada de 212,6 Megawatt (MW). A partir de 2018 o parque Santa Mônica passou a ser operado de forma remota pelo Centro de Operação da Geração (COG) na sede da empresa Engie em Florianópolis/SC.

A instalação dos parques eólicos contribuiu fortemente com a economia do Município, especialmente porque absorve mão de obra, gerando emprego, mesmo sendo no trabalho mais braçal, como a fabricação de torres,

No ápice das obras, o complexo chegou a mobilizar 700 pessoas, entre empregados da Tractebel e empresas terceiras. Para a instalação do complexo, também foi implantada no município de Trairi uma fábrica de torres para a produção das estruturas que sustentam os aerogeradores. “Nossa intenção é seguir investindo na diversificação de nossas fontes de energia, proporcionando maior segurança em nosso mix de produção” disse o presidente da Tractebel Energia, Manoel Zaroni Torres, destacando que o complexo é o segundo empreendimento da companhia a ser registrado pelas Nações Unidas no MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo). (SOUSA, DN, 2014, recurso *online*)

³² MW – Megawatt, em eletricidade é a unidade de potência equivalente a um milhão de watts (1.000.000 W).

Além dos parques eólicos, ocorreu na mesma época, a instalação da fábrica de beneficiamento de coco, um dos produtos mais produzidos no Município. A empresa Adel Coco Brasil, indústria de alimentos naturais, não é trairiense, mas foi no Município que encontrou condições adequadas para crescer. Seu complexo tem 30.000m² de área e 500 hectares de plantação de coqueiros, ao redor da fábrica. Atualmente, com pouco mais de 10 anos, atua no mercado em todo o país e no mercado externo, conforme a página eletrônica da empresa.

A indústria Adel Coco está localizada na CE 163, próximo a EEEP JRD, seu crescimento é perceptível. A empresa tem relações estabelecidas com a escola profissional, tendo recebido nos últimos anos alguns alunos estagiários dos cursos técnicos em Edificações e Eletrotécnica.

Como vimos, o Município de Trairi vivencia um processo de crescimento, especialmente no setor de turismo, econômico e na construção civil, aspecto que aliado ao precário serviço de saúde pública justifica a oferta inicial do Estado dos quatro cursos técnicos na EEEP JRD, no ano 2012, objetivando formar mão de obra para atuar e contribuir com a economia local.

2.3.2 A Escola Profissional de Trairi

A EEEP JRD fez parte do processo de expansão da rede de escolas profissionais do Estado. Inaugurada em 2012, foi a 94^a escola implementada pelo Estado. Iniciou suas atividades num espaço provisório, cedido pela prefeitura, onde funcionou até o final do primeiro ano, quando o prédio da escola foi concluído e inaugurado. A partir de então, passou a funcionar no seu prédio, padrão MEC. No primeiro ano a SEDUC definiu os cursos que seriam ofertados, pelos mesmos critérios das escolas anteriores, “as características socioeconômicas do município, em diálogo com os projetos estratégicos do Governo Estadual no que se refere ao desenvolvimento econômico e produtivo do Ceará” (SEDUC, 2014, s/p). Desta forma foram ofertados os cursos Técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Enfermagem e Hospedagem.

O prédio padrão MEC, nos dá um certo encantamento e por isso procuro descrevê-lo de forma poética. É considerado uma grande estrutura que se localiza à margem da CE 163, distante cinco quilômetros da sede do Município, e está situada

entre a fábrica de beneficiamento do coco – Adel Coco Brasil – e o presídio da cidade. Na chegada ao prédio, avista-se a parede principal e nela uma arte em grafite, marca de todos os prédios das EEEPs do Ceará. Do lado direito um centro de multimeios com uma biblioteca no piso térreo e no primeiro andar a sala de leitura e pesquisa. Ao lado esquerdo, o auditório com 180 assentos, sendo estes dois espaços separados pelo pátio coberto, um amplo espaço de convivência e acolhida. Ao lado do grafite, há uma rampa de acesso às doze salas de aula que ficam no primeiro andar, formando um grande retângulo. Todas as salas têm tamanho padrão e comportam 45 alunos. No piso térreo, logo após a rampa e ao lado esquerdo, há o setor administrativo (secretaria, duas salas de coordenação, diretoria, sala dos professores com uma ilha para pesquisas diversas). À frente, os dois laboratórios de informática com 20 máquinas cada, um destinado às pesquisas e o outro para uso das disciplinas da área técnica. Do lado oposto, separados pela escada de acesso ao piso superior, estão os laboratórios de Matemática, Física, Biologia e Química, utilizados para as aulas práticas da área de Ciências da Natureza e Matemática. Entre os laboratórios temos os almoxarifados e nos dois pisos os banheiros, masculinos, femininos e para deficientes físicos. À frente desse retângulo de salas, estão o refeitório, a cozinha, a sala do grêmio e ao lado o anfiteatro. Seguindo, chegamos ao ginásio poliesportivo, um espaço vivo de integração esportiva diária dos estudantes e das práticas de educação física sempre muito valorizadas por eles. Ao lado do ginásio o espaço destinado aos laboratórios dos cursos técnicos, chamados laboratórios especiais, adaptados de acordo com os cursos ofertados. No caso da escola, foram montados os quatro laboratórios técnicos em 2012. Atualmente, ainda contamos com o laboratório de Edificações e Eletrotécnica, os demais foram remanejados para outras escolas da rede após a escola cessar a oferta dos cursos. Para completar a grandiosidade do prédio, vale dizer que todos os espaços são climatizados, exceto ginásio e cozinha. Além da área não construída no prédio, tem ainda grandes corredores para acesso e convivência das pessoas, além dos estacionamentos nas laterais.

Importante destacar que, apesar da descrição apresentar uma grande estrutura física, o prédio tem algumas “patologias” desde a sua construção, sendo as mais visíveis, as infiltrações, os gotejamentos e os problemas elétricos. Mesmo assim, o equipamento é extremamente importante pelo aparato pedagógico que dispõe para a realização das aulas. Para o Município, a escola profissional é um

privilégio, pois oferece mão de obra qualificada, com possibilidades de atuação no mercado de trabalho local.

Para contribuir com essa formação a EEEP JRD tem uma equipe de profissionais composta por cinquenta profissionais, sendo 33 exercendo funções docentes e 17 em outros serviços. Apresentamos no quadro 1 o detalhamento das funções docentes, em 2020, descrevendo o tempo de trabalho na escola de cada profissional.

Quadro 1 – Equipe escolar da EEEP José Ribeiro Damasceno – ano 2020

ORD	FUNÇÃO	VÍNCULO	INÍCIO DAS ATIVIDADES NA ESCOLA
1	Coord. Curso (edif.)/professor técnico	CENTEC	SET /2013
2	Coord. Curso (adm/com)/professor técnico	CENTEC	AGO/2018
3	Coord. Curso (eletro)/professor técnico	CENTEC	MAR/2014
4	Coord. Curso (info)/professor técnico	CENTEC	JAN/2020
5	Professor técnico/orientador estágio	CENTEC	AGO/2019
6	Professor técnico/orientador estágio	CENTEC	AGO/2019
7	Professor técnico/orientador estágio	CENTEC	MAIO/2018
8	Professor técnico/orientador estágio	CENTEC	AGO /2017
9	Professor técnico/orientador estágio	CENTEC	FEV /2019
10	Professora de Língua Portuguesa/MT	EFETIVO	ABR/2012
11	Professora de Língua Portuguesa/DT	CPTD	AGO/2017
12	Professora de Língua Portuguesa//DT	CPTD	FEV/2017
13	Professora de Língua Portuguesa//DT	CPTD	FEV/2015
14	Professor de Espanhol/DT/MT	EFETIVO	ABR/2012
15	Professor de Educação Física/Arte	CPTD	MAI/2018
16	Professor de Inglês/DT	CPTD	FEV/2020
17	Professora Sociologia/DT	CPTD	AGO/2019
18	Professora Filosofia/DT	CPTD	AGO 2017
19	Professor Geografia	CPTD	FEV 2017
20	Professora História/DT/Empreendedorismo	CPTD	FEV 2014
21	Professor Matemática/DT	CPTD	FEV/2020
22	Professor Matemática/DT	CPTD	FEV/2020
23	Professor Matemática	CPTD	FEV/2020
24	Professor Física	CPTD	FEV/2019
25	Professor Química	CPTD	FEV/2019
26	Professora Biologia/DT/PV	CPTD	FEV/2015
27	Professora Biologia/DT/PV	CPTD	FEV 2015
28	Regente do Centro de Multimeios	EFETIVO	AGO/ 2013
29	Coordenadora Laboratório Informática	CPTD	FEV/2019

30	Coordenadora da Ação Curricular	EFETIVO	FEV/2012
31	Coordenadora de Desempenho acadêmico	EFETIVO	MAI/2016
32	Coordenadora de Estágio	EFETIVO	MAR/2015
33	Diretora Escolar	EFETIVO	MAR/2018

Fonte: Secretaria da EEEPJRD, 2020.

A equipe docente é composta por 33 professores, como visualizamos no quadro, nove professores atuam na área técnica, sendo dois por curso e destes, quatro são professores e coordenadores dos cursos, os demais, além de professores exercem a função de orientadores de estágio. Todos são contratados por regime celetista, via Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), que tem um contrato de gestão celebrado com a SEDUC. Esses profissionais podem ter carga horária mínima de 10h/a e máxima de 44h/a.

Os professores da Base Comum cumprem uma carga horária integral de 40h/a semanais e são um total de 20, estes também ministram as aulas da parte diversificada do currículo, de acordo com os seus perfis e a afinidade com as disciplinas, dentre elas Projeto de Vida (PV), Mundo do Trabalho (MT), Empreendedorismo e Formação para a Cidadania e Competências Socioemocionais, esta última ministrada por professores que atuam no Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT)³³. Na equipe tem ainda uma professora que é Regente do Centro de Mídias e um professor coordenador do Laboratório de Informática. A maioria da equipe trabalha em regime de Contrato por Tempo determinado (CPTD), sendo apenas três professores efetivos da SEDUC.

A equipe formada por uma diretora geral e três coordenadoras escolares, compõem o Núcleo gestor da escola, todas professoras efetivas da rede de ensino estadual. Exercem suas funções no âmbito da gestão escolar, no acompanhamento

³³ O Projeto Professor Diretor de Turma é uma experiência das escolas públicas portuguesas, implantado no Ceará no 2º semestre de 2008, através de uma experiência piloto, nas 25 escolas estaduais de educação profissional que possuem uma jornada escolar de tempo integral. Chegou ao Brasil por ocasião do XVIII Encontro da ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da Educação) – Seção do Ceará, no ano de 2007, quando a experiência foi apresentada. O Professor Diretor de Turma além de ministrar a sua disciplina, assume a disciplina de Formação para a Cidadania, na parte diversificada e tem a função de cuidar dessa turma, construir um dossiê dos alunos, manter o contato com os pais, acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, tendo uma carga horária específica para esse fim. Disponível em: http://portal.seduc.ce.gov.br/images/professor_diretor_turma/projeto_professor_diretor_de_turma.pdf.

às ações do Currículo, ao desempenho acadêmico e fortalecimento do protagonismo juvenil e à área técnica e estágio curricular.

Visualizamos no quadro 1, a área de atuação, os vínculos trabalhistas e o tempo em que os professores atuam na escola. Assim identificamos aqueles que podem contribuir com a nossa pesquisa em virtude da relação com o tema e o conhecimento que tem da escola, dentre eles os coordenadores de curso, professores técnicos e membros da gestão escolar.

O quadro 2 apresenta as funções dos servidores responsáveis pelos serviços administrativos e burocráticos, financeiros, limpeza, alimentação e segurança.

Quadro 2 – Servidores EEEP José Ribeiro Damasceno – ano 2020

ORD	FUNÇÃO	VÍNCULO	INÍCIO DAS ATIVIDADES NA ESCOLA
01	Secretária escolar	Comissionado	Fevereiro/ 2012
02	Assessor administrativo financeiro	Comissionado	Mai/ 2018
03	Agente administrativo	Terceirizado	Abril/ 2012
04	Agente administrativo	Terceirizado	Fevereiro/ 2013
05	Auxiliar de serviços gerais	Terceirizado	Abril/ 2012
06	Auxiliar de serviços gerais	Terceirizado	Abril/ 2012
07	Auxiliar de serviços gerais	Terceirizado	Agosto/ 2013
08	Porteiro	Terceirizado	Abril/ 2012
09	Auxiliar cozinha	Terceirizado	Fevereiro/ 2014
10	Auxiliar cozinha	Terceirizado	Abril/ 2012
11	Auxiliar cozinha	Terceirizado	Agosto/ 2015
12	Chef cozinha	Terceirizado	Fevereiro/ 2020
13	Auxiliar cozinha	Terceirizado	Fevereiro/ 2020
14	Vigilante	Terceirizado	Abril/ 2018
15	Vigilante	Terceirizado	Abril/ 2018
16	Vigilante	Terceirizado	Fevereiro/ 2012
17	Vigilante	Terceirizado	Fevereiro/ 2012

Fonte: Secretaria da EEEPJRD, 2020.

Os profissionais burocráticos, auxiliares de serviços gerais, porteiro e serviços de alimentação e vigilância, todos são servidores terceirizados. Um quadro de funcionários bem reduzidos, dada a extensão do prédio da escola especialmente auxiliares de serviços gerais, que são apenas três, para cuidar de toda limpeza do

espaço. Como demonstra o quadro 2, oito destes profissionais estão na escola desde o início das atividades escolares.

A Secretária Escolar, que é cargo comissionado, iniciou suas atividades na escola em 2012 e é uma profissional que tem acesso a dados importantes de matrícula e conclusão, desta forma poderá contribuir muito para esse estudo. Todos os dados cadastrais dos alunos são informatizados e podem ser encontrados na página eletrônica do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE/SEDUC).

Outro cargo comissionado é o Assessor Administrativo Financeiro que, com o apoio da gestão e após consulta a comunidade escolar, realiza o planejamento, a execução e a prestação de contas dos recursos financeiros da instituição, tendo em vista as prioridades para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. A escola recebe da SEDUC, um aporte financeiro para Manutenção, a cada início do ano letivo, estabelecido por meio de uma portaria. Além dessa portaria também recebe um aporte para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual, destinado aos estudantes que farão o Estágio Curricular e pode receber outras portarias caso participe de editais pedagógicos. Todos os recursos destinados devem ser planejados pela escola mediante prioridades, executado por meio de cotação eletrônica ou licitação, dependendo do valor, e prestados contas até o final do ano letivo. Todas estas movimentações financeiras devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento de Aquisições (SAA) da Secretaria da Educação. Além do recurso de manutenção, a escola através da Unidade Executora (UEX), recebe através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), um recurso federal que pode ser utilizado para aquisição de equipamentos ou bens permanentes e material de expediente, consumo, limpeza e serviços, desde que devidamente justificado o uso no processo de ensino e aprendizagem.

No eixo pedagógico, em conformidade com as orientações dos 'Referenciais para as EEEPs' da Secretaria de Educação, a escola construiu seu Projeto Político Pedagógico (PPP) que traz a seguinte afirmação com relação às expectativas que a população deposita sobre a escola profissional:

Há uma grande expectativa da população local sobre o impacto positivo que uma escola profissional pode trazer ao município, não somente na conquista do primeiro emprego de jovens egressos, como também no acesso à universidade. A comunidade escolar trabalha para formar bons cidadãos e jovens que concluam seus

estudos elaborando metas de crescimento pessoal e profissional através de seus projetos de vida. (EEEP JRD, PPP, 2015, p. 5)

Ainda de acordo com o documento, a integração dos três eixos visa promover a educação profissional de forma integrada ao ensino médio. A Base Nacional Comum segue as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares, as Orientações Curriculares e os Padrões Mínimos estabelecidos pela SEDUC. A área técnica referente a formação profissional, organiza-se a partir das definições do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), plano do curso e consultoria do Instituto CENTEC, que define e atualiza as ementas e as disciplinas. A parte diversificada do currículo segue o que estabelece o documento orientador da secretaria, Referenciais para as EEEPs (CEARÁ, 2013).

Quanto ao currículo, o PPP trata a carga horária como construção em um tripé: formação acadêmica, profissional e humana. Para atender a essa formação, busca formar seres autônomos, responsáveis, com capacidade de iniciativa e realização de tarefas e projetos, como descreve o documento.

Quanto ao “cardápio” de cursos da escola, o PPP aponta que a oferta dos primeiros cursos em 2012: Edificações, Eletrotécnica, Enfermagem e Hospedagem foi definida pela SEDUC tendo em vista estudo realizado sobre o Município e seus arranjos produtivos,

Os arranjos produtivos identificados pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará sinalizam para os campos que futuramente poderão absorver a mão de obra formada nos cursos ofertados. O curso técnico em Edificações foi visualizado pelo enorme crescimento da construção civil no município observado nos últimos anos, empreendimentos que advém em grande parte pelo desenvolvimento alavancado pela demanda do turismo. Com as belas praias de Guajiru, Flecheiras, Emboaca e Mundaú, [...] a instalação do curso técnico em Hospedagem. A instalação de diversos parques eólicos e indústrias no município chamou atenção para a implantação do curso técnico em Eletrotécnica e a carência da região de profissionais da área de saúde reforçou a necessidade do curso técnico em Enfermagem. (EEEP JRD, PPP, 2015, p. 14)

O PPP apresenta o estudo feito pela SEDUC sobre o potencial do Município para decidir a oferta dos primeiros cursos. Estudo reiterado pelo contexto apresentado nesse trabalho sobre o Município, quanto ao desenvolvimento do turismo e os grandes empreendimentos na área da construção civil e energias,

pressupondo um futuro promissor para absorção da mão obra que seria formado pela escola.

O documento “Relatório de Gestão” (CEARÁ, 2014) reitera os critérios definidos para a escolha dos cursos em 2008 e para os anos subsequentes, devendo ser analisada a demanda e a necessidade do setor produtivo de região da EEEP, identificando ainda os projetos de desenvolvimento do governo para a região. Os critérios estabelecidos para a oferta de cursos a partir do ano 2009 foram definidos considerando “o debate pedagógico realizado com os interlocutores dos quatro primeiros cursos implantados, o conhecimento sobre a estrutura sócio-ocupacional do estado, com base nos estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas do Ceará (IPECE)” (CEARÁ, 2014, s/p).

Na escola onde a pesquisa é realizada, não encontramos nos registros escolares, nenhum levantamento de dados sobre a demanda produtiva do município, para justificar a escolha dos cursos com base na necessidade deste setor.

Para além dos critérios já citados, também é preciso considerar “a presença de professores técnicos com formação para desenvolvimento das aulas e de locais apropriados para a realização do estágio curricular” (CEARÁ, 2014, s/p). Ou seja, a disponibilidade de campos de estágio, empresas concedentes que possam receber os alunos no próprio Município, evitando o deslocamento de alunos, minimizando assim os custos. Outro fator que deve prevalecer para a escolha é a existência de laboratórios técnicos na escola para subsidiar as aulas práticas dos cursos que assim o exigem. Quanto a estes critérios a escola atende ao quesito professores técnicos formados, laboratórios e locais para desenvolvimento do estágio.

Por ser a EEEP JRD uma escola Padrão MEC, com 12 salas de aulas, oferta a cada ano, quatro turmas/opções de cursos, que são previamente sugeridos pela escola e aprovados pela SEDUC. Para esta decisão a escola responde, anualmente, a uma solicitação feita por e-mail, pela SEDUC sobre os cursos que deseja ofertar, justificando as escolhas que devem atender aos critérios já elencados. Essa solicitação é feita à gestão escolar, e não orienta consulta à comunidade. Para além dos critérios estabelecidos, a gestão escolar considera também, a aceitação do curso, tendo em vista a procura por ocasião do processo seletivo, e o desempenho acadêmico dos alunos dos cursos, ou seja, a proposta é da gestão da escola que

propõe a oferta, mas quem decide é a SEDUC, considerando as condições de oferta.

Conforme orientação da Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP), a gestão da escola sugere a oferta de cursos que pode ou não ser deferida pela SEDUC, que comunica à escola os cursos que serão ofertados no ano subsequente à consulta. A COEDP é a coordenadoria criada em 2010 para, dentre outras atribuições, “orientar as escolas na implementação da proposta de ensino médio integrado à educação profissional” (CEARÁ, 2014, s/p).

Para ingressar na escola, o candidato participa de um processo seletivo realizado por esta, através de edital próprio, disponibilizando 45 vagas para cada turma/curso. Oliveira e Junior (2015, p. 96) destacam como “diretriz da política estadual de educação profissional, a equidade como forma de fortalecer os processos de ampliação dos contextos de justiça e inclusão social”. Desde 2010, atendendo a uma recomendação do Ministério Público, a SEDUC assegurou legalmente, através da Portaria nº 105/2010, que 80% das vagas se destinassem a estudantes oriundos da rede pública de ensino e 20% da rede privada, constante também no Regimento Escolar. Desta forma prioriza-se o ingresso de alunos vindos da escola pública.

Embora destinando maior percentual de vagas para estudantes de escolas públicas, não houve até o ano de 2020 o acesso dos estudantes com deficiência através de cota. Somente em 2021 foi reservado cotas para deficientes conforme portaria de matrícula nº 612/2020, onde 5% do total de vagas por curso ficam reservadas para atendimento a este público.

Para concorrer, o aluno deve apresentar dentre outros documentos, o de Identificação (Certidão de nascimento ou Identidade), Comprovante de endereço e o histórico escolar do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, podendo haver mudanças de acordo com a Portaria de Matrícula. No ato da inscrição o candidato deve fazer opção por um dos cursos ofertados e ao final são selecionados aqueles com maior média geral, por curso,

Para a seleção dos alunos que ingressam nas EEEPs, a cada ano é lançada uma portaria de matrícula que normatiza esse processo. A Portaria de Matrícula é um documento público, devendo estar exposto nas EEEPS/SEDUC para conhecimento do público interessado. Vale salientar que os únicos critérios estabelecidos na Portaria são a idade e a média das notas obtidas no Ensino

Fundamental. [...] É imprescindível que o processo de seleção dos alunos da EEEPs seja transparente, de forma a não deixar margem para nenhuma interpretação controversa. (CEARÁ, 2014, s/p)

A EEEP JRD tem uma clientela de estudantes que reside nas mais diversas localidades do Município (litoral, zona rural, distritos e centro), o que faz com que tenhamos uma juventude bem diversa em todos os aspectos. Para chegar à escola os alunos utilizam o transporte escolar custeado pelo Estado, que criou rotas de transporte escolar por localidades. Em 2020, eram 16 rotas para atender aos alunos da escola profissional, pois 99% deste utiliza esse transporte. Outro aspecto relevante é a condição socioeconômica dos estudantes. Dos 505 matriculados em 2020 na EEEP JRD, 322 deles eram beneficiários do programa Bolsa Família, conforme dados do Sistema Presença do MEC, ou seja, mais de 63%, são considerados de baixa renda. Mesmo selecionando por nota, existem as desigualdades sociais, alunos em condições econômicas desfavoráveis, exigindo da escola a realização de ações para minimizar os efeitos dessas desigualdades. Podemos citar, como exemplo, o acompanhamento personalizado e efetivo feito pelo professor diretor de turma aos alunos, o contato constante com os pais e o trabalho intersetorial feito pela gestão escolar. Nesse mesmo contexto, temos alunos que vivem em condições mais confortáveis em termos financeiros, porém não temos como mensurar o nível socioeconômico deste público, por não existir levantamento realizado pela escola sobre a situação socioeconômica dos alunos.

Após conhecer como se dão os processos no contexto escolar, apresentamos um histórico dos cursos ofertados pela EEEP JRD desde sua implantação, descrevendo o perfil do curso e dos estudantes.

2.3.3 Cursos ofertados e alunos diplomados

Desde o início das atividades escolares em 2012 a EEEP JRD ofertou 07 cursos distintos, dois deles ainda prevalecem até hoje, outros foram sendo substituídos ao longo do tempo. Descrevemos a oferta dos cursos no período de 2012 a 2019, seus percursos formativos e a infraestrutura para a formação técnica e execução de aulas práticas. Tratamos ainda dos alunos, a forma de ingresso e série histórica de matrículas e de egressos/diplomados, enfatizando o perfil dos alunos em cada curso. Esses dados foram coletados na secretaria da escola, por meio dos

quais podemos perceber as semelhanças e possíveis diferenças de inserção acadêmica em nível superior e no mercado de trabalho.

No período de 2012 a 2015 não houve mudança na oferta, somente a partir de 2016 foram substituídos alguns cursos. No quadro 3, apresentamos os cursos ofertados na escola, anualmente, desde sua implantação.

Quadro 3 – Oferta de cursos técnicos pela EEEP JRD de 2012 – 2020

Ano	Turma A	Turma B	Turma C	Turma D
2012	Edificações	Eletrotécnica	Enfermagem	Hospedagem
2013	Edificações	Eletrotécnica	Enfermagem	Hospedagem
2014	Edificações	Eletrotécnica	Enfermagem	Hospedagem
2015	Edificações	Eletrotécnica	Enfermagem	Hospedagem
2016	Edificações	Eletrotécnica	Comércio	Hospedagem
2017	Edificações	Eletrotécnica	Comércio	Administração
2018	Edificações	Eletrotécnica	Comércio	Administração
2019	Edificações	Eletrotécnica	Informática	Administração
2020	Edificações	Eletrotécnica	Informática	Administração

Fonte: Elaboração própria, dados da Secretaria da EEEP JRD.

Como mencionado anteriormente, os quatro primeiros cursos contavam com estrutura de laboratório técnico para desenvolvimento das aulas práticas, que preparam o aluno para atuar no campo de estágio, onde irá aprimorar seus conhecimentos e tornar-se apto a atuar no mercado de trabalho. Os cursos do eixo Gestão e Negócios (Comércio e Administração) não necessitam de laboratório técnico e para o curso de Informática ainda não foi feita a adaptação do laboratório.

Com relação a carga horária técnica, esta varia de acordo com cada curso, sendo executada de forma integrada às disciplinas da Base Comum que somam 2.620 horas aulas, totalizando 5.400h/a quando incluída a parte diversificada. Desta carga horaria, 600h/a são destinadas ao estágio curricular para os cursos do eixo tecnológico ambiente e saúde e 400h/a para os demais eixos atendendo ao que é estabelecido pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

A tabela 6 explicita a carga horária dos cursos ofertados pela escola, nos três eixos do currículo, desenvolvido de forma integrada, ensino médio e técnico.

Tabela 6 – Cursos técnicos e sua carga horária

CURSO	Eixos do currículo – c/h			TOTAL
	BC*	AT*	PD*	
Edificações	2620	1600	1180	5400
Eletrotécnica	2620	1520	1260	5400
Enfermagem	2620	1860	0920	5400
Hospedagem	2620	1140	1640	5400
Comércio	2620	1280	1500	5400
Administração	2620	1300	1480	5400
Informática	2620	1540	1240	5400

*BC – Base Comum *AT – Área Técnica *PD – Parte Diversificada

Fonte: Secretaria da EEEP JRD.

Percebemos pela tabela 6, que a carga horária da base técnica e da parte diversificada se diferem, e somam-se para compor a carga horária total que deve ser a mesma para todos os cursos. A oferta do ensino médio nesse formato tem como objetivo desenvolver no aluno aptidões e competências necessárias à sua atuação no mercado de trabalho, estabelecidas pelo Catálogo dos Cursos Técnicos (CCT) das EEEPs do Ceará. O quadro 4 aponta os cursos já ofertados pela EEEP JRD fazendo uma descrição dessas aptidões que precisam ser desenvolvidas no aluno durante a formação e os campos de atuação possíveis, após concluir o ensino médio técnico.

Quadro 4 – Perfil profissional e campo de atuação do técnico, por curso

(continua)

Curso	PERFIL PROFISSIONAL / ÁREA DE ATUAÇÃO
Edificações	<p>Perfil – Apto a identificar diferentes tipos de solos, ferramentas e instrumentos topográficos, materiais de construção utilizados em obras, especificando e orientando sua correta utilização, bem como projetar com auxílio de sistemas computacionais (CAD-Computer Aided Design), além de fiscalizar e acompanhar projetos e obras civis, fazendo o controle tecnológico da obra.</p> <p>Área de atuação – Escritórios de projetos de Engenharia e Arquitetura. Laboratório de análise de solos e de materiais utilizados na construção civil. Construtoras de pequeno e grande porte, públicas ou privadas. Empresas de comércio, representação e vendas na área de construção civil. Empresas de construção civil, públicas e privadas. Departamento de manutenção predial de empresas públicas e privadas. Concessionárias de serviços públicos e órgãos públicos.</p>
	<p>Perfil – Apto a desenvolver serviços técnicos de manutenção, projeto, instalação, desenho e outras atividades em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e em sistemas prediais e industriais</p>

Eletrotécnica	<p>convencionais ou automatizados, atuando com equipamentos elétricos e eletroeletrônicos.</p> <p>Área de atuação – Órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Empresas de geração e transmissão de energia elétrica. Empresas de telecomunicações. Empresas de água e saneamento. Escritório de projetos técnicos.</p>
Enfermagem	<p>Perfil – Apto a realizar ações que visem à recuperação e reabilitação do indivíduo e da coletividade. Executar cuidados de enfermagem a pacientes com psicopatologias, em tratamento clínico/cirúrgico, ginecológico/obstétrico, pediátrico, de urgência/emergência e em estado grave.</p> <p>Área de atuação – Centro de Saúde da Família. Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. Fábricas, indústrias, associações e cooperativas. Organizações não governamentais.</p>
Hospedagem	<p>Perfil – Apto a atuar na recepção, reservas, alimentos e bebidas, eventos e governança em meios de hospedagem. Executa atividades operacionais de recepção e atendimento a clientes, serviços de andares, critérios de qualidade na prestação de serviços, presta suporte ao hóspede durante sua estada.</p> <p>Área de atuação – Órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Meios de hospedagem. Centro de Eventos/Centros de Convenções. Buffets e navios de passageiros. Empresas de comunicação e eventos. Restaurantes. Empresas de montagem de eventos. Cerimoniais. Empresas que realizem eventos em suas atividades cotidianas como shoppings, museus, teatros, empresas de treinamento etc. Empresas especializadas em decoração e montagem. Associações industriais e hoteleiras.</p>
Comércio	<p>Perfil – Apto a organizar e planejar vendas de produtos/serviços em estabelecimentos comerciais, visando à fidelização de clientes em consonância com os objetivos da empresa.</p> <p>Área de atuação – Supermercados ou Hipermercados. Lojas de Confecção e acessórios. Sapatarias e acessórios. Lojas de Departamentos. Lojas de Materiais Esportivos. Outlets. Farmácias. Shopping Centers. Óticas. Distribuidoras ou Lojas de Cosméticos ou Perfumarias. Concessionárias de veículos ou motocicletas. Lojas de Móveis, Eletros e Eletrônicos. Lojas de Autopeças para veículos e motocicletas. Empresas prestadoras de serviços em geral (setor público e privado).</p>
Administração	<p>Perfil – Apto a atuar na assistência e assessoria de chefias, diretorias e gerências de empresas, fundações, autarquias e órgãos públicos. As atividades de apoio envolvem gestão de recursos humanos, materiais, financeiros, mercadológicos e da informação, com o intuito de contribuir com a produtividade e competitividade das empresas.</p> <p>Área de atuação – Órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Indústrias. Varejos. Atacados. Distribuidoras. Empresas de Consultoria e Assessoria Empresarial. Empresas Prestadoras de Serviços.</p>
	<p>Perfil – Apto a desenvolver sistemas através de análise e programação, além de montar, instalar e configurar todos os componentes de software, hardware e redes de pequeno e médio porte.</p>

Informática	Área de atuação – Órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Fábricas de Softwares. Empresa de Desenvolvimento. Lojas de T.I. Empresas de Suporte e Manutenção de Computadores. Empresas de Telecomunicações (Provedores de Internet e Telefonia). CPD – Central de Processamento de Dados. Empresas de Suporte Técnico ao Usuário. Empresas que necessitam de informatização de processos.
-------------	---

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CCT, site educação profissional/Seduc/ce.

Consultamos os documentos da secretaria da escola e registramos alguns dados relativos ao rendimento escolar e fluxo dos alunos desde as primeiras turmas. Apresentamos a tabela 7 com os números de uma mesma turma/curso: matrículas na 1ª e na 3ª série, transferência, reprovação e conclusão dessa turma, por curso, no período de 2014 a 2019. O ano, na tabela refere-se à matrícula da 3ª série.

Tabela 7 – Oferta e fluxo de alunos da EEEP JRD por curso – 2012 a 2019

CURSO	ANO	MI 1ª *	MI 3ª **	TR**	DE**	RP**	AP***
EDIFICAÇÕES	2014	45	35	-	-	-	35
	2015	45	39	-	-	-	39
	2016	46	44	1	-	-	43
	2017	46	41	1	-	-	40
	2018	47	40	-	-	-	40
	2019	47	39	-	-	-	39
Total		276	238				236
ELETROTÉCNICA	2014	45	30	-	-	1	29
	2015	45	35	-	-	-	35
	2016	46	37	1	-	1	35
	2017	45	38	1	-	1	36
	2018	45	42	1	-	-	41
	2019	47	29	-	-	-	29
Total		273	211				205
ENFERMAGEM	2014	45	26	-	-	-	26
	2015	45	37	-	-	-	37
	2016	46	37	1	-	-	36
	2017	45	40	-	-	-	40
Total		181	140				139
HOSPEDAGEM	2014	48	21	-	-	2	19
	2015	46	30	1	-	-	29
	2016	47	32	-	-	1	31
	2017	47	39	-	-	1	38
	2018	46	37	1	-	2	34

Total		234	159				151
COMÉRCIO	2018	46	38	-	-	-	38
	2019	45	38	1	-	-	37
Total		91	76				75
ADMINISTRAÇÃO	2019	47	42	-	-	-	42
Total		47	76				42

MI 1^a* – Matrícula Inicial (1^a série); MI 3^a** – Matrícula inicial (3^a série); TR ** – Transferido; DE** – Desistente; RP** – Reprovado; AP*** – Aprovado (diplomados).

Fonte: Elaboração própria. Secretaria da EEEP JRD, 2020.

Pelos números apresentados percebemos que não houve evasão nesse período e reprovação apenas nos cursos Eletrotécnica e Hospedagem, com índices bem baixos. A aprovação na escola é de quase 100%, na última série. No entanto, se compararmos os números de ingresso na 1^a série, com o número de alunos que concluíram na mesma turma, notamos que há diferença. Isso acontece porque muitos alunos que iniciam na escola, por alguns motivos que não foram possíveis de se identificar, não permanecem e são transferidos para outras escolas ao longo do curso. Estes alunos não são considerados evadidos, pois não deixam de estudar e continuam matriculados na rede estadual.

Os cursos de Edificações e Eletrotécnica sempre foram ofertados na escola. Uma razão para essa oferta é a presença dos laboratórios técnicos necessários à realização das aulas práticas e de professores para ministrar as disciplinas técnicas. O Curso de Edificações apresenta um histórico crescente de ingresso na Universidade e não tem reprovações na última série. O rendimento do curso, se fizermos a relação diplomados na 3^a série pela matrícula inicial na 1^a série, é de 85,5%, no período da oferta. Esses fatores podem justificar a permanência do curso, pois os alunos são em sua maioria muito dedicados.

Eletrotécnica é um curso procurado especialmente por meninos, apesar de ter algumas meninas nas turmas. Tem um alto índice de alunos que não consegue avançar e acaba se transferindo, e comprovamos um rendimento, para o período da oferta, de 75% relacionando o rendimento dos diplomados em relação a matrícula na 1^a série. Percebemos ainda que, ao longo do período, três alunos foram reprovados no 3^o ano. É um curso que tem mercado de trabalho na região, especialmente em virtude das indústrias e dos parques eólicos presentes no município, mas não encontramos registros de que este mercado absorve a mão de obra formada pela escola.

O curso Técnico em Enfermagem apresentou um rendimento de 77% de diplomados em relação a matrícula na 1ª série. O curso deixou de ser ofertado, talvez pelo fato de a escola encontrar dificuldades no seu funcionamento. Dentre essas dificuldades podemos elencar a carência de campo de estágio para os alunos, especialmente porque o estágio tem um formato diferenciado dos demais cursos. O orientador de estágio deve ser o professor técnico que acompanha até 10 estagiários e deve permanecer ao lado deles, todo o tempo dedicado ao estágio; outro fator a ser considerado é qualidade do campo, sendo hospitais, os locais mais indicados para a prática de um maior número de habilidades e procedimentos necessários à formação desse técnico, tendo em vista o perfil de formação estabelecido pelo Catálogo de Cursos Técnicos e orientado no Guia de rotinas das ETECs (CEARÁ, 2014), como já apresentado no quadro 4. As aptidões do Técnico em Enfermagem são mais bem apreendidas no espaço hospitalar, pois são procedimentos em que não podem haver erros, por se tratar de vidas.

Ainda é possível perceber na Tabela 7, que foram diplomados no curso de Enfermagem, 139 alunos. Faz-se necessário uma pesquisa em maior profundidade para saber se os técnicos em Enfermagem formados pela escola têm a mão de obra absorvida pelos estabelecimentos que trabalham com serviços de saúde, no Município, como hospitais, consultórios, clínicas e laboratórios. Ressaltamos não existir na escola dados referentes a essa inserção. Como vimos, só existem 19 unidades de saúde ligadas ao SUS, mas tem a oferta da iniciativa privada, apesar de muito tímida. O curso de Enfermagem foi substituído pelo Técnico em Comércio e é dos cursos caros dentro do “cardápio” ofertado e uma possibilidade para essa troca pode ter sido o fato deste curso dispensar menos gastos para a sua oferta.

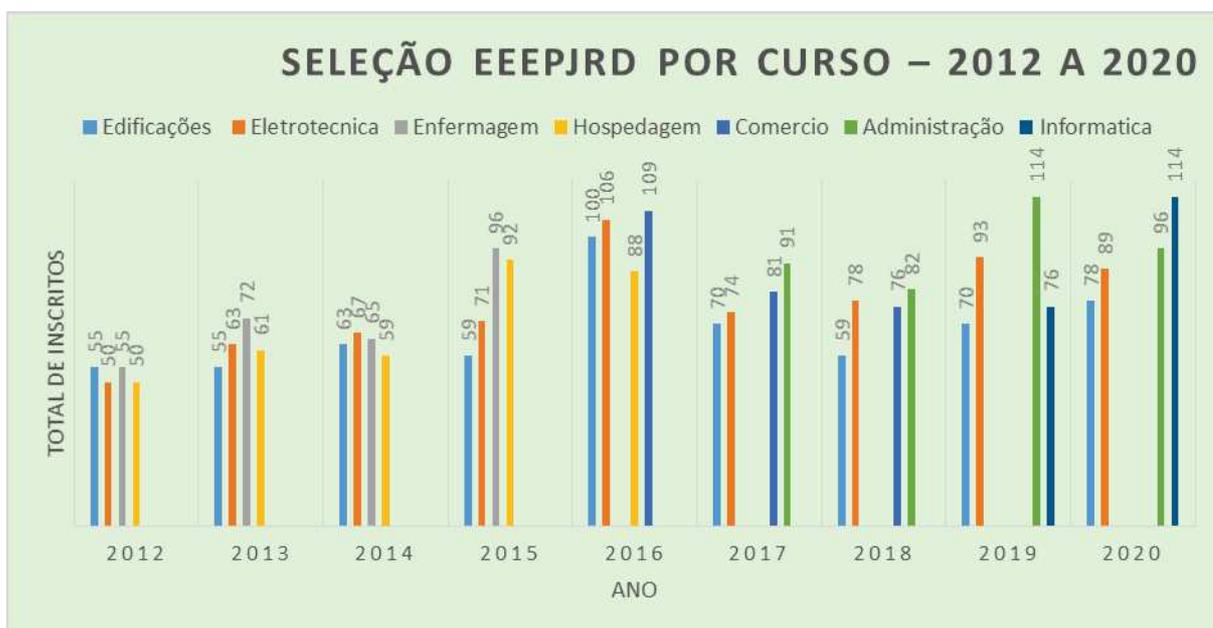
A tabela 7 também nos mostra que foram diplomados na escola, 151 Técnicos em Hospedagem, um dos primeiros cursos ofertados. Ingressaram na primeira série 234 alunos, em cinco ciclos, no percurso abandonaram o curso 77 alunos e 06 foram reprovados na última série, o rendimento na relação entre diplomados e matrícula na 1ª série, é de 64% inferior aos demais cursos. É o curso com maior histórico de reprovações. No entanto é o curso que representa uma mão-de-obra importante para o setor do turismo do município, em virtude da rede hoteleira nas praias de Flecheiras, Mundaú, Emboaca e Guajiru, todas com grande movimentação turística.

O curso de Comércio foi iniciado em 2016 e logo no ano seguinte foi ofertado também o curso de Administração que faz parte do mesmo eixo, Gestão e Negócios. Em virtude da grande procura por esse último, em 2019 o curso de Comércio foi substituído por Informática. O curso de Comércio teve um rendimento de 82% se fizermos a relação diplomados e matrícula inicial na 1ª série, para o período ofertado.

O curso de Hospedagem foi substituído em 2017 pelo curso técnico em Administração, com grande procura e concorrência. Mesmo o setor do turismo em expansão, conforme dados já apresentados no contexto do Município e na tabela 5 – Indicadores de turismo em Trairi – 2010 a 2016, o curso de Hospedagem não apresentava bons resultados de aprendizagem, com muitas reprovações como apresentado na tabela 7 – Oferta e fluxo de alunos da EEEP por curso – 2012 a 2019, o que levou a escola cessar a oferta. O curso de Administração tem se destacado na escola, os alunos que ingressam apresentam ótimo desempenho e produzem resultados de aprendizagem bem positivos, com aprovação de 100%. Desta forma, percebemos que os resultados de aprendizagem dos estudantes influenciam a tomada de decisão na oferta dos cursos. Uma possibilidade é que a escolha do curso se dá mais em virtude do desempenho acadêmico dos alunos, não sendo considerados aspectos relativos à formação profissional.

Para entender a aceitação dos cursos técnicos pela comunidade, apresentamos o gráfico 1 com os números referentes aos processos seletivos, evidenciando o percentual de procura para os cursos ofertados no período de 2012 a 2020, sendo para cada turma 45 vagas.

Gráfico 1 – Seleção EEEP JRD – 2017 a 2020 (concorrência)



Fonte: Elaboração própria. Dados da Secretaria EEEP JRD, 2020.

Quanto maior a procura pelo curso, maior a concorrência. Se observarmos o gráfico 1, podemos perceber que somente a partir de 2015, no quarto ano de funcionamento, é que aumentou a procura pela escola, especialmente nos cursos de Enfermagem e Hospedagem. Ou seja, a maior procura de Enfermagem no último ano de oferta e Hospedagem no penúltimo. Em 2016 a procura por vagas na escola em todos os cursos ofertados, foi a maior em toda série histórica, num total de 403 alunos. No ano seguinte, a procura pela escola diminuiu e o curso de Administração passou a ter a maior concorrência, chegando a 32% de alunos inscritos em 2019. O curso de Informática mesmo tendo a maior procura em 2020, não superou essa marca, somando apenas 30% do total de inscritos.

O curso de Edificações tem sido o menos concorrido exceto em 2016, porém os alunos que ingressam no curso apresentam bons resultados de aprendizagem. Eletrotécnica tem concorrência maior que Edificações, mas os resultados especialmente de ingresso no ensino superior são bem menores, talvez por ser um público que se interessa mais pelo mercado de trabalho. O curso de Comércio apesar da grande concorrência no primeiro ano da oferta, teve no período de três anos uma procura descendente, principalmente após oferta do curso de Administração.

Dependendo da motivação do aluno para ingressar na escola, muitos fatores interferem nessa concorrência, dentre eles podemos citar, em nossa visão: curso menos concorrido ou menos procurado, mais fácil, contribuição para a inserção no mercado de trabalho ou na universidade, a remuneração do estágio, dentre outros. Os alunos com histórico de boas notas escolhem por afinidade, mas os que têm desempenhos mais baixos, muitas vezes não buscam o curso que desejam, mas o que lhe dá condições de ingresso.

A tabela 8 apresenta a relação candidato/vaga (C/V) nos cursos de Enfermagem e Hospedagem, quando foram ofertados. Cada turma com 45 alunos.

Tabela 8 – Relação candidato/vaga para Enfermagem e Hospedagem 2012 a 2016

Curso	2012	C/V	2013	C/V	2014	C/V	2015	C/V	2016	C/V
Enfermagem	55	1,2	72	1,6	65	1,4	96	2,1	-	
Hospedagem	50	1,1	61	1,3	59	1,3	92	2,0	88	1,9

Fonte: Elaboração própria. Secretaria da escola.

Observamos na tabela 8 que, nos primeiros anos, os dois cursos foram pouco procurados. Já nos últimos anos da oferta, a concorrência teve um aumento considerável, com mais de dois alunos para uma vaga. Essa procura evidencia uma maior aceitação dos cursos pela comunidade, mesmo assim, a escola deixou de ofertar os dois cursos.

O curso de Hospedagem, pelos dados apresentados no gráfico, durante os três primeiros anos, foi o menos concorrido (relação candidato/vaga), agregando aqueles alunos com menores notas no histórico escolar, ao ingressarem na escola. Estes alunos trazem dificuldades de aprendizagens e não conseguem superar ao longo do ensino médio fazendo com que ao final do curso tenham baixo desempenho.

Apesar da escola ter como objetivo a formação profissional, o fato de os alunos não apresentar desempenho adequado, especialmente nos resultados das avaliações externas, pode ter induzido a gestão da escola, substituir o curso, uma vez que desconhece os resultados de inserção no mercado de trabalho. A conjuntura econômica do Município apresentava, naquele ano, um turismo em

desenvolvimento, conforme tabela 5, com potencialidades para empregabilidade dessa mão de obra formada pela escola. Como não é um curso de alto custo e a escola já tinha disponível o laboratório técnico para as aulas práticas, o baixo desempenho dos alunos pode justificar a decisão pelo encerramento do curso.

Importa ressaltar que não evidenciamos rejeição por nenhum curso, então é importante para a escola sistematizar dados dos egressos, ouvir os estudantes, para que possa melhor decidir sobre essa oferta.

Finalizamos esta subseção onde conhecemos sobre os cursos técnicos da escola e na seguinte vamos apresentar alguns dados sobre os alunos já diplomados, identificando se o curso profissional causou algum efeito na vida deles.

2.3.4 O acompanhamento aos egressos

Esta seção apresenta as informações de que a escola dispõe sobre as atividades e funções desempenhadas por seus alunos após a conclusão do ensino médio. Partimos de uma pesquisa documental realizada nos documentos internos da secretaria da escola, como Relatório Anual, planilhas de acompanhamento e registro de dados e informações do SIGE escola. Foi possível coletar dados de desempenho, de fluxo escolar e de acesso ao ensino superior referentes ao ano de conclusão do ensino médio.

Coletamos dados referentes a aprovação interna, evasão, resultados das avaliações externas e aprovação em instituições de ensino superior através do ENEM ou vestibulares. A escola dispõe dos dados sobre aprovação em Instituições de Ensino Superior talvez em virtude da valorização da política estadual de ingresso na universidade com o fortalecimento das ações de preparação para o ENEM. Através do projeto “Enem chego junto chego bem³⁴” criado pela SEDUC e vivenciado pelas escolas. A cada etapa do processo do exame, informam-se os

³⁴ ENEM CHEGO JUNTO CHEGO BEM – Lançado em 2012, o projeto deu sequência a um conjunto de iniciativas que a SEDUC vem desenvolvendo para apoiar alunos do 3º ano do Ensino Médio e egressos da rede pública estadual. As ações desenvolvidas têm como finalidade mobilizar e preparar os estudantes da rede estadual para que possam fazer o Exame com segurança e perspectiva de ingresso no ensino superior. Disponível em <https://www.seduc.ce.gov.br/2018/01/01/enem-chego-junto-chego-bem/>. Acesso em: 27 nov. 2020.

dados no sistema SIGE ENEM, desde a documentação, à frequência aos dias da prova e aprovação em IES.

Ao buscar dados sobre a conclusão do ensino superior pelos alunos que ingressam após o ensino médio, não identificamos registros deste processo. Não encontramos também informações referentes à inserção no mercado de trabalho, fato que nos leva a perceber que a escola não faz um monitoramento dos seus egressos. Nos chama atenção o fato de a escola, sendo profissional e tendo como um dos eixos a formação técnica que prepara os estudantes para a vida profissional, não visualizar ou sentir a necessidade de acompanhar e registrar dados sobre esse ingresso no mercado de trabalho. Quando a escola não o faz, não conhece sobre os rumos que seguem os alunos após a conclusão do curso, deixando de responder sobre o cumprimento do seu principal objetivo.

Por ser uma escola de ensino médio profissional, é natural que esta dispusesse de todos estes dados, tanto do prosseguimento aos estudos como de inserção no mundo do trabalho. Uma vez que o projeto da escola profissional persegue uma “formação integral” (CEARÁ, 2014, s/p) é imprescindível que a instituição busque formas de evidenciar se está cumprindo sua missão em todas as suas vertentes: ingresso na universidade, no mercado do trabalho e fortalecimento do protagonismo estudantil. O fato de apresentar apenas dados de aprovação na universidade sugere que a escola tem sido de certa forma negligente e evidencia ainda uma supervalorização do campo acadêmico em detrimento do profissional. A função da escola deve permear os dois aspectos, como explicita a missão e visão de futuro, no seu Projeto Político Pedagógico:

MISSÃO: Promover a integração do Ensino Médio com uma habilitação profissional técnica, através da educação acadêmica de qualidade para ingresso nas universidades, do fortalecimento do protagonismo juvenil e da formação para o mundo do trabalho.

VISÃO: Ser uma instituição que promova a formação integral de alunos comprometidos com a aprendizagem como forma de obter sucesso pessoal e profissional, visando o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região. (EEEP JRD, PPP, Trairi, 2015, p. 13)

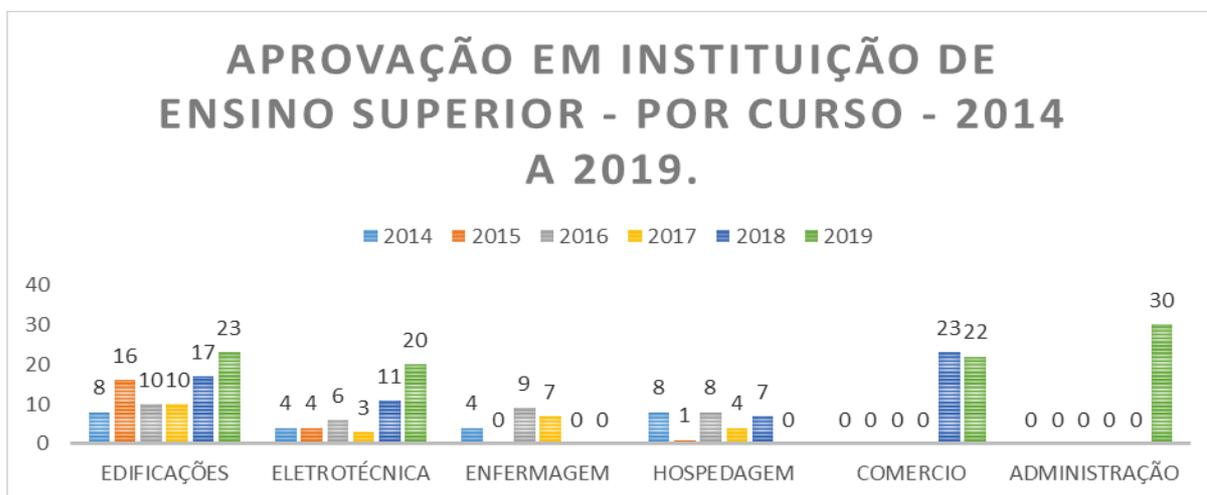
A missão da escola se traduz na oferta de uma formação que promova o aluno para o ingresso na universidade, mas também para o mercado de trabalho,

quando a escola deixa de fazer o monitoramento desse acesso, não consegue perceber se está dando conta da sua missão.

O sucesso pessoal e profissional dos alunos preconizado na visão de futuro da escola só pode ser mensurado se de fato a escola conseguir identificar as atividades de seus egressos, seus progressos, desafios e caminhos percorridos por eles. Somente por meio de um acompanhamento sistemático voltado à escuta aos atores escolares, especialmente alunos, a escola poderá dar conta disso.

Evidenciamos os dados dos estudantes coletados na secretaria da escola relativo à aprovação em instituições de ensino superior nos anos 2014, 2015 e 2016. Já para o período de 2017 a 2019, esses dados foram informados pela escola no SIGE/Sistema ENEM³⁵. No gráfico 2, apresentamos essas informações, por curso, para todo o período referido. Os dados referem-se ao ano de conclusão do ensino médio e são de aprovação e não de ingresso, onde o mesmo aluno pode ter sido aprovado em mais de uma instituição. Reiteramos não encontrar dados sobre o progresso dos alunos após essa aprovação, se conseguiu cursar ou se concluiu os estudos nesse nível.

Gráfico 2 – Aprovação em Instituição de Ensino Superior, pública e privada



Fonte: Elaboração própria (dados da secretaria e do SIGE/ENEM).

³⁵ SIGE/Sistema ENEM – Sistema online para informação de dados referentes ao ENEM, alimentado pela escola, desde 2017. O sistema ENEM é alimentado em cinco etapas: documentação do aluno, isenção, inscrição, frequência e aprovação.

O gráfico 2 apresenta uma significativa aprovação do curso de Edificações, no decorrer dos anos, em relação aos demais cursos. Importante ressaltar que esta aprovação se dá principalmente pelo SISU e Prouni. Para o curso de Eletrotécnica se dá também dessa forma. No curso técnico em Comércio essa aprovação expressiva é apenas em instituições privadas, por meio de vestibulares, com apenas três aprovações pelo Prouni, os alunos realizam vestibulares, testam seus conhecimentos, porém, muitas vezes nem chegam a matricular-se, pois são faculdades fora do Município. O curso de Administração, em seu primeiro ciclo apresentou um significativo resultado de aprovação, sendo a maioria delas pelo SISU e Prouni. Enfermagem e Hospedagem, que não são ofertados atualmente, tiveram uma aprovação bem tímida e sem crescimento sistemático.

Quanto à inserção no mercado de trabalho, como já citado anteriormente, não encontramos na escola, esses dados consolidados. Até o ano 2016 estes dados eram informados pela escola no Sistema Informatizado de Captação de Estágio (SICE), sistema online da SEDUC, após a conclusão do Estágio. No entanto, essa ação do sistema de egressos foi descontinuada e esses dados migraram para a plataforma Conexão Trabalho Ceará, devendo ser alimentada pelo próprio estudante, o que desobriga a escola de informar. Essa plataforma ainda está em processo de construção ou manutenção e apresenta alguns dados gerais, não permitindo a consulta por escola. E com a descontinuidade do sistema de egressos, a escola deixou de fazer a captação destes dados de inserção no mercado de trabalho.

Outro aspecto importante a ser considerado é sobre a oferta dos cursos. Pesquisando nos livros de atas e relatórios escolares, não encontramos registros de consulta ou assembleia feita com a comunidade escolar para escolha dos cursos que são ofertados, o PPP e o Regimento Escolar também não tratam desse assunto, o que sinaliza que a comunidade não participa efetivamente do processo de escolha dos cursos, ficando a decisão a cargo da gestão da escola e da SEDUC.

Evidenciamos alguns desafios a serem superados pela escola quanto a necessidade de perceber o cumprimento de sua missão como escola profissional que deve oferecer formação técnica de qualidade para atuação no mercado de trabalho de modo a contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos jovens.

A inexistência de alguns dados dos egressos, especialmente de inserção no mundo do trabalho pressupõe a necessidade de uma pesquisa mais detalhada junto

aos agentes escolares para melhor conhecer a realidade deles, de forma que possa ajudar no planejamento da escola. Outro desafio apresentado é a necessidade de a equipe escolar conhecer melhor sobre as potencialidades econômicas do Município para melhor decidir sobre a oferta de seus cursos.

A partir da abordagem feita neste capítulo no que se refere aos desafios do ensino médio no Brasil e da educação profissional, com ênfase no projeto das escolas profissionalizantes do Ceará, especialmente na EEEP JRD, o próximo capítulo evidencia os caminhos da pesquisa de campo e os instrumentos utilizados para apropriação de dados que nos permitiram chegar aos objetivos desejados. Ainda nesse capítulo apresentamos os achados da pesquisa e fizemos uma análise, dialogando com os autores que são referenciais nesse estudo. As reflexões apresentadas e os desafios evidenciados serviram de norte para a construção do plano de ação educacional que objetiva propor ações que possibilitem a escola criar processos de sistematização de dados sobre os egressos, pensando na melhoria da escola, oportunizando decisões mais democráticas quanto a oferta dos cursos.

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO FUTURO DOS JOVENS

O capítulo anterior apresentou os dados coletados na pesquisa documental, feita na escola. Neste capítulo discorreremos sobre a pesquisa de campo, sua realização e resultados. Também denominado capítulo analítico, tem como objetivo identificar os desafios que precisam ser superados e os fatores a serem melhorados no acompanhamento de egressos da escola pesquisada. Apresentamos a pesquisa de campo realizada com os sujeitos da escola que, em suas funções, contribuem para a formação dos estudantes da EEEP JRD, universo do estudo de caso.

É composto por duas seções, a primeira apresenta os aspectos metodológicos da pesquisa, os instrumentos selecionados para a coleta de dados, bem como os atores escolares selecionados, justificando a escolha destes. E a segunda seção, escrita a partir dos resultados da pesquisa de campo, traz os dados coletados e procede à análise crítica destes à luz dos autores que trazemos como referência: Machado (2001), Lousada e Martins (2005), Sampaio (2009), Cerqueira *et al.* (2009), Michelan *et al.* (2009), Santos e Sousa (2015), Simon e Pacheco (2017), Oliveira (2019), dentre outros.

Com essa análise pretendemos responder à questão de investigação e adicionalmente propor as ações para a construção do Plano de Ação Educacional, apresentado no capítulo 4.

3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta seção apresenta o percurso feito durante a realização da pesquisa de campo com os agentes da escola, especialmente com os profissionais envolvidos com o processo formativo dos estudantes. Descreve-se o tipo de pesquisa, os instrumentos utilizados para coleta de dados, bem como os participantes selecionados.

O estudo busca analisar como o acompanhamento de egressos poderia subsidiar a gestão da oferta dos cursos técnicos na escola. O objetivo da pesquisa é verificar se existe acompanhamento aos egressos da escola, como é feito e quais as possibilidades que um sistema assim pode oferecer para aprimorar o planejamento da oferta de cursos. Com um sistema efetivo de acompanhamento de egressos é

possível ainda se verificar como a formação profissional se projeta ao percurso seguinte da vida dos estudantes.

Para a pesquisa consideramos como egresso apenas aquele aluno que concluiu, com êxito, o ensino médio integrado ao curso profissionalizante na escola universo da pesquisa. Conforme definição do MEC (BRASIL, 2009b, p.12) egresso é o “aluno que efetivamente concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas no plano de curso e está apto a receber ou já recebeu o diploma”. Adotamos essa conceituação apesar de a literatura considerar outras definições para o termo, como suscita Pena (2000) em seu estudo:

No âmbito educacional, parece haver uma divergência quanto à definição de egresso: enquanto alguns profissionais usam o termo egresso para referir-se exclusivamente aos alunos formados, outros são claros ao abranger com essa denominação todos os indivíduos que saíram do sistema escolar por diferentes vias: diplomados, por desistência, por transferência; outros, por sua vez, entre essas categorias, incluem, também, a dos jubilados; uns poucos, porém, revelam não ter bem definido o conceito em questão. (PENA, 2000, p. 27)

O método utilizado é o estudo de caso que, de acordo com Yin (2001, p. 32), “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Para o estudo de caso tem-se a possibilidade do uso de diversas evidências (YIN, 2001). Neste sentido, a coleta de dados foi realizada com base em fontes documentais e em entrevistas estruturadas, por meio das quais podemos investigar a percepção dos agentes da escola sobre a formação dos alunos, o acompanhamento aos egressos e a participação de todos neste processo formativo. Através das evidências, produzimos durante a pesquisa, dados qualitativos que alinhados à literatura existente trazem subsídios para encontrar resposta para nossa questão de investigação.

Utilizamos as entrevistas estruturadas que foram realizadas individualmente com os sujeitos da escola, gestores e professores envolvidos no processo de formação técnica dos estudantes. As entrevistas foram feitas pela autora e

aconteceram de forma online, para facilitar a sua realização, em virtude da situação pandêmica³⁶ da COVID 19.

O contato com estes sujeitos se deu por telefone, WhatsApp e e-mail para planejar a entrevista, combinar data, marcar horário e fazer o encaminhamento e recebimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas aconteceram por meio de videoconferência, através do aplicativo Meet do Google, tendo sido agendadas com antecedência no Google Agenda, onde o entrevistado recebeu o link por e-mail e por WhatsApp. Cada entrevista foi gravada utilizando recurso do próprio Meet e transcritas posteriormente utilizando o aplicativo *Transcribe*.

O quadro 5 faz uma caracterização dos agentes escolares que participaram das entrevistas. Os professores da base técnica foram entrevistados, por estarem envolvidos diretamente com a formação técnica profissional. Sendo assim entrevistamos quatro Professores Orientadores de Estágio e quatro Coordenadores dos Cursos Técnicos. Um dos Orientadores de Estágio concluiu suas atividades na escola em dezembro de 2020 com o encerramento do curso Técnico em Comércio por isso não quis participar da entrevista. Dos cursos encerrados, entrevistamos o Ex-coordenador do Curso Técnico de Enfermagem. Não conseguimos resposta positiva do Coordenador do Curso Técnico em Hospedagem, apesar das tentativas por telefone, WhatsApp e e-mail, ele não teve disponibilidade em participar.

Por questões de sigilo estes agentes serão identificados por siglas, de acordo com a sequência dos cursos Edificações (curso 1), Eletrotécnica (curso 2), Informática (curso 3) e Administração (curso 4). A sigla CT indica coordenador de Curso Técnico, ECC ex-coordenador de curso e OE indica Orientador de Estágio.

³⁶ A pandemia da COVID-19, também conhecida como pandemia do coronavírus, é uma pandemia em curso, uma doença respiratória aguda causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). A doença foi identificada pela primeira vez em Wuhan, na província de Hubei, República Popular da China, em 1 de dezembro de 2019, mas o primeiro caso foi reportado em 31 de dezembro do mesmo ano. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de uma pandemia.

Quadro 5 – Perfil dos professores e coordenadores técnicos entrevistados

Agente	Idade	Instituição	Vínculo	Formação	Tempo atuando na escola	Regime de Trabalho
CT 1	29	CENTEC	Celetista	Engenharia Civil; Especialista em Educação Profissional	7	40h
CT 2	34	CENTEC	Celetista	Tecnólogo em Mecatrônica industrial.	6	40h
CT 3	26	CENTEC	Celetista	Tecnólogo em Redes de Computadores; Especialista em Informática e Docência no Ensino Superior	1	40h
CT 4	27	CENTEC	Celetista	Graduação em Matemática; Administração; Especialista em Gestão Financeira e Gestão Pública	3	40h
ECC 1	33	-	-	Enfermagem; Especialista em Informática em Saúde e Docência da Educação Profissional; Mestre em Ensino na Saúde.	3	-
OE 1	60	CENTEC	Celetista	Tecnólogo em Construção de Edifícios	2	20h
OE 2	30	CENTEC	Celetista	Eletrotécnico; Graduando em Engenharia Elétrica	3	20h
OE 3	25	CENTEC	Celetista	Ciências da Computação; Especialista em Redes e Segurança de Sistemas; Mestrando em Ciências da Computação.	2	20h
OE 4	33	CENTEC	Celetista	Economista; Especialista em Gestão Empresarial e de Comércio	2	20h

Fonte: Elaboração própria (dados da secretaria escolar).

Foram entrevistados nove sujeitos diretamente responsáveis pela formação técnica profissional que, ministram as disciplinas, orientam e acompanham o estágio curricular. Os quatro coordenadores dos cursos técnicos ofertados atualmente, Edificações, Eletrotécnica, Informática e Administração, o ex-coordenador do Curso Técnico de Enfermagem, já ofertado e quatro professores orientadores do Estágio Curricular. A atuação destes agentes é essencial para a formação técnica dos alunos. Observamos ainda, que todos possuem formação superior na área de atuação.

O quadro 6 apresenta o perfil dos coordenadores escolares, equipe responsável pelo planejamento, implementação e acompanhamento do currículo escolar, todas as suas atribuições com um viés pedagógico. Essas coordenadoras escolares (todas mulheres) compõem a gestão escolar e se dividem em três funções, cada uma com demandas específicas, mas também complementares. A

coordenadora da ação curricular, a coordenadora do desempenho acadêmico e coordenadora do estágio curricular.

Quadro 6 – Perfil dos entrevistados – Coordenadores Escolares

Agente	Idade	Vínculo / Instituição	Formação	Tempo de atuação na área	Tempo de trabalho na escola	Regime de Trabalho
CE1	47	Efetivo/ SEDUC	Pedagogia; Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa, Especialista em Gestão e Avaliação da Educação Pública.	20	8	40h
CE2	46	Efetivo/ SEDUC	Graduação em Língua Portuguesa; Especialista em Gestão Escolar e Psicopedagogia.	8	7	40h
CE3	43	Efetivo/ SEDUC	Pedagogia; Especialista em Gestão e Avaliação da Educação Pública	12	5	40h

Fonte: Elaboração própria (dados da secretaria escolar).

Os agentes foram identificados no quadro 6 com a sigla CE para garantia do sigilo. Como percebemos todos possuem licenciatura e são especialistas em gestão escolar. O trabalho realizado por eles contribui significativamente para a formação dos alunos e o futuro trilhado por eles.

Para todos os agentes, tanto professores técnicos como gestores, optamos por utilizar um único roteiro, que consta no Apêndice A, ao final desta dissertação. Assim pudemos perceber a visão sobre todos os aspectos abordados. O roteiro foi dividido em quatro temas: *i. os desafios impostos à escola em formar o profissional e cumprir sua função social*, onde buscamos saber sobre as contribuições no processo de formação integral oferecido aos estudantes, impactos da escola no desenvolvimento socioeconômico do Município, integração curricular, qualidade da escola e como a formação se relaciona com o mundo do trabalho; *ii. avaliação dos cursos técnicos*, sobre esse tema, perguntamos sobre a qualidade do técnico formado na escola e as possibilidades de inserção destes no mercado de trabalho local; *iii. desafios do planejamento*, abordamos sobre a escolha e oferta de cursos, participação da comunidade nesse processo e possibilidades de adaptação do currículo após escuta aos egressos; e no último tema, *iv. acompanhamento aos egressos*, seção que traz o tema desta pesquisa, ouvimos os agentes da escola sobre os desafios enfrentados pelos ex-alunos após concluir o ensino médio, a existência de ações de acompanhamento da trajetória dos egressos e a importância para a escola de fazer esse acompanhamento.

A partir das entrevistas, fizemos a análise contemplando estes quatro eixos. Os dados forneceram subsídios para elaboração do Plano de Ação Educacional que traz a proposição de um sistema de acompanhamento aos egressos na EEEP JRD, a partir dos achados da pesquisa.

3.2 O QUE A PESQUISA NOS REVELA

A pesquisa de campo realizada nos permitiu, entre outros objetivos, identificar os desafios a serem superados e os fatores de melhoria no acompanhamento aos egressos da escola pesquisada. A análise foi realizada a partir dos quatro eixos já citados, onde apresentamos os dados e percepções dos agentes, dialogando com os autores: Oliveira (2019), Machado (2001), Sampaio (2009), Lousada e Martins (2005), Cerqueira *et al.* (2009), Santos e Souza (2015), Simon e Pacheco (2017) dentre outros.

3.2.1 Formação profissional e cumprimento da função social da escola

As EEEPs no Ceará têm o grande desafio de atender “às necessidades do mundo do trabalho, sem perder de vista a centralidade do indivíduo, a partir de uma formação integral” (CEARÁ, 2013, p.7). Inserida nesse projeto, a EEEP JRD, como escola profissional de nível médio, tem como função maior a oferta de uma formação técnica que alie teoria e prática, e oportunize ao jovem inserir-se no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que oportuniza a ele continuidade dos estudos, ampliando as oportunidades de melhoria de vida. Como escola pública deve contribuir para a redução das desigualdades sociais e assim cumprir com sua função social. O Projeto Político Pedagógico dessas escolas, propõe um currículo integrado que abraça o tripé formação geral, formação profissional e atividades complementares, favorecendo uma formação integral do estudante “articulando as múltiplas dimensões de formação humana” (CEARÁ, 2013, s/p). As expectativas de formação geral e técnica é o que motiva a procura dos estudantes egressos do ensino fundamental pelos cursos ofertados por estas escolas.

Após a criação da rede de EEEPs no estado em 2008 e o acelerado processo de expansão nos anos seguintes, foi gerada grande expectativa dos municípios em

receberem uma escola profissional, pelas possibilidades de formação que ela oferece, especialmente pela mão-de-obra qualificada que disponibiliza anualmente.

Gimenez e Santos consideram que “nas condições atuais do mercado de trabalho brasileiro, a demanda por profissionais com formação técnica indica que a expansão do ensino médio profissionalizante é uma importante política pública no Brasil” (2015, p. 162).

A política de Educação Profissional criada a partir do Governo Lula já teve como principal objetivo, oportunizar a juventude brasileira a inserção no mercado de trabalho como forma de reduzir as desigualdades socioeconômicas desses jovens e suas famílias. Privilegiar a qualificação profissional e a educação, segundo Ismael Gílio (2000), é uma solução permanente para uma distribuição de renda mais igualitária, “um dos objetivos da educação profissional é oferecer oportunidades de ascensão social através da inserção produtiva na economia e na sociedade” (Gílio, 2000, p. 82). Quando a política de Educação Profissional do estado foi implementada em 2008, o estado necessitava formar mão de obra para atender a um mercado emergente em virtude da Companhia Siderúrgica do Pecém.

Dados do IPECE apontam que: “O PIB cearense em 2018 ficou em 1,01%, um pouco abaixo do desempenho nacional, que foi de 1,1%. Mas o resultado de 2018 mostra que a economia cearense mantém o processo de recuperação após o período de crise no país nos anos de 2015 e 2016” (2018, recurso *online*). Apesar da situação econômica do País, o Estado, até 2018, segundo Nicolino Neto *et al.* (2019) no documento intitulado *A Economia do Ceará: Uma Análise Setorial no Período 2002-2018*, no período pós-crise de 2008, o Ceará apresentou taxas de crescimento econômico consideravelmente acima das alcançadas pelo Brasil, muito em virtude dos investimentos públicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado,

O Ceará responde pela 11ª economia do País e pela 3ª do Nordeste. O PIB cearense abrange 2,1% do PIB brasileiro e 15,1% do PIB Nordestino. Sua economia está sustentada principalmente nas atividades ligadas aos Serviços (76,1%), seguidos das atividades da Indústria (19,2%), e da Agropecuária, que participa com 4,7%. O Estado tem se destacado no cenário nacional pelos reconhecidos avanços, seja do ponto de vista econômico, seja na perspectiva social. De fato, a economia cearense conseguiu manter, em média, um ritmo de crescimento superior ao registrado pela economia nacional nos últimos anos, permitindo reduzir, embora que lentamente, uma distância histórica com relação ao restante do País.

[...] O crescimento, nos últimos anos, das infraestruturas rodoviária, hídrica, portuária, aeroportuária e energética permitiu a atração de grandes empresas como a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), bem como o fortalecimento do setor turístico cearense. Todo esse avanço é decorrente, em grande parte, do equilíbrio fiscal permanente, o que permitiu ao Estado aplicar grandes quantidades em despesas de investimento, seja BNB Conjuntura Econômica 264 com recursos próprios ou com recursos advindos de operações de crédito nacionais e internacionais, elevando a competitividade da economia cearense, e estimulando, dessa forma, os investimentos privados nos diversos setores produtivos do Estado. (NETO *et al.*, 2019, p. 283-4)

O Estado apresenta uma economia em recuperação apesar do cenário desfavorável nacionalmente, e somado aos indicadores econômicos também percebemos uma melhoria na qualidade de vida da sua gente, com redução da pobreza e das desigualdades sociais. Além da evolução nas áreas de Educação, com aumento da oferta do ensino profissionalizante e da qualidade do ensino fundamental, e na área da Saúde, com a construção de mais hospitais Regionais e policlínicas que são fatores determinantes no processo de ampliação de estoque de capital humano e social do Ceará.

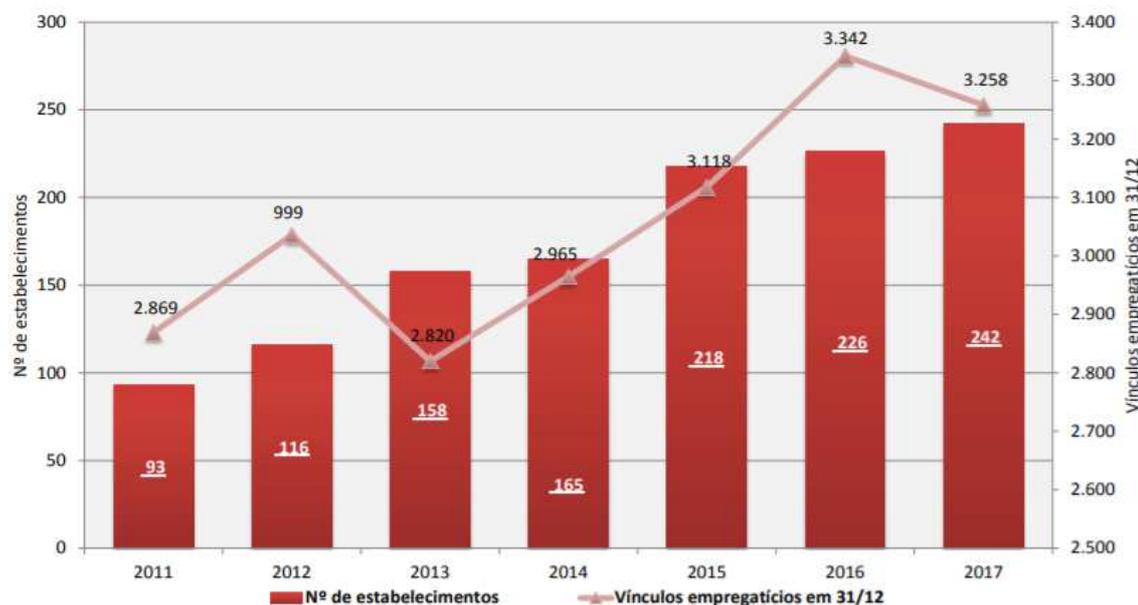
A ideia é que a economia contribua para maior absorção da mão de obra formada pelas EEEP, caso contrário, o investimento nessas escolas torna-se inviável. Afinal o objetivo para a qual foram criadas foi o de formar a mão de obra para atender ao mercado de trabalho.

Quanto ao Município de Trairi, onde a EEEP JRD foi implantada em 2012, e seu processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural, percebemos na fala de todos os entrevistados que essa implantação contribui de várias formas com o desenvolvimento socioeconômico do município. A coordenadora pedagógica (CP2) afirma que “a escola oportuniza aos jovens o primeiro emprego, como exemplo nós vemos nossos alunos egressos em diversas áreas do trabalho do Município tais como na saúde, nas energias eólicas, nos comércios, nos escritórios, entre outros” (CP2, Entrevista realizada em 31/03/2021). Essa percepção foi reiterada por todos os entrevistados, mas não existem dados para quantificar essa inserção e se ela acontece na área do curso.

Dados do Banco do Nordeste (2019, p. 28) mostram um crescimento no número de estabelecimentos e de empregos formais considerando o período 2011 – 2017, conforme gráfico na figura 6.

Figura 6 – Número de estabelecimentos e empregos formais no Município de Trairi/CE – 2011-2017

Gráfico 22 - Número de estabelecimentos e empregos formais no município de Trairi - CE - 2011-2017



Fonte: MTPS, RAIS 2017

Fonte: Banco do Nordeste, 2019.

Nesse período, especialmente no ano 2014, aconteceu a formação da primeira turma da escola profissional na cidade. Contudo, não temos como afirmar que a mão de obra que ocupou esses postos de trabalho foi oriunda da EEEP JRD, pois como já mencionado, a escola não dispõe de levantamento nesse sentido, nem temos pesquisas de outras instituições para confirmar essa afirmação. Essa carência de dados sobre a situação dos egressos é uma realidade evidente a nível de Brasil como assinala Pereira e Oliveira (2019), para eles essa carência tem a ver com a negligência e a inexistência do Programa de Acompanhamento aos Egressos (PAE) nas instituições. Severnini e Orellano (2010) afirmam ainda que ao longo de todo período de atuação da rede de ensino profissionalizante no Brasil, desde a década de 1940, esta foi pouco avaliada sendo recentes os esforços nesse sentido, e ainda não se sabe se os programas de qualificação profissional foram exitosos em colocar seus egressos no mercado de trabalho.

Retomando o contexto da inserção profissional, consideramos a crise econômica do país agravada a partir de 2015, aumentando o desemprego. Com isso o sonho do emprego apresentado pelas elites econômicas, também reforçado nos

documentos, diverge da realidade. Para Pereira e Oliveira (2019), na prática isso significa que, por si só, a educação não altera a estrutura ocupacional e social e que as oportunidades de emprego e salário são determinadas muito mais pelo jogo de mercado, do que pelos níveis de escolaridade. Como sabemos, a crise econômica aumentou o desemprego no País, mas precisamos acreditar no papel da educação no que tange à mobilidade social ascendente e buscar formas de ajudar os estudantes da escola, especialmente os que desejarem e precisarem, a obtenção do primeiro emprego, o que pode acontecer após a conclusão do estágio curricular.

Santos e Gimenez (2015) apontam para outro aspecto quando afirmam que, no período de 2004 a 2015, o dinamismo vivenciado pelo mercado de trabalho brasileiro facilitou a inserção de muitos jovens. Mas as altas taxas de participação desses jovens nesse mercado de trabalho sempre foi “associado a formas degradantes de exploração da atividade laboral” (p.153) com impactos negativos nas suas condições de educação. Naquele período o avanço das políticas sociais e voltadas para o mercado provocou um processo de melhoria da condição social do jovem no Brasil. Dentre as políticas sociais desenvolvidas, elencamos a valorização do salário mínimo, a estruturação do PROUNI e do FIES, e a ampliação das vagas nas escolas técnicas e federais de nível superior, dentre outras que trouxeram “uma melhor condição de inserção do jovem no mercado de trabalho e para a redução da elevada atividade do jovem brasileiro no período 2004-2015” (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p. 154). Os autores também reiteram que, apesar dessa melhoria na condição social do jovem, não podemos desconsiderar as formas excludentes do processo de desenvolvimento socioeconômico no nosso país que tem os mais elevados índices de desigualdade econômica, regional e entre os segmentos da sociedade (SANTOS; GIMENEZ, 2015),

[...] Somente a partir de 2004, num contexto marcado por taxas mais altas de crescimento econômico, por impactos favoráveis do processo de transição demográfica sobre a demanda juvenil por trabalho e por um conjunto importante de políticas sociais e voltadas para o trabalho, não somente o desemprego caiu, como vários aspectos relativos à inserção do jovem no mercado de trabalho e a diversos aspectos sociais melhoraram de forma significativa. (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p. 157)

De fato, são evidenciadas condições mais favoráveis de inserção do jovem no mercado de trabalho naquela década, especialmente pelas políticas sociais que

reduziram a elevada taxa de atividade do jovem no mercado de trabalho brasileiro. No entanto a continuidade da atual crise financeira atinge, especialmente esse segmento, significando altos índices de desemprego. Diante desse contexto, para sabermos sobre os impactos que a política das EEEPs no Ceará causa sobre a juventude, especialmente da escola pesquisada, precisamos conhecer a situação de empregabilidade desses jovens, e esses indicadores, seja por meio dos estudantes após deixarem a escola, seja através das empresas locais.

O relatório da pesquisa nacional de egressos dos cursos técnicos da rede federal de educação profissional e tecnológica realizada no período de 2003 a 2007, destaca a importância de pesquisar os egressos para que as instituições possam planejar, definir e retroalimentar as políticas educacionais e considera que “A pesquisa de egressos se constitui numa ação importante neste contexto, à medida que possibilita o levantamento de informações em relação a situação dos egressos no mundo do trabalho” (BRASIL, 2009c, p. 10).

No caso da EEEP JRD, um acompanhamento de egressos também pode possibilitar avaliar até que ponto a política das EEEPs atende aos critérios para implantação de uma escola profissional em um município. Para atendê-los a escola “deve estar inserida num bairro que tenha índice elevado de violência e infraestrutura limitada, além do processo seletivo que deve oferecer cotas para os estudantes residentes no bairro”, esses critérios são estabelecidos legalmente e são aqui reiterados pelo Coordenador de Curso (ECC1, Entrevista realizada em 21/05/2021).

Além disso, o projeto da EEEP propõe a oferta de uma formação que deve ser integral visando superar a dualidade entre formação específica e formação geral, como prevê a LDB (9.394/96) nos artigos 36, 39 e 40 que sinalizam uma Educação Profissional integrada às diferentes formas de educação, do trabalho, da ciência e da tecnologia. Para Rios (2021), integrar significa, sobretudo:

Tratar a educação como uma totalidade social, das partes no todo ou da unidade no diverso. Para isso, defende os pressupostos do currículo integrado uma vez que desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de modo que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta. (RIOS, 2021, p. 7)

Quanto a essa interação registramos a percepção das coordenadoras que atuam no acompanhamento dessa proposta de currículo. A coordenação

pedagógica monitora e acompanha a formação dos estudantes nos três aspectos do currículo: a formação propedêutica, técnica e o desenvolvimento socioemocional do aluno, objetivando a qualidade na aprendizagem e visando essa integração. A coordenadora (CP1) explica como se dá essa integração:

Os conhecimentos que são trabalhados pela base comum, eles precisam estar, sim, a serviço de contribuir com a formação técnica do nosso aluno e vice-versa. É uma via de mão dupla na verdade. E tudo isso permeado pelas vivências, as oficinas, os projetos que fazem essa integração, então assim, essa relação é indispensável numa escola que precisa trabalhar esse tripé de formação do aluno. (CP1, Entrevista realizada em 26/03/2021)

O desenvolvimento desse currículo integrado que é trabalhado na escola, nesse tripé de formação que agrega a Base Comum, a base profissional e a formação humana, fortalecida pelas disciplinas que compõem a parte diversificada do currículo, está expresso no PPP da escola, elaborado a partir de um documento orientador da SEDUC e aprovado pelo Conselho Estadual de Educação. No documento encontramos que cada um dos cursos tem sua matriz curricular e seus componentes, e apresentam um tripé de aprendizagem para os três anos do ensino médio integrado: “Educação acadêmica de excelência (Base Nacional Comum), formação para o mundo do trabalho (formação profissional), práticas e vivências em protagonismo juvenil (parte diversificada do currículo) (EEEP JRD, Projeto Político Pedagógico. Trairi, 2015, p. 16).

Uma vez que a proposta de integração do currículo consta no Projeto Político Pedagógico da escola, mostra que ela já tem uma certa clareza da concepção de ensino a ser desenvolvida, o que vai de encontro ao que Rios (2021) assinala:

Para dar conta disso, a ideia é partir da integração entre conhecimentos gerais e específicos de modo a garantir uma interdisciplinaridade como princípio organizador do currículo e como método de ensino-aprendizagem numa inter-relação entre área profissional e área propedêutica. Além disso, uma construção de um Projeto Político Pedagógico integrado como construção coletiva se a comunidade compreender como pertinente para implantá-lo. Acredito na ideia de educação integrada que se volte para a formação humana a fim de garantir ao jovem trabalhador uma trajetória formativa para que ele leia as condições de produção e as relações sociais subjacentes a todos os fenômenos. (RIOS, 2021, p. 08)

Essa integração do currículo não é algo fácil de ser executado na prática. E é considerada pela autora um grande desafio, “preparar os estudantes para o mundo do trabalho e para o Ensino Superior e vida acadêmica” (RIOS, 2021, p. 09), muito em virtude do histórico da educação profissional, influenciada por fatores econômicos e ideológicos, levando ao aumento das desigualdades de acesso a oportunidades funcionais e acadêmicas.

Ainda de acordo com Pacheco (2008, p. 07), formação integral requer melhor formação dos professores, tarefa que precisa ser construída tanto pelos cursos de formação inicial e continuada como pelos sistemas de ensino e pelas próprias escolas. Moll (2008, p. 11) retoma essa ideia de que é preciso juntar elementos que ajudem a significar, compreender e construir uma educação integral, e fala de resignificação do espaço da escola para que se possa garantir o desenvolvimento integral do ser humano. Nesse sentido, a integração do currículo na EEEP JRD se assemelha, em alguns aspectos, à perspectiva de educação integral defendida pela autora, quando integra base comum e técnica e trabalha às várias dimensões de formação humana (cognitiva, ética, social, afetiva, lúdica e física). Os sujeitos da pesquisa trazem essa percepção, acreditam na oferta de uma formação de um ser humano mais completo, com um perfil que o torna diferenciado, como afirma o Orientador de Estágio (OE4):

O aluno, ele é um aluno diferente, digam o que quiserem, falem o que quiserem, mas quem já teve oportunidade de trabalhar noutras escolas regulares, que não tem esse perfil de aluno, sente a diferença, eu acho que passa muito por essa questão, essa questão do currículo não é, dessa base integrada, profissional e técnica. [...] trabalha Projeto de Vida, trabalha Empreendedorismo, trabalha a questão socioemocional. (OE4, Entrevista realizada em 29/03/2021)

O depoimento do professor se assemelha ao que diz Severnini e Orellano (2010). Em estudo sobre o impacto do ensino profissionalizante sobre a probabilidade de inserção profissional e melhoria de rendimentos dos egressos, concluíram que “os estudantes formados em escolas profissionalizantes foram diferenciados daqueles que fizeram cursos no próprio ambiente de trabalho” (p. 169). A formação oferecida na EEEP JRD contribui para essa condição do jovem, de ser diferenciado, consciente e crítico.

No entanto, mesmo já promovendo essa formação integral, a escola ainda precisa melhorar, como sugerem três professores entrevistados. O coordenador ECC1 afirma: “Eu acho que é muito limitado a alguns professores, tem professores que buscam essa integração, mas outros já não” (ECC1, Entrevista realizada em 21/05/2021). A coordenadora CC1 reitera: “Quando a gente fala de educação profissional, de escola integral, nós precisamos integrar os currículos, [...] temos uma coordenação que incentiva essa integração, embora eu perceba que é algo que a gente precisa melhorar muito” (CC1, Entrevista realizada em 31/03/2021). O Coordenador CC4 reconhece a importância da formação que o aluno recebe na escola e dessa formação integral, mas também admite que precisa melhorar na interação entre as áreas:

Com certeza esses relatos que a gente traz do dia a dia, de fora, das concedentes, das pessoas que estão ali nas empresas, elas dizem o quanto nosso profissional é completo, que as vezes eles se surpreenderam com o projeto. [...] Só que eu acredito que falta ainda muita interação da nossa equipe, assim, da equipe que eu trabalho, muitas vezes a gente fala muito disso e às vezes acaba fazendo pouco. Eu digo no nosso contexto mesmo, entre professor. Acaba sendo corriqueiro e acaba que a gente não integra isso. Mas sem dúvida é uma pluralidade muito grande de conhecimento e que faz com que o aluno, ele saia ali do ensino médio com uma formação que, por muitas vezes, a pessoa passa uma vida toda para adquirir. Vai com informática básica, vai com curso de empreendedorismo, já sai com um projeto de vida. [...] Eu sempre gosto muito de comparar a escola profissional com o tempo que eu era aluno e é muito, tudo muito diferente, tudo muito distante, como a escola profissional traz dessa completude de conhecimento para os nossos estudantes. [...] Principalmente no que a gente traz da pluralidade, como a gente vinha falando agora a pouco. Ela traz esse aspecto total do profissional. Essa integração que ainda precisa melhorar bastante. (CC4, Entrevista realizada em 30/03/2021)

Os professores orientadores de estágio e coordenadores técnicos, contribuem com a formação técnica dos alunos, ministrando as disciplinas do currículo profissional, com aulas teóricas e práticas como declara o OE1: “Eu ensino as disciplinas técnicas, quer dizer é a base para esse aluno, para esse profissional atuar no mercado de trabalho” (OE1, Entrevista realizada em 19/05/2021). Esses professores promovem a realização das aulas práticas nos laboratórios e orientam o Estágio Curricular no último ano de ensino. O coordenador de curso CC4 aborda um aspecto importante nessa construção, “Busco alinhar bastante o currículo que já é

exigido pela própria SEDUC, não é? Pelo Conselho Nacional de Educação, mas também buscando alinhar aquilo que se exige no atual mercado de trabalho” (CC4, Entrevista realizada em 31/03/2021). Esse alinhamento se traduz num desafio para a escola profissional, pois requer adaptações constantes no currículo para atender as necessidades desse atual mercado.

Para atender essas necessidades e exigências é preciso conhecê-las, nesse sentido tanto os alunos quanto as empresas podem apontar aspectos importantes a serem considerados nesse processo de formação. Também é importante considerar a necessidade da escola conhecer os indicadores econômicos do município e seu entorno, de forma a contribuir com o planejamento de suas ações.

Nesse sentido, ressaltamos a importância de acompanhar a trajetória dos egressos como forma de otimizar a interação existente entre a escola e o mercado de trabalho. Ademais, a escola passa a conhecer as possibilidades e os desafios apresentados por seu aluno no desempenho de sua função profissional, após sair da escola, como descreve a Pesquisa Nacional de cursos técnicos da Rede Federal de Educação:

Os egressos das instituições de ensino se revelam como atores potencializadores de articulação com a sociedade, como fontes de informações que possibilitam retratar a forma como a sociedade em geral percebe e avalia essas instituições, tanto do ponto de vista do processo educacional, como também do nível de interação que se concretiza. Portanto, é fundamental que as instituições de ensino estabeleçam um canal de comunicação com este segmento. (BRASIL, 2009c, p. 10)

O trecho anterior, reforça a importância do acompanhamento ao ex-aluno. E toda instituição que objetiva melhorar sua prática precisa considerar a possibilidade de implementar pesquisa dessa natureza. Rocha *et al.* (2005, p. 49) consideram o acompanhamento de egressos essencial para que a instituição de ensino avalie a eficácia de sua atuação e faça implementações necessárias para melhorar sua qualidade, de modo que atenda as demandas da sociedade. Ana Cristina Zenha Lousada e Gilberto de Andrade Martins (2005) corroboram com esta perspectiva quando afirmam que os egressos podem trazer à escola valiosas contribuições, dentre elas sobre as necessidades do mercado:

É, pois, imprescindível saber o que os egressos pensam a respeito da formação recebida para se proceder a ajustes em todas as partes do sistema de ensino ofertado. Além disso, conhecer o que fazem como profissionais e cidadãos e suas adequações aos setores em que atuam, possibilita uma reflexão crítica sobre a formação e sua relação com as necessidades do mercado de trabalho. (LOUSADA; MARTINS, 2005, p. 74)

A formação oferecida pela escola especialmente, na área profissional, precisa estar a serviço das demandas do mercado, principalmente local, assim esse mercado poderá absorver a mão de obra formada por ela. Essa inserção pode aumentar a empregabilidade dos novos técnicos e contribuir com a redução das desigualdades sociais. Uma afirmação fundamentada nas falas quase unânimes dos sujeitos dessa pesquisa, é o fato do aluno ter a oportunidade, através do estágio, de conhecer o mercado de trabalho e inserir-se nele. Mesmo contribuindo com a redução das desigualdades sociais é preciso entender que a escola individualmente não consegue superar essas desigualdades, como afirma Dayrell (2007, p. 1.118), “a escola, por si só, não consegue responder aos desafios da inserção social dos jovens, tendo poder limitado na superação das desigualdades sociais e nos processos de emancipação social”. Ou seja, a formação técnica, em si, não pode ser considerada como fator de redução das desigualdades entre os jovens da comunidade, pois não garante a inserção no mercado de trabalho, é apenas uma possibilidade. Mesmo não garantindo o emprego Severnini e Orellano (2010) afirmam que os impactos do ensino profissional sobre a probabilidade de inserção, são positivos “com níveis altos de escolaridade, reduzindo a probabilidade de desemprego” (p. 164). Na mesma direção Ferreira (2020) relata que, “sem dúvida os cursos técnicos têm contribuído para aumentar o processo de preparação profissional dos egressos para o mercado de trabalho e gerar um diferencial em relação aos que não tem o curso” (p. 233). Talvez seja por isso que os jovens ainda depositam muita esperança na escola profissional e veem nela as oportunidades para realizar seus projetos, seja de conseguir emprego ou avançar nos estudos. Neste sentido, precisamos proporcionar, através do curso técnico, uma aprendizagem significativa em que teoria e prática caminhem juntas e forme um profissional competente preparado para atuar no mercado de trabalho tão exigente como o atual.

Ainda sobre a redução das desigualdades, o coordenador de curso CC2 entende que outra possibilidade é o ingresso na Universidade, onde o egresso aumenta sua formação para melhorar sua atuação profissional. Ferreira (2020) nos fala que a formação acadêmica e a continuada é o passaporte para qualquer cidadão se inserir no mercado do trabalho atualmente, quanto maior formação acadêmica, maiores as chances de conseguir trabalho,

Essas desigualdades, elas vêm acabando através dessa educação que insere o aluno tanto no mercado de trabalho, como também numa universidade para posteriormente ele atuar também no mercado de trabalho, e isso desenvolve a economia local do Município, fazendo com que essas desigualdades, causadas muitas vezes por desemprego, por falta de oportunidades, diminuam". (CC2, Entrevista realizada em 29/03/2021)

Porém, o acesso à universidade em si não reduz as desigualdades sociais, é preciso que o aluno tenha condições de cursar, o que dependendo de sua condição financeira e de sua família, pode não ser possível. Se for numa universidade pública, precisaria residir fora do município o que dificultaria. Se for através de bolsas do Prouni, que nem sempre é total, pode não ter condições de custear o restante do valor e ainda residir fora de casa. Nesse caso, ele precisaria inserir-se no mercado de trabalho e sua atividade profissional pode ser o suporte para seu prosseguimento nos estudos futuramente. Para aquele que têm condições financeiras de continuidade, mesmo que tenha oferta de emprego, certamente vai preferir continuar estudando.

Cabe refletir a função da escola profissional de contribuir para que o aluno tenha condição de seguir por um caminho que de fato o possa ajudar na melhoria de sua vida. E a formação técnica é a possibilidade do primeiro emprego, fato que deve ser potencializado pela escola. É uma escolha que o aluno deve fazer de modo livre, pois o acesso à universidade deve se dar de forma que possa ingressar, permanecer e concluir com êxito.

A escola não tem o poder de decidir sobre a clientela que ingressa, mas deve pautar suas ações de modo a contribuir para minimizar as desigualdades sociais existentes no seu contexto, oportunizando aos que mais precisam possibilidades de inserção no mundo do trabalho.

Sobre o ingresso do aluno na escola, conforme já dito, obedece ao que estabelece os aspectos legais, se dá através de um processo seletivo rigoroso que considera notas do histórico escolar do ensino fundamental, conforme as diretrizes dessas escolas. Assim, nem todos os que desejam ingressar na escola, conseguem. O processo seletivo elimina muitos que buscam a formação num curso técnico na escola profissional pública, acaba ingressando alunos que se destacam pelo desempenho, de forma que a escola “não consegue democratizar o acesso ao ensino médio de qualidade” (SILVA *et al.*, 2013, p. 207). Apesar de receber alunos das mais diversas localidades do Município, é preciso reconhecer que esse não é um acesso democrático, diferente do que pensa a Coordenadora (CP1):

É uma escola que ousa implementar no seu projeto de educação, é uma sistemática, uma metodologia que dá vez e voz também a essa dinâmica empresarial, visto ter o mundo do trabalho no seu fazer é, e assim o que a gente percebe, que muitos de nossos alunos que vem pra escola, eles mudam a sua visão, [...] ela é uma escola muito democrática a partir do momento em que ela traz aluno de todo, de toda a área do nosso Município que é uma área muito extensa né, tem muito menino da zona rural, como também tem da zona urbana, mas a grande né, tem muita gente que vem de longe, dos cantos mais distantes [...]. (CP1, Entrevista realizada em 26/03/2021)

Violante *et al.* (2007), em um artigo intitulado *Para que a escola não seja só para alguns*, abordam diversos aspectos que discutem o direito de todos à educação, a multiculturalidade e a flexibilização curricular. Buscam uma concepção de escola viva e igualitária e, nesse estudo, questionam os princípios que regem o conceito de escola democrática, afirmando que esse “conceito corporiza em si mesmo a ideia do direito de todos à educação e do imperativo de se proporcionar a todos, condições para que a igualdade de acesso e de sucesso sejam, efetivamente, uma realidade numa escola e numa sociedade multicultural” (p. 02). A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), em seu artigo terceiro, estabelece que o ensino será ministrado com base em alguns princípios, dentre eles a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. No caso da escola profissional no Ceará não tem igualdade de acesso, pois este fica condicionado ao mérito do aluno. Conseguem ingressar aqueles com melhor desempenho, não necessariamente os que mais desejam ou aspiram um curso técnico, pensando numa inserção no mercado de trabalho mais cedo. Essa forma de acesso contradiz

o conceito de escola democrática, podendo inclusive ser um fator de exclusão e de aumento das desigualdades sociais.

Apesar dessa contradição, temos que considerar a qualidade da formação que a escola profissional oferece quando prepara o estudante para ingressar no mundo do trabalho e para prosseguimento nos estudos. O ingresso na universidade é bastante perseguido e enfatizado pela escola e pela rede estadual de ensino. Os dados de ingresso em IES são registrados anualmente no SIGE, de onde retiramos os dados apresentados na tabela 9.

Tabela 9 – Dados de aprovação em IES no período 2014 – 2019

ANO	2014	2015	2016	2017	2018	2019
MATRÍCULA FINAL (3º ano)	109	140	145	154	153	147
APROVAÇÃO EM IES	24	21	33	24	58	95
%	22%	15%	23%	16%	38%	65%

Fonte: Elaboração própria (dados do Sige escola), 2020.

Os dados apontam um aumento nos índices de Ingresso na Universidade que chega a 395% no período, revelando a mobilização da escola nesta preparação e que foi confirmado por cada agente entrevistado. Quando indagados sobre a preocupação da escola com os indicadores referentes ao ingresso na universidade, a maioria dos entrevistados afirma que existe grande preocupação, um deles até enfatiza: “Existe, é tratado como prioridade os indicadores na universidade, e assim, o que a gente percebe não só na escola, viu, a CREDE também, ela cobra muito esses indicadores da universidade” (ECC1, Entrevista realizada em 21/05/2021). No entanto, o professor ressalta que, por ser uma escola profissional, é preciso dar mais atenção aos dados de ingresso no mercado de trabalho, pois não existem evidências de sistematização desses dados, nem pela escola, nem pela SEDUC. Uma ação que se traduz num desafio a ser superado para dar conta da missão da escola profissional.

Acompanhar a trajetória dos egressos é uma forma eficaz de evidenciar esses dados e perceber o efeito da escola na vida profissional dos seus estudantes após concluir o ensino médio. Nesse sentido Lousada e Martins (2005, p. 74-75) defendem a construção de pesquisas longitudinais, “uma estrutura que possa

efetivamente, acompanhar de forma sistemática, pelo menos durante um período de tempo predeterminado, a evolução da trajetória profissional do egresso no mundo do trabalho”, justificando, assim, a necessidade de um sistema de acompanhamento. Vejamos algumas falas dos sujeitos entrevistados: A Coordenadora (CP3) afirma: “A nossa fala é incentivar o aluno para entrar na universidade ou no mercado de trabalho e acaba ficando que a gente faz muito para entrar na faculdade, e no mercado de trabalho eu sinto que nós deixamos a desejar” (CP3, Entrevista realizada dia 31/03/2021). O Orientador de estágio (OE3) mencionou que, inicialmente, a motivação e preparação para o trabalho e para ingresso na universidade tinham o mesmo nível, mas atualmente o trabalho fica relegado a segundo plano:

As Coordenadorias, Secretaria de Educação, ela acaba chegando, vamos colocar nossos meninos na universidade, o trabalho se não der certo aqui, ele vai para o trabalho. Então é uma situação em que muitas pessoas veem isso, muitas pessoas que enxergam a situação, mas aí acabam que, às vezes, que a gente não trabalha diretamente para sanar isso, pelo menos para equilibrar. Eu particularmente acredito no equilíbrio disso, certo. O aluno pode, sim, ter um foco direcionado para a universidade, como também o aluno pode, sim, ter um foco era o trabalho, e a gente ter um equilíbrio que era o que propunha tanto a lei de 2008, como a instauração das escolas profissionais em 2008. (OE3, Entrevista realizada em 27/03/2021)

O Coordenador Técnico (CC3) também reforça essas afirmações quando diz, “O projeto de escola profissional, ele iniciou visando com que o aluno, ele pudesse ingressar no mercado de trabalho e com o tempo fez com que esse projeto, ele foi mudando um pouco o viés, fazendo com que ele entrasse mais para universidade” (CC3, Entrevista realizada dia 26/03/2021).

As três coordenadoras escolares concordam que existe grande preocupação com o ingresso na universidade, mas reiteram que a escola trabalha fortalecendo também a formação técnica, como verbaliza a coordenadora CP1:

A escola, ainda que seja uma escola profissional, ela abre esses dois leques de possibilidades que é o prosseguimento de estudos no acesso à universidade, e o campo de trabalho com a formação técnica que ele leva quando ele termina o ensino médio, então, assim, existe muita discussão em torno disso, na própria dinâmica da rede, o que é? É o campo do trabalho ou é o acesso à universidade? Mas assim, nós temos a questão do campo de trabalho, existem

muitas limitações pelo próprio, pela própria oferta do Município que, mesmo sendo um Município hoje, com quase sessenta mil habitantes, ainda é um Município que, que anda devagar com essa questão da empregabilidade, não é? Então assim, nosso viés hoje, é fazer o nosso aluno olhar para esses dois mundos e oferecer a ele essas duas possibilidades, porque o acesso à universidade é um passo maior do que esse mercado de uma formação técnica, mas também o aluno, ele tem esse olhar, porque ele precisa trabalhar para se manter. (CP1, Entrevista realizada em 26/03/2021)

A abordagem da coordenadora aponta para dois aspectos fundamentais, o primeiro, quando ela diz que as oportunidades de emprego no Município são limitadas, afirmação que os professores técnicos contradizem quando dizem que o Município tem condições de absorver a mão de obra técnica formada pela escola. Considerando o atual cenário econômico, com um mercado competitivo, nunca se terá vagas para todos (Ferreira, 2020). O autor ainda afirma que cada egresso ao concluir o curso técnico, busca sempre muitas maneiras de inserir-se no mercado, visto que seu objetivo ao fazer um curso técnico é conseguir emprego, ser bem remunerado, mas atualmente não está fácil. Diante disso, faz-se necessário uma pesquisa mais aprofundada para esclarecer as afirmações dos entrevistados. Como já fora dito, não existe nenhum levantamento com esses dados, apenas suposições de ambos, partindo de observações cotidianas, fato que reitera a inexistência de pesquisa para acompanhar os egressos, ação que possibilita maior conhecimento da realidade de forma que pode contribuir com a oferta dos cursos para melhor atender as demandas do mercado local. Guimarães e Salles (2016) afirmam que uma política de acompanhamento de egressos feita pelas instituições formadoras reforça a integração necessária entre a escola e o mercado de trabalho e diz ser fundamental perceber como se dá a relação do jovem com esse mercado. Machado (2001) também reforça essa ideia quando conclui, com base em experiências de diversas instituições apresentadas em sua dissertação de mestrado, que os egressos são quem realimentam com informações a escola e a sociedade,

Um sistema de acompanhamento de egressos significa o embrião da necessária integração entre empresa, escola e a sociedade, assumindo, todos, sua parcela de responsabilidade na formação de nossos jovens. Para tanto, o programa de acompanhamento de egressos proporciona a mostra fiel do processo de inserção do egresso no mundo do trabalho, permitindo também, além da revelação da situação e desempenho do profissional na sua atividade, conhecer de modo significativo o perfil da formação que a

escola oferece, para que uma avaliação permanente da atividade pedagógica seja feita. (MACHADO, 2001, p. 59)

Quanto ao segundo aspecto retratado pela coordenadora CP1 de que ingressar na universidade é um passo maior do que no mercado de trabalho, podemos dizer que isso pode variar de acordo com os objetivos e necessidades do estudante. Como ela mesma coloca, “ele às vezes precisa trabalhar”. E no caso fazer um curso superior, em meio as dificuldades financeiras, vai lhe trazer outros problemas. Nessa situação, a inserção para ele no campo de trabalho pode inclusive ajudá-lo no prosseguimento dos estudos posteriormente, com mais tranquilidade. Desta forma podemos entender como desafio considerar os anseios dos estudantes, para isso precisamos pensar numa forma de democratizar o acesso à escola. O prosseguimento nos estudos é importante, inclusive favorece a inserção no mercado, no entanto, sendo a escola profissionalizante, não pode desconsiderar o seu objetivo que é, por meio da formação técnica, promover ascensão social dos jovens e suas famílias. A inserção no mercado de trabalho precisa ser mais valorizada pela escola, de forma que seja considerada indicador de sua qualidade.

O coordenador de curso ECC1 também apresenta a necessidade de se fazer uma escuta sensível ao aluno durante o processo de ensino de forma a atender aos seus objetivos para o futuro:

A escola profissional tem uma proposta totalmente diferente de uma escola regular. Então assim, eu acredito que muitos alunos que entram ali, a gente precisa ter o cuidado. Porque tem alunos ali que eles não querem ir para a universidade, tem alunos ali que querem realmente ser Técnico de Enfermagem, tem alunos ali que querem ser Técnicos de Informática, tem alunos ali que querem fazer Comércio para cuidar do comércio do pai e isso não é levado em conta, o que é levado em conta é apenas a nota do aluno no ENEM. [...] O ENEM é importante que eles façam, sim, não estou dizendo que o aluno que quer partir para área profissional técnica ele não precisa fazer o ENEM, precisa, é necessário, mas a gente não pode se limitar somente ao acesso à universidade pelo ENEM, ele pode fazer um curso técnico ou trabalhar como técnico e futuramente tentar ingressar na universidade. (ECC1, Entrevista realizada em 21/05/2021)

O que se percebe na fala do entrevistado é uma fuga do objetivo para o qual a escola profissional foi criada. Quando prioriza o ingresso na Universidade, como indicador de qualidade, em detrimento da importância da inserção o mercado de

trabalho, forma mão de obra qualificada, mas deixa de atender as demandas do mercado produtivo.

A maioria dos sujeitos pesquisados acreditam que a qualidade da escola deve considerar outros indicadores além do ingresso na Universidade, como empregabilidade e capacidade empreendedora tão presentes no processo formativo, apesar de o ingresso na universidade ser de certa forma muito relevante, pois garante a continuidade da formação e aumenta as chances de uma carreira profissional mais estruturada e, de acordo com Ferreira (2020), os mais qualificados conseguem inserir-se sem muitas dificuldades, os menos qualificados terão mais dificuldades.

Dos entrevistados, três deles consideram que a escola ainda faz pouco, que deve incentivar ainda mais a preparação no ENEM e o ingresso no ensino superior. O Orientador OE1 reforça, “Eu sei que a escola faz muito também, mas eu acho que poderia fazer um pouco mais não é, falar um pouco mais, levar mais alguma coisa para que ele possa realmente querer entrar na universidade” (OE1, Entrevista realizada em 19/05/2021). Também consideram que esse ingresso determina a qualidade da escola, que é um indicador considerado forte por alunos, pela família e pela comunidade. Nesse caso, desconsideram que a escola profissional deve atender a outros objetivos, em que o mais importante dele é o fortalecimento do ingresso no mercado de trabalho.

Existe, a nível estadual, uma forte política de apoio aos estudantes no ensino médio, de preparação para o ENEM e ingresso na universidade, o ‘Enem chego junto chego bem’, o que faz com que todas as escolas da rede, que ofertam as diversas modalidades, estejam fortemente envolvidas nesse projeto e, as escolas profissionais, apesar da missão a que se propõem, tem indicadores bastante satisfatórios com relação a esse ingresso, dado a qualidade do ensino ofertado, o que pode acarretar essa falta de atenção ao ingresso no mundo do trabalho, que pode até ter índices relevantes, mas que não são mensurados, a exemplo da escola pesquisada.

Notadamente percebemos nas entrevistas que os dados de ingresso em IES são fortemente utilizados pela SEDUC como medida de sucesso do ensino médio e das escolas cearenses. Quando se trata das escolas profissionais, existe aqui um aspecto relevante que precisamos considerar. Mesmo sendo uma escola de formação integral, carregando em seu bojo também a formação propedêutica, esta

não pode se sobressair ou ser claramente priorizada, pois uma de suas funções é a profissionalização técnica, portanto o ingresso na universidade individualmente, não pode ser considerado para medir o sucesso desta escola. As EEEPs selecionam para seus alunos, aqueles com melhor desempenho, o que de certa forma favorece a preparação para o ENEM, aumentando assim a contradição. Não seria importante rever a forma de ingresso na escola, dando oportunidades do curso técnico para aqueles que necessitassem de trabalho a curto prazo? E, apesar de terem sido criadas para promover formação integral, podemos dizer que sendo tão propedêuticas conseguem ser boas escolas profissionais? Os professores entrevistados acreditam na qualidade da formação técnica desenvolvida na escola, entretanto não tem medida de inserção no mercado de trabalho.

Vimos ainda que essa escola boa e de sucesso através de indicadores de acesso à universidade já é algo natural na visão da equipe escolar da EEEP JRD. Ir para a universidade parece ser mais importante do que inserir-se no mercado trabalho, muitas vezes desconsiderando as condições socioeconômicas dos estudantes. Essa concepção fica clara quando a coordenadora CP1 diz que “ingressar na Universidade é um passo maior que ingressar no mercado de trabalho”. No entanto, mesmo considerando que o acesso ao ensino superior é resultado de uma formação propedêutica de qualidade, é preciso que a escola se perceba nesse processo e vislumbre para seus alunos a inserção no mundo do trabalho considerando-a tão importante quanto, que esta ação seja valorizada e fortalecida no âmbito escolar dando oportunidades aos que mais precisam.

A lei de criação das escolas profissionais estabelece que o ensino médio integrado à educação profissional a ser oferecido nestas escolas deve “garantir a necessária articulação entre a escola e o trabalho” (CEARÁ, 2008). Perguntados sobre essa articulação, apenas um respondente divergiu dos demais. Em sua percepção acredita que não é satisfatório, apesar da maioria afirmar que acontece através do Estágio Curricular que insere o aluno no mercado de trabalho antes de concluir o ensino médio. Além do estágio, outras ações desenvolvidas na escola fazem essa articulação, como as disciplinas da base diversificada e as atividades curriculares como citado pela coordenadora CP1:

Os meninos participam muito de visitas de campo, visitam espaços de trabalho, de empresas, lá voltadas para área que eles estão. As

oficinas, os projetos pedagógicos integrados que a escola tem, a feira das profissões, olhando, é as mostras dos cursos técnicos, então é para fazer o aluno construir essa vivência na escola, do mundo do trabalho dentro da escola, as entrevistas que eles participam, para eles irem para o campo de estágio, existe uma preparação muito forte nesse sentido, então assim, eu penso que o trabalho da escola está olhando sempre para isso. (CP1, Entrevista realizada em 26/03/2021)

A coordenadora de estágio (CP3) reconhece que existe uma fragilidade, uma distância quando é preciso medir o impacto da formação oferecida pela escola, no mercado de trabalho, reconhece que muitos esforços são concentrados diariamente na formação técnica, mas que não visualiza os efeitos, não tem uma métrica disso, do ingresso ou permanência do técnico após conclusão do curso. Um aspecto que deve ser melhorado se implementado um sistema de acompanhamento deles, sistemático e a longo prazo.

Lousada e Martins (2005) orientam que, para realizar pesquisas com ex-alunos, é preciso fortalecer a comunicação entre eles e a instituição. “Entende-se que esse canal se dê através de uma pesquisa longitudinal de acompanhamento de egressos” (p. 74), que não podem ser pesquisas isoladas, mas que “durante um período de tempo determinado seja acompanhado a evolução da trajetória profissional do egresso no mundo do trabalho” (p. 75). E os autores concluem:

A observação da trajetória dos ex-alunos serve como fonte de informações gerenciais, permitindo a tomada de decisões sobre o planejamento de cursos, arranjos didático-pedagógicos e modalidades de programas que desenvolvam uma polivalência e identidade profissional capazes de interagir e de atender às mutações do mercado de trabalho. À medida que não existe uma sistemática consolidada de acompanhamento dos egressos, não há meio de saber se as IES cumprem bem seu papel de prepará-los para a realidade profissional. Nota-se que as IES pesquisadas, realmente, não têm conhecimento preciso sobre a qualidade dos profissionais que ofertam ao mercado de trabalho, pelo menos de maneira formal. (LOUSADA e MARTINS, 2005, p. 83)

A afirmação dos autores refere-se a um estudo feito com dirigentes de várias Instituições de Ensino Superior, mas que, a meu ver, pode se aplicar aos cursos de nível médio, inclusive pela falta de prática das instituições em acompanhar seus egressos.

Uma forma de entender os efeitos da formação adquirida durante o curso técnico é dialogando com os ex-alunos que, partindo da vivência profissional, podem nos trazer informações necessárias à melhoria da qualidade da escola e dos cursos. Um vácuo existente na escola pesquisada que precisa de atenção, é necessário encontrar um espaço para que esse diálogo aconteça.

De acordo com os estudos desta subseção concluímos que, apesar dos entrevistados considerarem que a escola contribui para o desenvolvimento socioeconômico do Município e para reduzir desigualdades sociais, não conseguimos comprovar essas afirmações com dados reais. Não sabemos quantificar a inserção dos egressos da escola no mercado de trabalho local, pois não é feito esse levantamento de dados, nem pela escola, nem pela SEDUC. Uma ação que não é potencializada. Existem sim dados de ingresso na universidade, sistematizados após o ENEM. No entanto, não há mais que isso. Diante disso evidenciamos a necessidade de ações como: – pesquisa com as empresas locais para saber da empregabilidade dos jovens egressos; – pesquisa com os egressos para saber da importância da formação técnica para sua vida profissional; e – proposta a SEDUC de democratizar as formas de acesso à escola profissional.

3.2.2 Qualidade da formação técnica – avaliação dos cursos

A qualidade da formação técnica oferecida pela escola é o tema tratado nesta subseção. Ao questionar os sujeitos escolares se os alunos formados estavam tecnicamente aptos a atuar no mercado de trabalho, as respostas foram diversas. Duas das coordenadoras responderam positivamente, acrescentando que “durante o curso técnico a escola desenvolve um leque de atividades que prepara o estudante para atuar no mercado de trabalho, desenvolve aulas teóricas, aulas técnicas, oficinas, mostras” (CP2, Entrevista realizada em 31/03/2021) e uma delas afirma acreditar que apenas 80% está apto, não justificando a afirmação. Dos cinco coordenadores de curso, apenas um afirmou que devido a imaturidade dos estudantes, pela pouca idade, eles não saem tão preparados. Os demais defendem uma boa preparação técnica dos alunos ao final do curso, pois a escola dispõe de Laboratórios, professores técnicos que já atuaram no mercado de trabalho e sabem como funciona. Então eles se unem às estruturas da escola, na realização das aulas práticas para fazer com que essa formação tenha uma qualidade muito boa,

preparando o aluno para atuar no mercado de trabalho, afirma o coordenador de curso CC2. Dos quatro orientadores de estágio, três afirmam que os estudantes saem preparados para exercer suas funções que, nos estágios tem essa comprovação, “quando a gente chega nas empresas os meninos estão desenvolvendo, funções que é o técnico que realmente faz e eles estão desenvolvendo dentro do esperado e que a empresa exige” (OE1, Entrevista realizada em 19/05/2021). Afirmam que o cumprimento do currículo que é exigido, a identificação dos estudantes com o curso também são fatores que contribuem para isso. Apenas um dos orientadores classifica os alunos em níveis de preparação, justificando sua percepção e cita a identidade deles com o curso:

A meu ver uma média de 30 a 40% de cada turma, esses alunos saem sim aptos, perfeitamente aptos a desenvolver todas as funções do curso. Aí desse restante 60%, eu coloco mais uns 30 com resultados medianos com relação a essas aptidões do curso e aí eu coloco os 30% como uma certa defasagem com relação a essa saída das escolas técnicas. É com relação a essa não aptidão a essas funções da profissão, certo, é porque realmente não se adaptaram com o curso ou porque perceberam que não era aquilo que eles queriam. Em algumas situações a gente pode ter a defasagem com relação a conteúdo. Então por exemplo, a gente vê que a grade dos cursos ela não avança em paralelo com que se avançam as tecnologias, falando pelo meu curso. Então por exemplo, a gente tem uma grade com no mínimo aí, no mínimo, por baixo uns seis a oito anos de defasagem ou mais, certo? Então a grade, ela tem que ser atualizada, bem como todos os conteúdos que vão se vendo durante o curso. Eu acho que também é um fator que acaba desnortando um pouco, mas é essa questão mesmo da situação em que o aluno não se adequa ao curso, que entrou na escola porque proporciona um bom estudo de um modo geral. (OE3, Entrevista realizada em 27/03/2021)

No caso dessa discordância aos demais, é importante ressaltar que se trata do professor do curso de Informática, que ainda não vivenciou a experiência do estágio na escola, a primeira turma concluirá agora em 2021.

A única avaliação da qualidade do técnico formado é através da percepção dos professores, observando o estágio e a formação ofertada. Vimos que não houve nenhuma menção dos professores de que os estudantes avaliam de forma positiva a formação técnica recebida, fato que poderá ser percebido através de feedback deles após ingressar no mercado. Espartel (2009) em estudo que trata sobre a opinião dos egressos para avaliar os cursos no ensino superior, destaca essa importância:

A avaliação de um curso representa a busca por informações sobre os seus efeitos, a fim de determinar o seu valor, devendo-se para tanto conhecer o antes e o depois (HAMBLIN, 1978), envolvendo o processo de formação do aluno e o impacto desta formação em sua atividade profissional. Os egressos, neste caso alunos que já concluíram a graduação, podem fazer uma avaliação mais consistente sobre o curso, especialmente porque: (1) têm uma maior maturidade e conseguem ter uma visão mais ampla, quando o processo já está encerrado; e (2) são capazes de verificar, de forma pragmática, a contribuição que o curso trouxe a sua atuação profissional. (ESPARTEL, 2009, p. 104)

O mesmo autor reitera que a avaliação do aluno pode mostrar pontos fortes e de melhoria no processo de ensino, mas não mostra o seu resultado, que se traduz na aplicabilidade profissional da aprendizagem (ESPARTEL, 2009). Essa visão mais ampla só pode ser vista na percepção do egresso, após atuação no mercado de trabalho. Opinião que se faz importante pela capacidade de identificar se os resultados do que aprendeu são satisfatórios tanto para ele, quanto para a instituição. Lousada e Martins (2005) entendem que o egresso é uma expressão de referência para a avaliação do ensino, pois é ele quem pratica o que aprendeu na instituição. Michelan *et al.* (2009, p. 11) também apontam que “as informações referentes ao perfil do egresso possibilitam tomar decisões acertadas quanto a formação dos novos alunos, tornando-os mais receptivos pelo mercado de trabalho e pela sociedade”. De forma que uma escuta qualificada dessa clientela poderá trazer dados, a partir da vivência no mercado de trabalho, que se utilizados pela escola poderá ajudá-la a aprimorar o trabalho e a qualidade do ensino. Nesse sentido percebe-se uma lacuna no trabalho desenvolvido pela EEEP JRD quando esta deixa de acompanhar a trajetória de seus alunos após conclusão do ensino médio.

Sobre as possibilidades de inserção dos egressos no mercado de trabalho local, os professores acreditam nas condições de mercado do município para absorver a mão de obra formada pela escola, confirmando o diálogo dos cursos com setor produtivo municipal:

Os cursos que nós temos na escola, que estão sendo ofertados, eles são muito, o mercado local consome muito bem, obviamente tem outros cursos que, eu acredito sim, que também podem ser absorvidos pelo mercado, como cursos que já saíram da escola, mas que por algum motivo não estão mais. Mas sim os que estão hoje eu

acredito que está sendo uma oferta bem precisa de áreas que as pessoas buscam. (CC4, Entrevista realizada em 31/03/2021)

O Coordenador CC2 reforça a afirmação, confirma a existência de vagas nas empresas locais para todos os alunos estagiarem e que isso é um indicador do diálogo com os arranjos produtivos locais, fato reiterado pelos demais professores e coordenadores de curso. No entanto, sobre a inserção no mercado, afirma: “Nós não temos ainda esses dados catalogados, nós temos muitas vezes é de conversa, é de observações. Eu acho que a gente tem muito ainda a melhorar nessa área de levantamento *de dados*” (CC2, Entrevista realizada em 29/02/2021). A coordenadora CC1 reforça a fala dos colegas sobre a existência de vagas no mercado para absorver a mão de obra técnica formada na escola:

É, eu vejo sim possibilidades, é eu não diria que teria vaga para absorver todos, até porque não tem nenhuma profissão. Você pode se formar em medicina que é uma profissão muito desejada. A nível, trazendo a nível nacional, que as pessoas visam, que é uma profissão lucrativa, não vai ter emprego para uma turma que é formada. Ah, todo mundo ficou empregado logo de primeira. Então tem sempre os desafios de colocar essa mão de obra no mercado de trabalho, algumas profissões mais do que outras. Mas assim, eu vejo que o mercado local consegue absorver sim, não consegue absorver todos porque realmente não tem como absorver toda essa mão de obra, mas, não só o nosso município, como os municípios vizinhos têm demanda, sim, para os profissionais que a escola vem formando. (CC1, Entrevista realizada em 31/03/2021)

Na visão das coordenadoras pedagógicas falta mercado para absorver toda mão de obra formada na escola. A coordenadora CP1 considera: “O mercado não consegue absorver tudo isso, mas também existe a questão de alguns alunos visualizarem mesmo outras possibilidades para além da empregabilidade ali, quando concluem o ensino médio, muitos querem ir mesmo é para a universidade” (CP1, Entrevista realizada em 26/03/2021). Mesmo assim, afirma que encontra muitos ex-alunos trabalhando no Município, conforme sua observação e convivência, pois não existe nenhum levantamento que confirme o que ela diz, também não deixa claro se eles trabalham na área do curso técnico.

É bem verdade que o curso técnico não é a garantia de ingresso no mercado de trabalho, Pereira e Oliveira (2019, p. 926) num trabalho recente sobre a inserção dos egressos de cursos técnicos no mercado de trabalho, consideram que existe

grande apelo ideológico no Brasil de que há emprego para os jovens e que estes não têm qualificação necessária e, os próprios jovens estudantes pensam assim, não veem a conjuntura econômica do país como fator que facilita ou dificulta o acesso a um emprego. Reforçando a ideologia neoliberal, onde o fracasso ou sucesso depende de cada um, podemos ver neste excerto dos mesmos autores:

Ingressar em um curso técnico parece ser o passaporte para o mundo laboral e a garantia de emprego para estes estudantes, visão reforçada pelo discurso governamental ao promover estes cursos. Reforça-se uma leitura pouco esclarecedora dos fatores que são determinantes de uma possível entrada no mercado de trabalho. Ao se alimentar a convicção de que a problemática do desemprego está no próprio indivíduo, reforça-se o pensamento de que os trabalhadores, notadamente os jovens, devem assumir o papel de empreendedores de si mesmos. Tornando-se responsáveis por suas trajetórias profissionais. Bem como pelo seu sucesso ou fracasso no referente à conquista de um emprego. Na prática a situação de pobreza, subemprego ou desemprego é incorporada pelos jovens trabalhadores como algo que diz respeito ao seu esforço próprio e as suas estratégias de alcançar um trabalho, uma renda, uma forma de sobrevivência. (PEREIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 927)

Segundo os mesmos autores, dados do IBGE referentes à PNAD 2014 mostram que, aproximadamente, 64,6% dos jovens entre 18 e 25 anos ainda não tinham conseguido o primeiro emprego naquele ano, mesmo após conclusão do ensino médio. Os jovens buscam o mercado para ajudar na sobrevivência de suas famílias, complementar a renda familiar que muitas vezes enfrenta situação de desemprego. Apontaram ainda que “a parcela mais escolarizada, onde estão os egressos dos cursos técnicos é muito prejudicada desde 2016, com a retração do mercado de trabalho (PEREIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 931).

Apesar da constatação dos autores Pereira e Oliveira (2019), vale reforçar que a formação integral do jovem da EEEP JRD, possibilita o seu sucesso profissional que não está limitado a conquista de um emprego, visto que a escola dá a ele a possibilidade de vislumbrar outros caminhos como a continuidade nos estudos em nível superior e o empreendedorismo, com a montagem de seu próprio negócio.

Ainda sobre a possibilidade de absorção de mão de obra pelo mercado local, a coordenadora de estágio afirma que “as empresas fecham as portas por não conhecer o potencial dos nossos alunos” (CP3, Entrevista realizada em 31/03/2021),

sugere a necessidade de maior divulgação do trabalho que a escola realiza e de fortalecimento da interação empresa e escola e complementa:

A gente não consegue dizer, eu tenho um levantamento e por meio desse levantamento eu consigo confirmar que os nossos alunos têm campos, que os nossos alunos são abraçados pelas empresas né? Que os quatro cursos que a gente oferece, eles têm impacto no nosso Município”. (CP3, Entrevista realizada em 31/03/2021)

Lousada e Martins (2005) corroboram com afirmação da gestora, quando destacam que a interação empresa escola é uma ferramenta importante na solução de problemas do setor produtivo, mas existem alguns desafios que dificultam as ações nesse sentido, como a descrença deste setor na formação dos alunos e na crença de uma grade curricular que não atende as necessidades do mercado. A interação deve contribuir para solucionar tais desafios. “[...] não é se submeter às exigências do mercado de trabalho e sim trocar informações para que ambos os lados cheguem a um padrão satisfatório de exigência e qualidade dos novos profissionais”, alertam os autores Lousada e Martins (2005, p. 77). Acompanhar de modo sistemático o egresso pode contribuir com tal relacionamento.

Fortalecer a interação empresa e escola é, ainda de acordo com Michelan *et al.* (2009), uma forma de contribuir para a definição do perfil profissional exigido pelo mercado a partir de análises das mudanças decorrentes de relações produtivas e sociais, análises estas que surgem de reuniões com o corpo docente, debates com empresários, sindicatos e também de pesquisas de mercado local e regional que apontam a necessidade de formar um profissional que atenda as inovações que o mercado atual exige. Guimaraes e Salles (2016) reconhecem:

A diferença entre o que o mercado de trabalho exige e o que a instituição formadora oferece pode ser amenizada por meio de reformas significativas que estão muito além da transmissão de conhecimento. Uma política de acompanhamento de egressos por parte das instituições de ensino reforça a integração que ora se faz necessária entre a escola e o mercado de trabalho. Planejar e traçar uma carreira torna-se primordial para o sucesso do mundo globalizado. (GUIMARAES; SALLES, 2016, p. 03)

Vimos como o diálogo da escola com o mercado de trabalho pode contribuir substancialmente para que esta se adeque às condições do seu entorno, melhore seu currículo de modo a formar um profissional diferenciado para atender as reais

necessidades desse competitivo mercado. O ex-aluno pode contribuir com as pesquisas de mercado, pois conhecendo a realidade da escola e da empresa, traz sua vivência profissional como contribuição nesse processo. Mas também, podemos escutar as empresas, de forma que, conhecendo as aptidões do profissional, possa trazer também relevantes contribuições.

Essa interação ao ser fortalecida pode favorecer maior inserção dos estudantes egressos no mercado de trabalho, além de outros fatores que também influenciam, como a melhoria no perfil do profissional, políticas motivadoras para o aluno ingressar no mercado, divulgação de como acontece essa formação e o fortalecimento da comunicação com os estudantes. De acordo com o coordenador de curso CC2, “Fortalecer o ensino profissional, investir na melhoria da prática pedagógica em busca de novos métodos, acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade e no mercado de trabalho em especial” (CC2, Entrevista realizada em 29/03/2021), são ações que podem ser potencializadas para ampliação dessa inserção.

Um aspecto importante citado pela Coordenadora de curso também merece destaque:

Quando a gente fala de ampliar essa inserção no mercado de trabalho, é algo que eu vejo que tem muitos desafios, primeiro que, alguns alunos, por mais que se identifiquem com a formação técnica na área x, ele busca ampliar aquilo, ele se identificou tanto com a área que ele quer mais, e esse mais deles é o ensino superior, então às vezes o nosso aluno, ele tem oportunidade, sim, de ficar trabalhando no Município, mas ele optou por ir para fora e fazer uma faculdade. (CC1, Entrevista realizada em 31/03/2021)

O aluno faz o curso técnico, mas o objetivo dele não inclui trabalhar tão cedo, nesse caso não estaria ele tirando a oportunidade de um aluno que realmente precisasse do curso técnico, do trabalho, como forma de ascensão social e transformação de sua condição de vida?

Quanto a continuidade nos estudos em nível superior, já constatamos a ênfase dada pelos órgãos de controle do Estado, ao ingresso na universidade, superando as expectativas de inserção no mundo trabalho. Situação enfatizada pelo coordenador CC3:

Nota-se uma pressão muito forte para que o aluno, ele ingresse diretamente na universidade, mas eu não quero diminuir a importância do ingresso a universidade, mas eu quero, eu quero falar que as vezes falta um pouco mais de motivação do ambiente escolar, talvez não sei se possa dizer dos gestores, mas das políticas da escola, não dos gestores, mas das políticas da escola, um incentivo maior dos alunos para que eles possam ingressar no mercado de trabalho. (CC3, Entrevista realizada em 25/03/2021)

A afirmação do professor CC3 refere-se às políticas estaduais de fomento para que os estudantes do ensino médio ingressem na universidade a partir da nota do ENEM, fato que faz com que todas as escolas de ensino médio do estado empreendam esforços para motivar e preparar os estudantes para o exame. Na escola profissional não é diferente, sendo a modalidade que mais coloca alunos na universidade, quando comparada as demais escolas regulares públicas. No terceiro ano, as estratégias de preparação são fortalecidas para que o aluno seja aprovado, ações como “Enem Chego Junto Chego Bem”, “Enem Não Tira Férias”, “FDScurtindoEnem” e o “#enemvou2dias”, dão o suporte para os estudantes nessa caminhada. Estas vêm fazendo com que a cada ano o Ceará alcance recordes de aprovação no Ensino Superior. “O número de alunos aprovados em universidades públicas e privadas no ano de 2018 foi 20.207, o que representa um crescimento de 19,6% em relação a 2017, quando 16.897 jovens conseguiram acesso ao Ensino Superior” (Ceará, 2019, recurso *online*). Em 2017 foram 13.516 alunos. Os números evidenciam a valorização da política e o impacto dela no Estado. Esse crescimento se deu também em virtude do cenário nacional favorável, especialmente com duas políticas de incentivo, o programa “Universidade para todos” (PROUNI), a partir de 2004, e o “Financiamento Estudantil” (FIES), como sustenta Gimenez e Santos (2015, p. 161), “foram as vagas criadas nas instituições privadas que ampliaram sobremaneira as possibilidades de inserção dos jovens brasileiros no ensino superior nos anos 2000”. Mesmo diante desse cenário os autores afirmam que o ensino superior não é para todos, apesar da grande expansão no Brasil, na década de 2000 temos “um fluxo anual de quase 2 milhões de concluintes do ensino médio, e um estoque de quase 8 milhões de brasileiros egressos do ensino médio que ainda não ingressaram na universidade” (GIMENEZ; SANTOS, 2015, p. 162). No caso dos estudantes da EEEP JRD, o desafio é decidir o caminho, trabalhar ou continuar estudando. Residentes num Município do interior do Estado, distante dos centros universitários, para continuar estudando precisam ir embora, o que vai

dependem da situação econômica de suas famílias. Para ambos os caminhos não vai existir vaga para todos os formados. De acordo com Guimaraes e Salles (2016), o mercado de trabalho é afetado atualmente pela situação econômica do país, uma vez que seu desenvolvimento propicia mais oferta de trabalho e melhor condição ao trabalhador de estar apto a inserir-se nesse mercado, mais bem preparado. E o prosseguimento nos estudos apesar da melhoria de oferta ainda é difícil conquistar uma vaga na universidade pública, especialmente os alunos das escolas públicas.

A rede de EEEP tem um histórico positivo de ingresso na universidade. As EEEPs colaboram de forma significativa para o resultado de inserção em IES, e percebemos que, apesar da escola voltar seu trabalho para as duas frentes, o ingresso no mercado de trabalho não é tratado como prioridade, assim afirmam os sujeitos entrevistados. Oliveira e Junior (2015), em estudo sobre estas escolas, chegaram à essa mesma conclusão:

Nota-se que cada ano teve sua marca positiva, e, embora os percalços possam atropelar mais a consolidação dos feitos até então, serviu para mostrar que a política está atendendo ao desenho que lhe foi atribuído com um destaque que merece aqui nossa observação, visto que, no período de seis anos, já é possível verificar se teve ou não impacto na categoria beneficiada, aqui, especificamente, a juventude. Destacamos nesse quesito a quantidade de jovens que ingressaram na universidade, sobrepondo-se aos que entraram no mercado de trabalho. Os indicadores relacionados ao ingresso de concludentes das EEEP no mercado de trabalho e sua aprovação na universidade materializam o ideário da política de educação profissional do Ceará, que tem como um de seus focos possibilitar aos alunos integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho. [...] Passados seis anos, a pesquisa nos permitiu uma análise acerca do impacto dessa política no estado, qual seja: O número de jovens que ingressaram nas universidades é superior aos dos que conseguiram entrar no mercado de trabalho. Se o governo está revendo corrigir rotas ou se continua trilhando o mesmo caminho, é precisamos ir mais além, dando continuidade a esse estudo. (OLIVEIRA; JUNIOR, 2015, p.102-103,104)

Os autores reafirmam que os indicadores de ingresso na universidade são bem superiores aos de inserção no mercado de trabalho, mesmo considerando que não foge dos objetivos, apesar de se tratar de escolas de formação profissional. Na EEEP JRD os índices de ingresso em IES, conforme vimos na tabela 09, foram de 22% em 2014, primeira turma formada, para 65% no ano 2019, considerando todas

as modalidades de ingresso, ou seja, mais da metade dos concluintes consegue o acesso.

A nível de Estado, após treze anos de criação da rede de escolas percebe-se que o enfoque continua sendo a universidade, como reiterado pelos sujeitos da pesquisa, a exemplo da EEEP JRD que, mesmo considerando a qualidade da formação profissional, não tem dados que comprovem a inserção dos seus técnicos no mercado de trabalho.

Apesar das ações da escola contribuírem para uma formação técnica que atende ao perfil do mercado, inserir o aluno nesse mercado parece não ser tratado como prioridade, haja visto a mobilização para ingressar na universidade, o que já foi reiterado na fala dos sujeitos da pesquisa, uma contradição que merece destaque.

Os agentes escolares pesquisados apontam algumas vivências pedagógicas que promovem a aproximação dos estudantes com o mundo do trabalho, conforme ressaltado pela coordenadora pedagógica CP1:

A escola, ao longo dos três anos, na sua articulação de currículo, nas oficinas, nas visitas, nos projetos o nosso aluno ele é exposto a muitas possibilidades, [...] ele é exposto a muitas vivências na escola para que ele construa esse seu protagonismo e eu acho que é isso aqui, essa ação pedagógica que vai aproximando essa preparação do nosso aluno para o mercado de trabalho e para a vida. (CP1, Entrevista realizada em 26/03/2021)

Os entrevistados também citam como aspecto dessa aproximação, as disciplinas de Mundo do Trabalho, Projeto de Vida, Empreendedorismo, Informática Básica, Formação Cidadã, além das técnicas, das jornadas dos cursos e as aulas práticas, que preparam para dar segurança aos alunos no estágio curricular, considerado o ápice da formação para o mercado de trabalho. “Essa parte diversificada que é o Mundo do Trabalho, Formação Cidadã e o próprio estágio, professora, é uma coisa muito rica que a escola tem na formação desses meninos para o mercado de trabalho” (OE1, Entrevista realizada em 19/05/2021), considera o professor OE1. Esse trabalho com a parte diversificada do currículo pode inclusive contribuir com a superação dos desafios apontados pela falta de maturidade dos alunos. O planejamento dessas disciplinas deve trazer a possibilidade de trabalhar essa condição do aluno, especialmente em Mundo do Trabalho e Projeto de Vida.

O estágio curricular é considerado por todos os agentes entrevistados como um dos componentes curriculares mais importante na formação técnica dos alunos. O documento Ceará (2014) informa que a carga horária deste componente é “de 50% para os cursos da área da Saúde e Ambiente, e de 25% para os demais cursos, conforme a Resolução nº 413/2006, Art. 20 § 1º e 2º, do Conselho Estadual de Educação do Ceará” (CEARÁ, 2014, s/p), sendo, pois, a oportunidade de materialização da educação profissional no mercado de trabalho, regulamentado pela Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Sabemos que os estágios de uma forma geral ainda são percebidos como insuficientes se tratados como oportunidades de aprendizagem. Porém a proposta nas escolas profissionais de acordo com o referido documento Ceará (2014) ele faz parte do projeto pedagógico de cada curso como forma de desenvolver competências próprias da atividade profissional do curso e objetiva o desenvolvimento do educando para a vida produtiva e cidadã, proporcionando maior aprofundamento da relação ‘teoria x prática’. “Tais atividades configuram-se como espaço de vivência profissional relacionada à área de formação dos estudantes seja na condição de participantes ou de realizadores, numa perspectiva de ambientação à profissão” (CEARÁ, 2014, s/p). As atividades de acompanhamento e avaliação desse processo são registradas no SICE:

O SICE tem como objetivo gerir a sistemática de captação de estudantes da Educação Profissional e projeto e-Jovem por parte das concedentes de estágio. Através dele é possível emitir o Termo de Compromisso de Estágio (TCE), Termo de Realização do Estágio (TRE) e fazer o acompanhamento jurídico, financeiro, pedagógico e avaliação dos processos de estágio da COEDP. O SICE é dividido em três eixos onde são gerados relatórios a partir de cada um deles: Jurídico, Financeiro e Pedagógico. Além do monitoramento do plano de estágio de cada escola e de cada curso, o SICE permite o acompanhamento dos processos de captação de vagas, de formalização jurídica do estágio e frequência mensal do estagiário. (CEARÁ, 2014, s/p)

Na escola pesquisada, as informações sobre a realização do estágio das quais dispomos é que pedagogicamente o aluno é inserido numa empresa onde faz seu primeiro contato com o mundo do trabalho, sendo acompanhado pelo Professor Orientador de Estágio, responsável pela orientação nesse período, é ele quem acompanha o desenvolvimento do estagiário através de visitas aos campos, onde

mantém um diálogo constante com o supervisor. O aluno é avaliado através da frequência e avaliação das competências técnicas, observadas nas situações do campo de estágio. O aluno é aprovado quando cumpre, em sua totalidade, 100% da carga horária e obtém aproveitamento satisfatório em todos os itens dos instrumentais de avaliação do aluno, contidos no Manual do Itinerário Formativo, Avaliação e Acompanhamento do Estágio.

O Estágio Curricular é normatizado por meio do Termo de Compromisso do Estágio (TCE) documento que é assinado pelo aluno e seu responsável, caso seja menor de 18 anos, pelo responsável da escola e pelo representante da empresa concedente. Todo o processo de acompanhamento e avaliação é devidamente registrado no SICE.

Os documentos e as falas dos atores escolares aparentam existir na EEEP JRD um processo bastante completo, que fortalece a formação técnica dos estudantes, porém esse ainda é um tema que mereceria pesquisa pormenorizada para que pudéssemos ter informações mais detalhadas de como o acompanhamento desse estágio acontece efetivamente e se ele tem sido aproveitado em toda sua potencialidade formativa.

De tudo que foi abordado nessa subseção podemos considerar como desafiadores: primeiro, a escola atribui que prepara com qualidade os seus alunos para o mercado de trabalho, mas não sabe dizer sobre o sucesso ou insucesso deles, pois não existem dados de inserção nesse mercado; e, segundo, apesar da ênfase dada a formação técnica, a inserção no mercado não é tratada como prioridade, a escola dá maior atenção à continuidade dos estudos em nível superior pelos alunos, muito em virtude das políticas estaduais de fortalecimento do ENEM para ingresso na universidade. A escola faz o monitoramento desse ingresso, ação que leva a escola profissional fugir do seu principal objetivo que é oportunizar aos jovens que mais precisam a oportunidade do primeiro emprego através da qualificação profissional, mesmo esta não sendo uma garantia. Diante destes desafios, precisamos fortalecer a parceria com o setor produtivo do Município de forma que as empresas possam contribuir com a escola, seja na inserção do profissional no mercado, seja avaliando a atuação deste. Além disso, existe a necessidade de mobilizar os professores que compõem a base profissional da escola para a realização do monitoramento da inserção no mercado de trabalho, de forma sistemática.

3.2.3 Desafios do planejamento da oferta de cursos

O planejamento deve ser o ponto de partida de qualquer ação, quando temos um bom planejamento aumentamos as chances de alcance dos objetivos propostos. Especialmente nas escolas, o planejamento é uma rotina. Na escola profissional esse planejamento é orientado pela TESE – Manual de Gestão que norteia as suas ações. É importante considerar a necessidade desse planejamento desde a escolha dos cursos a serem ofertados, até a “adequação do currículo dos cursos e do projeto político pedagógico da escola às necessidades e demandas dos alunos, do mercado de trabalho e da sociedade” (MICHELAN *et al.*, 2009, p. 02). Vamos abordar nesta subseção, a forma como se dá esse processo de escolha dos cursos na EEEP JRD.

Iniciamos registrando o que os atores escolares conhecem sobre os critérios para escolha dos cursos que a escola oferta. Professores e coordenadores de curso mencionaram que é uma decisão da gestão, afirmando não participar da escolha, como afirma a coordenadora de curso CC1, “É uma escolha que é feita pela gestão, mediante uma avaliação que ela faz. Uma avaliação que ela faz com relação aos arranjos produtivos do município, mas assim, não tem uma pesquisa” (Entrevista realizada em 31/03/2021). Na fala da entrevistada não percebemos maior compreensão dela, visto que a gestão não escolhe livremente, pois sofre a interferência da SEDUC nesse processo.

Já as coordenadoras escolares, contradizendo a fala da coordenadora de curso, disseram participar da discussão, que é ampliada para a comunidade de professores, alunos e pais porém não encontramos registros desses momentos, no acervo documental da escola. A coordenadora escolar CP2 se refere apenas a comunicar os cursos a serem ofertados, sugerindo que a informação é dada após a decisão já tomada, “A escola, ela faz uma divulgação dos cursos com os estudantes, em reunião de pais, mas no final ela acaba por analisar alguns aspectos importantes como campo de estágio e os laboratórios que tem na escola para fazer as práticas” (CP2, Entrevista realizada em 31/03/2021). A gestora CP1 afirma que, “Inicialmente, é o governo do Estado que trouxe pra escola esses cursos e depois a escola vai tendo a sua autonomia de ir se justificando perante a regional, a SEDUC, o porquê de se manter o curso ou de fazer outras escolhas” (CP1, Entrevista realizada em 26/03/2021). A terceira gestora CP3 reitera ser feito a divulgação dos cursos, “Sim,

escuta sim, por meio de encontros, não é?! Sempre conversando com os professores, a gestão da escola, isso é, a divulgação dessas informações, nos encontros de pais [...]” (CP3, Entrevista realizada em 31/03/2021). O que fica perceptível é que a comunidade escolar é consultada no cotidiano, de modo muito informal, não existindo assembleias, reuniões, ou conselhos para tratar especificamente dessa escolha, como reafirma a coordenadora CP3: “A gente não tem conselhos de pais, pra tratar sobre isso, conselho de alunos, mas com os professores e com a gestão da escola, a gente tem os registros sim, não é, por meio da pauta das discussões, dos encaminhamentos que são feitos” (CP3, Entrevista realizada em 31/03/2021). Ressaltamos que não foram encontrados registros dessas reuniões nos documentos da escola e os depoimentos seguintes, dos professores, confirmam nossa percepção de que não há consulta a comunidade escolar com a finalidade de decidir sobre a oferta dos cursos:

Não existe essa escuta na comunidade, eu diria que essa escuta é feita de forma silenciosa. Em que sentido? Porque ela observa depois que escolheu um curso pela primeira vez, como é que esse curso vem se desenvolvendo, como é que a comunidade vê esse curso, qual é a demanda, como é que são os campos de estágio. (CC1, Entrevista realizada em 31/03/2021)

Não existe uma escuta formal, mais uma escuta rotineira do que acontece, os comportamentos. Eu acho que o estágio é uma forma de avaliar muito, tanto estágio como a questão do ingresso lá no trabalho né, a atividade lá no trabalho, então eu acho que é uma forma sim de escuta e tipo, muitas vezes, é até uma forma de escuta muito interessante não é, porque nada como a experiência para estar falando realmente aquilo que vem acontecendo. Eu não cheguei a participar dessa definição. (CC4, Entrevista realizada em 31/03/2021)

O coordenador ECC1 também reitera essa não participação pela decisão dos cursos, quando afirma: “Não, nunca participei, eu acho que até se eu tivesse participado de uma situação dessa, eu acho que o curso de enfermagem não sairia nunca do Trairi viu, porque eu ia argumentar lá, não é? (ECC1, Entrevista realizada em 21/05/2021). O coordenador enfatizou ser um curso em que os alunos não têm dificuldade para trabalhar. Especialmente nesse tempo da pandemia, em que os profissionais da saúde tiveram participação determinante nos hospitais, muitos conseguiram inserção nesse mercado.

Apesar dessa situação, a gestão escolar tem tomado decisões acertadas na opinião da maioria dos entrevistados, atendendo às expectativas da escola. Os cursos ofertados atualmente são de áreas diferentes e por isso são considerados importantes para o mercado local, consideram que existe diálogo com os arranjos produtivos da região.

Perguntada se a forma de escolha atende as necessidades da escola quanto a oferta de cursos, a coordenadora de curso CC1 faz a seguinte afirmação:

Hoje nós temos cursos de áreas diferentes, então, a meu ver, essas escolhas têm atendido às expectativas, não da escola e sim do Município como um todo. Então quando o aluno entra na escola, não eu quero na área de construção, não, eu quero na área de manutenção, eu quero na área administrativa, eu quero na informática, então a gente atende as demandas da comunidade. (CC1, Entrevista realizada em 31/03/2021)

Observa-se que ela se refere aos cursos e não à forma de escolha, que é feita de forma mais centralizada na gestão escolar e SEDUC.

Outro agente entrevistado não considera acertada a forma de escolha dos cursos, quando diz que “a escola profissional como o próprio nome diz, profissional, vai lançar profissionais para o mercado, para servir à sociedade, então quando se vai realizar esse processo é importante que a sociedade participe, que a comunidade participe” (ECC1, Entrevista realizada em 21/05/2021).

A fala do professor traduz uma escola que não considera a participação de seus agentes em decisões importantes como forma de melhorar o alcance de seus resultados. Apesar dele se referir especialmente a tomada de decisão sobre ofertar um ou outro curso técnico, cabe a discussão sobre a necessidade da escola refletir sobre essa prática, na perspectiva da promoção de uma gestão mais participativa, que envolva seus agentes, internos e externos em seus processos decisórios.

Outra fala importante é da coordenadora pedagógica CP1 quando ela ressalta que a escola tem autonomia pra tomar a decisão, mas por outro lado tem a grande responsabilidade de viabilizar condições para que o curso possa ter respaldo e alcance aquilo que o aluno almeja.

Os autores Brito e Carniele (2011) advertem que, a partir dos anos 90, com a globalização, aumentou o nível de exigência das organizações, fazendo com que a gestão do conhecimento se torne o principal meio de produção. Com o aumento da

competitividade, surge então a necessidade de incorporar qualidade e valor ao produto e serviço final das organizações,

Dentro deste cenário, as instituições passam a buscar novas estratégias de organização e implementação de planejamento, processos e atividades para atender às demandas de um novo mercado. Com isso, o conceito de administração clássica migra para o conceito de gestão, o que não significa apenas uma mudança de nomenclatura, mas a incorporação de novas ideias e metodologias ao processo administrativo. [...] a mudança do enfoque da administração para a gestão traz um importante elemento agregado, a participação de todas as partes interessadas nas atividades realizadas pela organização, estas agora passam a ser atores dentro do processo de planejamento estratégico da organização e, com isso, a gestão passa a ter enfoque participativo. (BRITO; CARNIELE, 2011, p. 28)

Importante perceber que a gestão participativa sugere a necessidade de fortalecer o planejamento para obter melhores resultados. Sendo assim é necessário que a gestão escolar conduza as relações dentro da escola, estabeleça parcerias, de forma a favorecer a interação entre os vários membros da comunidade educacional e possa alcançar os objetivos desejados que são também de interesse coletivo. Brito e Carniele (2011, p. 30) denominam os agentes escolares de *stakeholders* “aqueles que podem afetar ou ter o seu interesse afetado pelo funcionamento, desempenho e resultados presentes e futuros da organização em questão”. Portanto na escola cada agente, quer seja interno ou externo, que interage no ambiente é um *stakeholder*: professor, funcionário, aluno, pais e membros da comunidade. E, numa perspectiva de gestão participativa, se estes formam a comunidade escolar devem, pois, participar do planejamento e execução dos processos administrativo-pedagógicos da escola.

Déborah Stefanini (2008) complementa essa percepção num estudo sobre educação e trabalho em sua dissertação de mestrado, quando aborda o ensino profissional a partir da redemocratização do ensino. Referindo-se aos efeitos da globalização e a necessidade de descentralização dos processos, a autora afirma:

A década de 1990 passou a ser demarcada pelos conceitos de globalização, produtividade, livre mercado, entre outros, com uma incisiva interferência dos organismos internacionais em diversas instâncias. Na esfera educacional fez com que a educação deixasse de ser definida unicamente em termos nacionais. *No âmbito da instituição escolar, passou a vigorar a ideia de descentralização*

administrativa e operacional, exigindo maior participação dos sujeitos envolvidos no processo educacional e no interior da escola. (STEFANINI, 2008, p. 41, grifo nosso)

Trazendo a contribuição dos sujeitos da escola pesquisada dentro deste enfoque de uma gestão escolar participativa, sentimos falta de participação destes atores no processo de decisão de escolha dos cursos, denunciando a necessidade de melhoria e mudança de postura de todos da escola quer sejam os gestores, quer sejam os demais agentes, de forma a garantir a participação de todos na decisão de oferta. Pedro Ganzeli (2000) também se reporta a participação da comunidade escolar como forma inclusive de gerar comprometimento e responsabilidades entre todos:

A participação de todos os envolvidos no dia a dia da escola nas decisões sobre os seus rumos, garante a produção de um planejamento no qual estejam contemplados os diferentes "olhares" da realidade escolar, possibilitando assim, a criação de vínculos entre pais, alunos, professores, funcionários e especialistas. A presença do debate democrático possibilita a produção de critérios coletivos na orientação do processo de planejamento, que por sua vez, incorpora significados comuns aos diferentes agentes educacionais, colaborando com a identificação desses com o trabalho desenvolvido na escola. Favorece a execução de ações através de compromissos construídos entre aqueles diretamente atingidos pelo planejamento educacional. (GANZELI, 2000, p. 03)

O autor faz uma abordagem bem interessante a esse respeito, quando se refere a um olhar fragmentado sobre uma escola onde não existe participação de todos, o que dá margem para que os pais vejam a escola de forma diferente da visão do professor, que vê diferente do diretor e assim por diante. O exemplo citado pelo autor é uma maneira clara de mostrar quão relevante é para a escola uma gestão participativa. Esse processo deve ser liderado pelo gestor escolar que, como líder deve potencializar a qualidade da sua gestão mobilizando a comunidade escolar à participação, gerando comprometimento e corresponsabilidade.

Ainda nessa perspectiva de participação popular na gestão pública, Burgos e Bellato (2019) discutem o gerencialismo³⁷ e o pós-gerencialismo como modelos de

³⁷ O Gerencialismo ganha força no Brasil, sobretudo a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), como modelo de gestão pública para a reforma do Estado, com vistas

gestão que influenciam as políticas públicas de forma a assegurar qualidade na gestão. Devido ao esgotamento do gerencialismo, surge o pós-gerencialismo, no governo petista de Lula, convergindo de certa forma com o modelo gerencial. O pós-gerencialismo valoriza a cidadania sem desconsiderar a importância da eficiência e eficácia e pretende investir na “participação no nível das instituições”, enfatizando “a elaboração de estruturas e canais que viabilizem a participação popular” (PAULA, 2005, p. 41) voltando-se às necessidades dos cidadãos. A tendência pós-gerencialista enfatiza às formas coletivas de organização, busca a responsabilização de todos com a produção de resultados escolares, como descrevem os autores Burgos e Bellato (2019, p. 923). Isso significa maior participação da sociedade e dos “burocratas do nível de rua³⁸”, na gestão das instituições. A abordagem dos autores alerta para a necessidade de decisões coletivas nas instituições públicas no intuito de melhorar a qualidade da gestão. Nesse sentido, devem emergir novos estilos de liderança que favoreçam essa nova tendência, oportunizem a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios e de implementação de políticas, um meio de assegurar essa qualidade. No tocante a decisão pela oferta de cursos da EEEP JRD é preciso que se estabeleçam formas e instrumentos que garantam à comunidade escolar participação direta nessa discussão, um desafio que precisa ser superado.

Além de ouvir a comunidade escolar, é importante considerar também os ex-alunos, partindo do pressuposto de que, atuando no mercado de trabalho, podem ser ouvidos e trazer para a discussão contribuições importantes acerca de sua vivência profissional. Todavia, já observamos que a escola ainda não faz pesquisa com ex-alunos, pelo menos de forma sistemática. De modo que fica evidenciada a necessidade de se criar algo dessa proporção para contribuir na tomada de decisão.

Afinal, como acontece a escolha dos cursos, na prática? A decisão sobre a oferta dos cursos se dá no âmbito da gestão escolar, tomando como base escutas informais, especialmente aos professores e considerando os critérios estabelecidos pela SEDUC, que são “*as possibilidades de campo de estágio, existência de laboratórios e de professores técnicos*” (CEARÁ, 2014, s/p). Esses critérios visam

a torná-la mais eficiente e voltado para os interesses dos cidadãos, tem um viés tecnocrático, que busca eficiência e eficácia (BURGOS; BELLATO, 2019, p. 920).

³⁸ Burocratas do nível de rua são funcionários que trabalham diretamente no contato com os usuários dos serviços públicos, tais como policiais, professores e profissionais da saúde.

atender ao que é possível ofertar, podendo não atender aos anseios dos arranjos produtivos locais. Existe o catálogo de cursos técnicos das escolas profissionais, ou seja, é oferecido um “cardápio” com 52 cursos disponíveis atualmente, mas escolhidos levando em consideração o diálogo com os projetos estratégicos do Governo (CEARÁ, 2014, s/p) como já afirmado. A gestão escolar é consultada por e-mail, anualmente, sobre as possíveis ofertas, devendo justificar, se permanece com os cursos existentes ou intenciona modificar a oferta. É nesse momento que a gestão é responsável pela escolha. Em seguida a SEDUC comunica à escola se as sugestões foram aceitas, indicando assim os cursos a serem ofertados no ano seguinte, que podem ser aqueles sugeridos pela gestão ou apresentar mudanças.

É nesse momento que a gestão escolar se responsabiliza por uma escolha que é tomada, sem ter dados sistematizados sobre os seus ex-alunos principalmente quanto aos efeitos dos cursos técnicos, segue o “cardápio” da SEDUC que muitas vezes pode não atender às exigências do mercado produtivo do Município mas ao que é viável de acordo com os critérios já elencados: professores, acervo técnico, campos e estágio, laboratórios, etc., o que pode ser relacionado a custos, se é um curso de maior ou de menor valor, especialmente com aquisição de equipamentos para os laboratórios técnicos, específicos de cada um. A gestão da escola assume a escolha feita conforme as orientações da SEDUC, que considera a viabilidade da oferta em detrimento da necessidade da mão de obra que precisa ser formada para a região. Se na escola não sabemos sobre a empregabilidade dos jovens na área dos cursos já ofertados, percebemos aqui uma situação bastante complexa, que limita a condição da escola ao justificar suas escolhas.

Conforme Relatório de Gestão, Ceará (2014), os cursos técnicos que requerem um maior volume de investimentos em equipamentos em seus laboratórios são os que integram o Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais, dentre eles, Eletrotécnica, um dos cursos ofertados por esta escola. Seus laboratórios implicaram em custos de aquisição de equipamentos com um valor médio total acima de 4 milhões de reais; e o eixo que requer um menor investimento, em termos de equipamentos, é o de Turismo, Hospitalidade e Lazer, dentre eles Hospedagem. E tem cursos que não necessitam de laboratórios como os do eixo de Gestão e Negócios, como Administração e Comércio. Neste caso específico da escola, os cursos ofertados ao longo do período substituíram cursos considerados mais caros.

Enfermagem e Hospedagem que foram substituídos por cursos do eixo Gestão e Negócios.

Mesmo entendendo que a condição da oferta deve-se às condições de funcionamento do curso e não às exigências do mercado, o documento Ceará (2014) que traz um recorte até o ano 2014, nos contraria, quando afirma que quantificar os recursos destinados para instituir e funcionar as EEEPs no Ceará, está atravessado por um olhar específico sobre cada curso, reconhecendo que o centro dessa política de educação profissional são as pessoas, neste caso, os jovens cearenses, alunos destas escolas em relação com os cursos desenvolvidos e seus currículos. Assim, os cursos deveriam ser ofertados considerando os impactos causados na vida dos jovens e suas famílias, sem considerar maior ou menor custo. Para isso faz-se necessário que a escola conheça a fundo a trajetória de seus ex-alunos, podendo assim fazer escolhas mais consistentes e acertadas.

Para que a equipe escolar possa participar e contribuir com a gestão da escola no processo de escolha dos cursos, é preciso que todos se apropriem de dados sobre a situação política, social e econômica do Município, de modo a possuir argumentos válidos que possibilitem justificar suas escolhas, tanto referente ao currículo quanto a oferta dos cursos. São esses dados que darão condições para conhecer e analisar o presente e projetar numa visão de longo prazo, aspectos que vão orientar a decisão da escola. Ter essa capacidade de análise é primordial entre os agentes da escola, mas talvez por não ser algo fácil de realizar não foi mencionado por nenhum dos entrevistados, um desafio que precisa ser considerado, na hora de decidir a oferta de cursos, tanto pelo fato de não ser algo simples quanto pelo fato da equipe ainda não ter se dado conta dessa necessidade.

A fala dos entrevistados evidenciou que, os critérios considerados para a escolha dos cursos, ainda precisam ser mais bem divulgados para a equipe escolar, de modo a ficar mais conhecidos por todos. Quando perguntados sobre isso foram muitos os que disseram ser uma escolha da gestão escolar.

Se a gestão escolar conhecer sobre a trajetória dos seus alunos e sobre o potencial econômico do Município, pode embasar melhor suas escolhas, sendo, portanto, dois desafios evidenciados.

Para conhecer a trajetória dos egressos é importante implementar um sistema de acompanhamento deste público. Uma gestão de egressos além desta possibilidade, de acordo com Michelan *et al.*, “busca em âmbito amplo, reordenar as

políticas públicas educacionais para a oferta de um ensino de qualidade numa perspectiva de futuro para o atendimento das vocações regionais e nacionais” (MICHELAN *et al.*, 2009 p.13), possibilitando reflexões sobre as mudanças da educação para atender as reais necessidades do mercado de trabalho.

Todos os sujeitos entrevistados consideram relevante e necessário a implementação de um sistema para acompanhar os egressos, como disse o professor OE3: “Então, acredito que essa métrica seria muito importante para a gente ter um fator de decisão sobre a permanência ou então, a rotatividade de alguns cursos dentro da escola” (OE3, Entrevista realizada em 27/03/2021). A Coordenadora CP1 acredita em outros benefícios a partir de uma pesquisa nesse nível,

[...] uma pesquisa dessa vai dar um respaldo muito significativo, vai dar assim, mais propriedade até, para a gente fazer as escolhas. A gente vai ter uma linha de base, vamos dizer assim, de escolha. E vai também dizer do alcance do nosso trabalho, que é uma das premissas também do projeto da escola profissional. É a sustentabilidade do projeto, se o projeto, ele é de longo prazo mesmo, se ele se sustenta a longo prazo. Eu acho que uma pesquisa dessa pode trazer para a gente uma contribuição valiosa e ajudar muito no nosso planejamento, [...] implantar algo dessa natureza eu acredito que vá trazer um benefício pedagógico, social, administrativo, em todos os sentidos para que a escola possa aí, se olhar, sentir de fato que aquilo que a gente faz, tem sentido, que aquilo que a gente faz é sustentável. (CP1, Entrevista em 26/03/2021)

O depoimento da professora revela que o egresso pode ser utilizado como meio de avaliação dos cursos ofertados e do trabalho que a escola realiza. Michelin *et al.*, assinala que “a vivência acadêmica do aluno, no tempo da sua formação, e sua experiência na vida profissional torna-o fonte de informação e de crítica mais categorizada e objetiva em relação à qualidade dos cursos...” (MICHELAN *et al.*, 2009, p. 11-12). Guimarães e Salles (2016) afirmam que um projeto para acompanhar egressos além de suprir carências de informações sobre eles, se constitui uma forma de avaliar o desempenho dos conteúdos acadêmicos quando utilizados e aplicados no mercado de trabalho, possibilitando ver sucessos e desafios vivenciados na carreira profissional. Como vimos os pensamentos são convergentes, pois uma pesquisa com os ex-alunos formados vai nos mostrar se os objetivos do ensino médio integrado ofertado pela escola estão sendo alcançados,

se o aluno está na universidade, se está no mercado de trabalho, se enfrenta desafios nesse mercado e, mais ainda, se a formação técnica está ajudando-o nesse mercado e a chegar na universidade, quem discorre sobre isso é o coordenador de curso ECC1.

Outra valiosa contribuição reportada pelos agentes escolares, é com relação à adaptação do currículo a partir dessa escuta. O coordenador de curso CC3 concorda que pesquisar o destino dos egressos pode trazer muitas informações que ajudarão a melhorar a tomada de decisões da escola, também quanto ao currículo, oportunizando melhorias acadêmicas. A coordenadora CP1 considera que a escola tem autonomia para fazer ajustes ou adaptações necessárias no currículo e que, mesmo de modo informal, a gestão escuta as pessoas e vivencia um currículo dinâmico e flexível.

Michelan *et al.* (2009) argumentam que a gestão de egressos é importante pela necessidade das instituições fazerem ajustes constantes em seus currículos de forma que os profissionais formados por elas se apropriem de “conhecimentos, habilidades e atitudes” que os ajudem a realizar atividades diversas, tanto em sua área como em outras podendo superar as dificuldades surgidas. Por isso é importante preparar o profissional com habilidades necessárias para atuar no presente, mas também apontando para uma visão de futuro. Para que isso aconteça Lousada e Martins (2005) defendem que:

É necessário que as instituições introduzam em seus currículos ajustes constantes, com o intuito de propiciar aos profissionais, formados por ela, conhecimentos, habilidades e atitudes para exercerem atividades e funções em uma ampla gama de processos, capazes de resolver problemas inerentes à sua área de formação e superar situações contingentes de maneira segura. (LOUSADA; MARTINS, 2005, p. 74)

Ressalta-se aqui a importância de saber o que o ex-aluno pensa sobre a formação recebida na escola para assim proceder ajustes em todos os aspectos do ensino ofertado.

Michelan *et al.* (2009) agrupam as possibilidades e potencialidades de gestão de egressos em quatro níveis de interação destes com a instituição: “O Registro e acompanhamento do perfil do egresso; Avaliação da instituição e dos cursos pelos egressos; Fatores que facilitam e dificultam a inserção dele no mercado; e

Relacionamento com o egresso” (MICHELAN *et al.*, 2019, p. 10). Estes níveis de interação sugerem um formato de acompanhamento que pode ser implementado a partir da importância que essa ferramenta é capaz de trazer à escola.

Por fim, sobre o planejamento da oferta de cursos, o que se conclui a partir das falas dos entrevistados, é que a decisão por essa oferta não é tomada de forma “participativa”, não envolve os atores do processo de ensino, como possibilidade de uma decisão mais democrática. As considerações feitas ao longo desta subseção deixam evidentes que o nível de participação da comunidade escolar na decisão da oferta de cursos é apenas simbólico ficando mesmo a cargo da gestão escolar que acaba assumindo as responsabilidades pelas escolhas, considerando sempre o parecer final da SEDUC. Mediante esse desafio, surge a necessidade da gestão escolar oportunizar aos atores escolares (professores, alunos e pais), espaços de escuta. É preciso buscar a participação ativa da equipe escolar nestas discussões, liderar numa tendência pós-gerencialista como descreve Burgos e Bellato (2019) e Paes de Paula (2005). Ademais, é preciso que todos se apropriem dos critérios estabelecidos legalmente para oferta de um curso e dos indicadores econômicos e políticos do Município e da região, de forma que possam qualificar suas decisões. Como sugestão é possível a realização de assembleias e seminários como ações que viabilizam uma maior participação desses agentes escolares.

Também ficou evidenciado a importância de ouvir os egressos como atores potenciais de informações quanto aos objetivos da instituição, atuação no mercado, benefícios da formação recebida e possibilidades de ajustes no currículo de acordo com Lousada e Martins (2005) e Michelan *et al.* (2019). De forma que sugerimos a implementação de acompanhamento sistemático aos egressos como possibilidades de melhoria das práticas escolares.

3.2.4 A importância do acompanhamento aos egressos

Já vimos a importância de uma gestão de egressos em uma instituição, pela possibilidade de contribuir nos vários aspectos do trabalho que realiza. Acompanhar a trajetória dos egressos orienta o planejamento da oferta de cursos, a revisão de currículos, favorece a interação com o mercado de trabalho e é uma forma de verificar a qualidade da formação oferecida, ou seja, evidencia se os ex-alunos estão aptos ou não para atuar no mercado de trabalho.

Nesta subseção apresentamos a percepção dos agentes da escola sobre o tema. Perguntamos o que estes agentes sabem sobre os caminhos seguidos pelos alunos após concluírem o curso técnico, se conseguem se firmar no mercado de trabalho, quais desafios enfrentam nesse mercado e quando vão para a universidade e, se conseguem concluir com êxito o ensino superior. As respostas foram diversas, porém convergentes ao afirmarem que não existem dados sistematizados desse acompanhamento.

Os coordenadores de curso reiteram que, em virtude de manterem um vínculo maior com os estudantes, de certa maneira sabem um pouco sobre suas trajetórias, mas institucionalmente ainda não existem dados precisos sobre o assunto. A coordenadora de curso CC1 considera:

Por ser coordenadora técnica, por ter um elo maior com as turmas, no meu caso Edificações, é, a gente acaba acompanhando de forma, informal, mas a gente sabe os alunos que estão na universidade, a gente sabe os alunos que trabalham, hoje nós já temos alunos formados, nós temos alunos que estão fazendo mestrado, então a gente acaba fazendo esse acompanhamento, não existe um acompanhamento formal. (CC1, Entrevista realizada em 31/03/2021)

Fica evidente na fala da coordenadora um acompanhamento de maneira informal, com base em observações, conversas aleatórias, sem registros feitos, nem dados sistematizados. Sabe que alguns estão inseridos no mercado, que outros foram para a universidade, que tem alunos concluindo curso superior, mas não sabe quantificar.

A coordenadora escolar CP3, responsável por acompanhar a área técnica, diz que não sabe muito sobre esse caminho, explica da dificuldade de acompanhar, pois os alunos se desvinculam dos grupos de contatos após concluir o curso, que mudam o número do telefone e por isso a dificuldade,

O que que a gente sabe sobre os egressos? A gente tem uma dificuldade de fazer esse acompanhamento com os nossos alunos egressos, [...] a gente tem casos de alunos, a gente sabe de notícias, mas aí é por meio de uma rede social. Porque de fato, aquele vínculo que precisava ter com a instituição, a gente não tem. Então a gente sabe pouco de tudo isso, a gente precisa amadurecer muito, fortalecer muito, é esse vínculo com os nossos alunos egressos. E aí eu só, eu acredito que isso pode acontecer de uma forma macro, eu acho que a escola mesmo, ela não dar conta disso. (CP3, Entrevista realizada em 31/03/2021)

A não existência de práticas com essa finalidade não acontece apenas na escola pesquisada, não é comum no Brasil nem mesmo em instituições de Ensino Superior. O tema gestão de egressos, especialmente enquanto estudos longitudinais ainda é muito recente e considerado deficitário (SIMON; PACHECO, 2017; TEIXEIRA; MACCARI, 2014). Um processo iniciado, a partir da Portaria nº 646/97 que regulamentou a criação de sistemas de acompanhamento permanente aos egressos e estudos profissionais como forma de adequar a oferta de cursos às demandas produtivas (MICHELAN *et al.* 2009). “Ao buscar referências na literatura é difícil localizar obras sobre o tema gestão e acompanhamento de egressos no sistema educacional brasileiro” (SIMON; PACHECO, 2017, p. 98). Em nível superior são encontradas pesquisas a partir da realização do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e muitos artigos científicos. Diferente do contexto internacional, especialmente o norte americano em que praticamente todas as instituições possuem um sistema assim, voltado a oferecer serviços e benefícios para que o egresso continue vinculado a instituição, como afirma Simon e Pacheco (2017), reforçado por Teixeira e Maccari:

Considerada a experiência de instituições internacionais, verifica-se que os seus sistemas existentes são geralmente desenvolvidos para facilitar o networking entre os egressos e as instituições, mas que a maioria dos sistemas não é utilizado massivamente pelos ex-alunos. (TEIXEIRA; MACCARI, 2014, p. 05)

Em países da União Europeia é uma prática diária esse processo de avaliação com egressos, inclusive envolvendo empregadores e famílias, com objetivos de ajustar conteúdos curriculares e sua articulação com o setor de emprego, assinalam Miranda *et al.* (2015), reiteram ainda que, mesmo tardia, a preocupação do governo brasileiro com esse acompanhamento, é muito importante.

Voltando para a EEEP JRD, a coordenadora acredita que a escola sozinha não consegue realizar tal acompanhamento, aposta numa ação maior, a nível da SEDUC. Acredita numa maior adesão dos estudantes caso seja uma ação mais abrangente.

A Secretaria de Educação iniciou a criação de uma plataforma objetivando aproximar o egresso do mercado de trabalho, com cadastro de ex-alunos e

empresas, mas que ainda não é utilizada. Mesmo assim não atende a perspectiva de pesquisa com egressos.

Conhecer sobre a realidade de ingresso na universidade foi um dos aspectos abordados na entrevista. A maioria dos entrevistados confirma que os resultados são coletados pela escola ao final de cada ano, sem acompanhamento posterior, como afirma a coordenadora: “A escola acompanha o ingresso do aluno na universidade. E a gente faz esse acompanhamento no ano seguinte, logo a gente está junto nisso, depois nós vamos acompanhando mais de longe” (CP1, Entrevista realizada em 26/03/2021).

Sobre os desafios que os ex-alunos enfrentam na universidade, o coordenador de curso CC2 coloca o fato deles seguirem nos estudos em áreas diferentes do curso técnico, pois quando seguem na mesma área dificilmente terão dificuldades. O orientador OE2 reiterou essa afirmação.

Além deste desafio, foi destacado as dificuldades financeiras, citado pela maioria dos sujeitos entrevistados. Mesmo assim, na opinião deles, os que conseguem ingressar, em sua maioria, concluem o curso universitário.

Como vimos no capítulo anterior, aproximadamente 63% dos estudantes são oriundos de famílias inscritas no CadÚnico, beneficiárias do programa Bolsa Família do governo federal, o que sugere que possuem baixa renda, muitos inclusive vivem em situação de pobreza. Esse público ingressa na escola com objetivos da formação profissional para conseguir um emprego, mas também sonha com a universidade mesmo que a longo prazo.

Talvez em virtude da mobilização feita pela escola e pela a SEDUC, que faz os estudantes acreditarem que, mesmo diante do seu contexto socioeconômico, podem sonhar com o ingresso na universidade. Esta mobilização não se limita somente a inscrição de 100% dos estudantes para realizarem o ENEM, mas em diversas ações desenvolvidas pela escola ao longo do ensino médio.

No âmbito escolar é feita uma grande motivação para o ENEM, como possibilidade de ascensão acadêmica, no entanto, muitos dos jovens que estão na escola, mesmo conseguindo o acesso à universidade através do ENEM, sua condição socioeconômica impede que eles prossigam nos estudos naquele momento. Temos conhecimento de muitos deles que já trabalham, outros que estão na universidade após alguns anos da conclusão do curso técnico. Porém faltam informações sistemáticas que confirmem essas falas, como da coordenadora CC1,

já citada anteriormente e a do professor OE3, “Eu tenho conhecimento de alguns alunos que já estão prestes a concluir curso superior, alguns colegas que já concluíram o curso superior e outros que estão diretamente no mercado de trabalho” (OE3, Entrevista realizada em 26/03/2021). Também é válido considerar que, mesmo tendo o acesso através do ENEM, tem aluno que inicia o curso superior, mas não tem condições de continuar, como aponta o coordenador CC4:

Muita gente às vezes ingressa, mas não perpetua e não termina o seu curso superior, e eu acredito que a dificuldade financeira é a maior, não vejo cognitivo, não vejo como falta de vontade. É porque realmente tem questões financeiras e familiares muitas vezes, que vão além do que a gente pode estar fazendo. (CC4, Entrevista realizada em 31/03/2021)

A partir dessa informação percebe-se que induzir ao aluno ao ingresso na universidade sem as mínimas condições para ele prosseguir pode ser um equívoco da escola. Se, ao invés disso, vislumbrasse a sua inserção no mercado de trabalho, estaria contribuindo de forma mais contundente para minimizar as desigualdades sociais entre os estudantes, pois ajudaria numa mudança de qualidade de vida através do primeiro emprego.

No entanto, mesmo diante da situação econômica de muitos, que não favorece a continuidade dos estudos em nível superior, tem uma parcela de alunos em melhores condições e por isso não querem, ou não precisam ingressar no mercado de trabalho tão cedo e a busca por mais qualificação acaba sendo um dos seus objetivos e de sua família, como já reiterado por alguns entrevistados anteriormente. O coordenador CC2 traz uma fala que evidencia essa situação, “O aluno muitas vezes é menor de idade, não pode continuar trabalhando no regime CLT, por exemplo, ou ele passa numa faculdade e apesar da empresa querer contratar ele, este dá prioridade a faculdade” (CC2, Entrevista realizada em 31/03/2021). É válido considerar que para serem bons profissionais e se firmarem no mercado devem buscar cada vez mais se qualificarem, o que pode acontecer ao concluir o curso ou posteriormente.

Um dos fatores que pode atrair muitos alunos para a escola, inclusive aqueles que não objetivam trabalhar cedo é o fato de não existir, no Município, nenhuma escola privada de nível médio, e como a EEEP JRD tem indicadores de desempenho bastante satisfatórios acabam tentando uma vaga na escola. Mas é

apenas uma suposição que poderíamos confirmar, através de uma pesquisa com maior profundidade.

Algo que nos provoca é que, na visão dos agentes entrevistados, é muito normal existir essa supervalorização que ao concluir o ensino médio, o aluno avance nos estudos ao invés de ingressar no mercado de trabalho, o que de certa forma contraria a real função para a qual a escola foi criada. Na percepção desses atores existe grande preocupação com os indicadores de acesso ao ensino superior deixando em segundo plano a possibilidade de inserção no mercado. Isso fica perceptível na fala da coordenadora CP1 quando ela diz que “o acesso à universidade é um passo maior do que esse mercado de uma formação técnica” (CC1, Entrevista realizada em 31/03/2021), para justificar a preocupação da escola com os indicadores de acesso à universidade. Ou seja, a escola parece não considerar os anseios e necessidades dos seus alunos, porque se eles têm necessidade de trabalhar é preciso levar isso em conta, e uma possibilidade, é encaminhá-lo para uma empresa com intenções de contratar esse pessoal, quando fossem iniciar o estágio. A universidade, se for uma intenção dele, pode ser considerada posteriormente. Nesse sentido é preciso saber o que a escola considera ao colocar o aluno no estágio, que critérios utiliza. Bem como é importante saber anteriormente, se a empresa tem intenções de contratar mão de obra, podendo, a partir desse diagnóstico, considerar os reais interesses do aluno e da empresa.

O Coordenador ECC1 aponta que além da escola, a SEDUC/CREDE também trata como prioridade esse acesso e cobra muito das escolas esses indicadores. O que pode influenciar a equipe escolar a considerar normal essa prioridade que é dada ao ingresso na universidade.

A autora Déborah Stefanini (2008), estudando as relações entre educação e trabalho, com alunos de escolas técnicas, chegou à seguinte conclusão:

Verificamos que os alunos mais jovens depositam maior expectativa de ascensão social via escola que os alunos de maior faixa etária. Nesse sentido, para os alunos de menor faixa etária, a busca pelo ensino técnico é pautada, em sua maioria, na possibilidade de inserção no mercado de trabalho, para que esta possibilite a futura manutenção no ensino superior, que consiste na grande pretensão. Não vislumbram a atuação profissional na condição de técnicos de nível médio e aspiram, em sua maioria, realizar um curso superior em instituições públicas. O ensino técnico é assimilado por eles como uma “garantia”, já que, considerando a posição social e o habitus, alcançar o ensino superior não é interiorizado como muito

próximo, seja pela dificuldade de aprovação nos seletivos exames das faculdades públicas, seja pela indisponibilidade de capital econômico para custear instituições privadas. (STEFANINI, 2008, p. 157)

Ainda conforme a autora, o ensino superior é visto pelos alunos e pelas famílias como uma forma de ascensão social. Compreendemos que, na escola, acontece algo semelhante, eles almejam crescimento profissional e pessoal e por isso buscam-na, por entender que a qualidade do ensino ofertado vai aproximá-los dos seus projetos. Especialmente aqueles que não tem uma condição financeira favorável, veem na escola uma possibilidade de melhorar essa condição, quer seja progredindo nos estudos, quer seja pelo ingresso no mercado de trabalho. Pereira e Lopes (2016) reafirmam essa visão consensual dos jovens sobre a escola, o que eles esperam socialmente dela é que seja o local que os levem a conquista de um bom trabalho e/ou para entrada na universidade. Nesse sentido a EEEP JRD contribui com uma educação que favorece os dois desejos, embora seja uma escola profissionalizante.

Para o ingresso do aluno na EEEP, a portaria que o regulamenta estabelece uma idade mínima, de forma que, ao iniciar o estágio, no último semestre do curso, ele já possa legalmente ingressar no mercado como estagiário. Nesse aspecto, é possível que haja poucos casos em que a idade atrapalhe essa inserção no mercado, precisávamos de uma pesquisa ao final do curso para confirmar até que ponto a idade é uma razão que impossibilita contratar o profissional recém-formado como apontado pelo coordenador CC2.

Confirmando a inexistência de um sistema de egressos, a coordenadora de curso CC1 não se arriscou a falar acerca dos desafios da profissão enfrentados pelos alunos. Ela reiterou: “É um pouco complicado de responder, por mais que eu saiba que o aluno x está trabalhando, nem sempre a gente tem conhecimento se ele está enfrentando desafios, se está sendo difícil realizar o trabalho” (CC1, Entrevista realizada em 31/03/2021).

Uma dificuldade que o egresso pode se deparar no mercado de trabalho, de acordo com o coordenador CC4 é “com relação aos conteúdos recebidos e a forma como assimilou esses conhecimentos” (CC4, Entrevista realizada em 31/03/2021). Apesar dessa necessidade, o professor considera que “eles, os alunos sabem buscar, eu acho que uma das coisas que os meninos sabem muito bem, um dos

motivos que fazem o aluno da escola profissional são tão bem-vistos é exatamente isso, ele saber pesquisar” (CC4, Entrevista realizada em 31/03/2021). É a certeza de que existem mudanças constantes no mercado de trabalho, por isso a necessidade da formação continuada. A escola precisa se atentar a essa questão e mobilizar os alunos a formarem uma postura consciente dos desafios, como afirma Cerqueira *et al.* (2009):

O mercado de trabalho vem sofrendo profundas mudanças nas últimas décadas, exigindo profissionais qualificados e atualizados. Assim, a educação profissional reafirma a constante preocupação com a formação de trabalhadores críticos e conscientes, ética e tecnicamente aliados a uma profissionalização; é a possibilidade de constituir um instrumento de ascensão individual e social. (CERQUEIRA *et al.*, 2009, p. 325)

Três dos sujeitos entrevistados consideram que os desafios enfrentados pelos egressos podem estar relacionados a dois aspectos: a formação recebida na escola, seja por imaturidade, pela forma como absorveu os conhecimentos e a formação dos professores. Essa imaturidade foi considerada por dois agentes entrevistados, mas importa considerar que nessa modalidade de ensino médio integrado, sempre vai estar presente uma grande maioria de alunos com esse nível de maturidade, pela idade que apresentam, mas que é considerada a idade certa. Um desafio que precisa ser trabalhado no âmbito da formação, como já sugerido. Uma vez egresso, ele já tem um nível maior de maturidade para opinar acerca da escola e da formação recebida sendo diferente o seu posicionamento enquanto aluno, seja por desvinculação dos vínculos afetivos, seja por aquisição de um certo amadurecimento e seriedade.

Santos e Souza (2015) dizem que são muitas as dificuldades enfrentadas pelos egressos e uma das principais apontadas é a desqualificação, que significa dizer quem nem sempre a instituição consegue atingir o perfil desejado pelo mercado. Para dar conta desse processo de qualificação sugere que se faça a gestão dos estudantes que concluíram o curso na escola. Os agentes escolares da EEEP JRD defendem que a formação na escola, especialmente a técnica, consegue associar teoria e prática. Os alunos realizam grande parte da carga horária das disciplinas com aulas em laboratórios específicos dos cursos, o que facilita a aprendizagem que pode ser aperfeiçoada durante o estágio curricular. O

coordenador de curso CC3 reforça: “As práticas desenvolvidas dentro da escola, principalmente nas disciplinas técnicas, fazem com que o aluno ensaie as primeiras ações que ele poderá realizar dentro de um ambiente profissional” (CC3, Entrevista realizada em 25/03/2021). Também reitera essa afirmação a coordenadora escolar CC1:

[...] Os meninos participam muito de visitas de campo, visitam espaços de trabalho, empresas voltadas para área que eles estão. As oficinas, os projetos pedagógicos integrados que a escola tem, a feira das profissões, as mostras dos cursos técnicos, então é para fazer o aluno construir essa vivência na escola, do mundo do trabalho. As entrevistas que eles participam, para irem para o campo de estágio. Existe uma preparação muito forte nesse sentido”. (CP1, Entrevista realizada em 26/03/2021).

Percebe-se que os agentes não consideram que os desafios enfrentados pelos alunos estejam relacionados à formação recebida na escola, analisam que estes são mais de ordem pessoal, por ocasião do primeiro emprego, a necessidade de ter responsabilidade, não tendo relação com o a qualidade do curso técnico.

Nesta direção Simon e Pacheco (2017) asseguram que é indispensável para a instituição saber o que os egressos pensam sobre a formação recebida de forma que façam no sistema de ensino, ajustes necessários para manter a sintonia com as demandas do campo profissional.

Quanto ao segundo aspecto, o professor OE4 reivindica a necessidade da formação continuada para os professores técnicos como forma de melhoria da prática profissional, mas reconhece que as práticas escolares já preparam o aluno para atuar no mercado, vejamos o trecho de sua fala: “Existe muita visita técnica, no caso da base técnica, sempre tive oportunidade de participar nessas viagens. Essa aproximação teoria e prática, é muito presente no dia a dia da escola profissional” (OE4, Entrevista realizada em 29/03/2021). Ainda sobre a necessidade da qualificação profissional ele sugere:

Eu acho que poderia, o aluno da escola profissional, ter uma formação melhor pelos próprios professores, principalmente da base técnica. Uma coisa que eu enxergo que o próprio professor ele não tem assim uma, ele entra na escola, por exemplo, ele não tem uma política de incentivo, de um curso para qualificar, para melhorar por exemplo em algum setor e eu às vezes sinto falta dos profissionais dessa área, porque a gente sabe que o mercado ele é muito cíclico, ele é muito, ele muda, uma coisa que foi boa ontem, já não é boa

hoje, então eu acho assim, quando você tem um profissional bem qualificado, não é que o profissional que entra seja mal qualificado não, mas assim, a gente, o profissional da educação, ele tem que estar qualificado sempre, se qualificando sempre, porque a gente vai transmitir para o aluno conhecimentos, se a gente não tiver bem o aluno também não vai agregar o valor, não é? (OE4, Entrevista realizada em 29/03/2021)

Todas as percepções dos professores e gestores sobre os egressos não se baseiam em dados sistematizados, evidenciados por um acompanhamento feito pela instituição, confirmando que não há uma gestão voltada aos egressos, como reitera a coordenadora escolar CP3: “Não tem um acompanhamento efetivo, nós não conseguimos fazer esse acompanhamento assim, eu na coordenação de estágio, no acompanhamento com os coordenadores técnicos, a gente não consegue fazer esse trabalho” (CP3, Entrevista realizada em 31/03/2021).

Apesar de não ser feito um acompanhamento ao aluno pós-escola, os atores escolares entrevistados consideram uma prática importante e necessária, sendo possível implementar algo dessa natureza na escola, como observa a coordenadora de curso CC1:

Quando o aluno passa na universidade, é feito todo um relatório. [...] No final do ano, quem entra no primeiro semestre, tem, sim, esse acompanhamento, a escola alimenta esse sistema, a secretaria faz toda essa alimentação, mas no meio do ano a gente acaba não fazendo. E eu considero, sim, essa prática muito relevante e acho que a gente deve continuar, sim, fazendo e aprimore o que a gente já vem fazendo. (CC1, Entrevista realizada em 31/03/2021)

A professora CC1 confirma em sua fala a existência de relatório com os dados de acesso à universidade, apenas uma vez por ano. Acessos de outros alunos e a conclusão de curso dos que ingressam na universidade não são monitorados.

E com relação aos desafios enfrentados durante o curso superior ou a conclusão deste, não existem informações na escola. A Secretaria de Educação também acompanha o ingresso, mas não há continuidade nesse acompanhamento e o sistema criado para acompanhar a inserção no mercado de trabalho é considerado ineficiente ou incompleto, com números desatualizados.

Santos e Souza (2015) afirmam que muitas instituições não se preocupam em saber o destino dos alunos após finalizarem seus cursos, no entanto, a escola

precisa apostar nessa possibilidade uma vez que, segundo estes autores, “para avaliar os resultados da instituição, fazer as devidas modificações e para melhorar a qualidade do ensino, é necessário fazer um acompanhamento de seus egressos” (SANTOS; SOUZA, 2015, p. 54). A gestão dos egressos é uma prática necessária para uma escola como a EEEP JRD, pelos motivos já mencionados sendo o principal deles potencializar a formação oferecida aos seus alunos.

O coordenador de curso entende que o egresso “é o produto, que nós estamos deixando de olhar, de verificar, de conhecer, de mostrar aos nossos novos alunos. Então nós estamos trabalhando, formando os alunos, mas nós não estamos colhendo os frutos” (CC2, Entrevista realizada em 29/03/2021). Para Teixeira e Maccari (2014), “o egresso é um porta-voz que ajuda a manter a história e as tradições, garantindo o futuro da organização”. Lousada e Martins (2005) consideram que o estudo de acompanhamento ao egresso aponta para o aspecto qualitativo, como forma de avaliação de produto ou resultados, ou seja, vai conferir significado a avaliação dos cursos, sendo assim corrobora com a visão do coordenador CC2, entender o produto da ação realizada na escola que é a formação técnica.

Os agentes entrevistados atribuem algumas dificuldades para a realização de uma pesquisa com egressos. A mais citada foi a questão do vínculo, encontrar o aluno, citado pela coordenadora de estágio e mais seis entrevistados. A comunicação torna-se difícil após a saída do aluno da escola, aponta o coordenador CC4, “Acho que passam tanto tempo com a gente na escola que, quando eles saem, eles sentem falta, mas eles também se distanciam é, um pouco, então eu acho que o mais difícil é essa questão da comunicação” (CC4, Entrevista realizada em 31/03/2021). No entanto, as tecnologias, favorecem esse alcance atualmente. Possibilidade considerada pelo coordenador de curso ECC1, “A dificuldade que possa existir é só de comunicação com esses egressos, a coleta das informações, mas no momento que a gente está com possibilidade de tecnologias e redes sociais de acesso, acho que não é mais tão difícil não” (ECC1, Entrevista realizada em 21/05/2021). Essa é uma realidade em todas as instituições por isso precisa-se de ações bem planejadas, estratégicas e de integração (TEIXEIRA; MACCARI, 2014), que possam engajar os alunos, egressos e escola, criando uma rede de relacionamentos. Os autores complementam:

A literatura indica que são várias as dificuldades associadas tanto ao acompanhamento dos alunos egressos, quanto ao funcionamento efetivo das Associações, que deve ser atrativa o suficiente para competir com tantas outras atividades já desempenhadas pelo público-alvo, comprometidos com a rotina profissional, pessoal e muitas vezes acadêmica. (TEIXEIRA; MACCARI, 2014, p. 14)

Os entrevistados concordam que existe a dificuldade de manutenção do vínculo com os alunos, que eles trocam o número do telefone, mudam o e-mail e que esse é um fator de dificuldade para esse acompanhamento. Compreende-se que, como não existe na escola nenhuma ação de motivação nesse sentido, os alunos não entendem ou não percebem a necessidade dessa vinculação. Acreditamos que, uma vez planejado e implementado um sistema para acompanhar esse aluno em sua trajetória pós-escola, iniciado ainda durante sua vida escolar e com atualização constante dos seus dados, esse desafio seja superado. Ademais, se o aluno entender a importância e os benefícios que um sistema dessa natureza pode proporcionar tanto para a escola quanto para ele, é possível que não haja resistência em sua participação. Caso algum aluno perca esse vínculo, as redes sociais também podem facilitar na busca por esse público.

Além da dificuldade de contato, também foi apontada por três dos entrevistados a questão de recursos humanos pessoal para realizar tal acompanhamento sistemático. O professor OE2 analisa que “já é bem apertado, o nosso cronograma, as nossas horas trabalhadas. Então é importante? Sim. Como vamos fazer isso? Qual é o tempo que a gente vai conseguir para alocar mais essa demanda?” (OE2, Entrevista realizada em 27/03/2021).

Percebemos que as dificuldades são possíveis de serem superadas. Com o apoio tecnológico, podemos de forma segura proceder uma pesquisa com os ex-alunos, basta olhar para a situação de muitas escolas hoje, acontecendo de forma remota, dado o apoio das tecnologias existentes que torna possível manter o vínculo e a aprendizagem dos estudantes. Herança que facilitará uma futura ação de acompanhamento.

Acompanhar a trajetória do ex-aluno não é uma prática adotada pelas escolas. De acordo com Pena (2000, p.28), desde a década de 70, a legislação já considerava uma atribuição da Orientação Educacional acompanhar o egresso. Porém, as Instituições de Ensino privilegiaram o acompanhamento do aluno na escola, não se preocupando com o que lhe acontecia ao sair dela.

O benefício que um acompanhamento aos ex-alunos pode trazer à escola e aos próprios alunos, supera as dificuldades existentes. Os atores escolares reconhecem essa importância, “quando a gente consegue manter esse vínculo, consegue escutar, então esse aluno serve até de referência para quem ainda está na escola” considera a coordenadora CC1. Eles podem ser inspiração, afirma o coordenador CC2 e podemos “ver o produto final” do nosso trabalho, diz o professor OE2. A coordenadora CP2 fala que se pode perceber o efeito da escola na vida dos estudantes, e o coordenador CC4 entende que os dados e as informações sistematizadas podem embasar as decisões da escola. Corroborando com o pensamento destes agentes escolares, Pena (2000), conclui em sua pesquisa sobre egressos em sua dissertação de mestrado:

O acompanhamento de egressos constitui, pois, uma forma de avaliar os resultados de uma instituição, e a partir disso, introduzir modificações na entrada de alunos em uma escola ao longo de toda a sua permanência nela e inserir melhorias contínuas no processo de ensino. (PENA, 2000, p. 29)

Assim como a autora Pena (2000), os atores escolares consideram relevante acompanhar os alunos após saírem da escola e sugerem formas de realização, através de um sistema em que os egressos possam falar de sua trajetória. Para manter o vínculo, o professor OE3 sugere a forma virtual, “As redes sociais é o caminho mais viável para manter essa comunicação, seja WhatsApp, Telegram ou Instagram, qual rede social for necessária” (OE3, Entrevista realizada em 27/03/2021).

Outra forma sugerida para realizar tal pesquisa foi através das ferramentas Google. Atualmente a escola utiliza para o ensino remoto o Google Classroom, outra ferramenta sugerida pelo Coordenador CC4 para coletar informações, mas acreditamos que utilizar o Google Forms seja mais prático e eficaz na atualização desses dados. Como possibilidade pode-se criar um site em que pudéssemos hospedar um portal com essa finalidade. O coordenador ECC1 sugere:

Sim, é possível, é possível. Hoje a gente pode, pode estar se utilizando de formulários eletrônicos (a exemplo do Google Forms, que você consegue enviar esse formulário para o aluno eletronicamente ele responde onde ele estiver, na tela do celular ele consegue responder, então não é mais empecilho não) né, contato

por rede social e isso é muito favorável. (ECC1, Entrevista realizada em 21/05/2021)

Santos e Souza (2015) em um trabalho de acompanhamento de egressos concluíram que a melhor solução é através de sistemas de informações online, que facilitam a comunicação com os ex-alunos e, de forma eficiente, trazem informações precisas. Guimarães e Salles (2016) em estudo realizado com egressos, reafirmam que o uso da mídia eletrônica é uma ferramenta de comunicação com esse público e se constitui um novo foco, visto ser um meio rápido e muito receptivo pelos mais jovens.

Nunca estivemos tão familiarizados com as tecnologias, de modo que não temos como pensar em fazer um trabalho nessa dimensão desconsiderando o apoio de tais ferramentas.

Muitas possibilidades são evidenciadas na fala dos agentes escolares para a realização de pesquisas com os egressos. Eles consideram possível, viável e necessário à escola, como oportunidade de mensurar e divulgar o trabalho realizado. Desta forma, a escola pode assumir cada vez mais o compromisso com a melhoria da qualidade, do ensino e com a transformação da realidade de seus alunos e da comunidade local.

Cerqueira *et al.* (2009) apontam nessa mesma direção:

Os estudos de acompanhamento de egressos são uma possibilidade de análise sobre a educação e oferecem elementos que permitem à escola técnica desenvolver cursos adequados às reais necessidades da sociedade, adaptar os currículos dos cursos, conhecer as profissões que têm maior demanda e, especialmente, proporcionar uma educação profissional comprometida com a cidadania. [...] Os estudos com egressos possibilitam estabelecer um elo entre a formação e a prática, ao avaliarem o curso feito e o exercício da profissão. (CERQUEIRA *et al.*, 2009, p. 311)

Finalizamos esta subseção em que tratamos do acompanhamento de egressos na EEEP JRD. Vimos que a escola consegue quantificar os alunos que conseguem êxito no acesso à universidade no ano de conclusão do ensino médio, mas não faz um acompanhamento contínuo. Fica uma lacuna no trabalho realizado pela instituição quando deixa de verificar se a formação oferecida aos estudantes atende aos objetivos propostos pela sua missão. Também ficou evidente a perda do vínculo com seus alunos após concluírem o curso, desconhece os caminhos

seguidos por eles. Como destaque desta seção, vimos a importância de uma gestão do egresso e as dificuldades para realizá-la, no entanto, é considerado viável e possível executar tal ação. As informações obtidas a partir de uma pesquisa assim, são úteis para o planejamento da escola. E, por fim, os recursos tecnológicos e as redes sociais são meios que favorecem a realização de uma pesquisa com egressos e os professores técnicos podem ser parceiros na captação de dados junto às empresas, em virtude da maior proximidade com os alunos.

São as fragilidades evidenciadas no acompanhamento aos egressos que nos encaminham para a proposta de implementação de um sistema para esse acompanhamento na escola pensando em qualificar a oferta de cursos, para atender as demandas do mercado de trabalho local e possibilitar formas de ascensão social dos estudantes que mais precisam.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: UMA PROPOSTA DE ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS NA EEEP JRD

O Plano de Ação Educacional (PAE) surge a partir dos dados revelados na pesquisa feita, a partir de um caso de gestão que tem como questão de investigação como o acompanhamento de egressos poderia subsidiar a gestão da oferta dos cursos técnicos na escola pesquisada, uma escola profissional localizada no interior do Ceará.

Para tanto, a presente dissertação buscou identificar se a escola realiza processos de acompanhamento aos seus egressos, como faz e se existe algum sistema com esses dados. Inicialmente realizamos uma pesquisa documental, na qual foram analisados documentos e relatórios pedagógicos da escola estudada e, posteriormente, procedemos uma pesquisa de campo com os sujeitos escolares, coordenadores pedagógicos, coordenadores de curso e professores orientadores de estágio, que contribuem diretamente com o processo de formação técnica.

Para atender aos objetivos desse trabalho fizemos um capítulo descritivo, onde apresentamos além do caso de gestão, os desafios que historicamente permeiam o ensino médio brasileiro e a dualidade que sempre esteve presente entre o ensino propedêutico e profissional. Abordamos a política da educação profissional no estado do Ceará e situamos o município de Trairi inserindo a escola pesquisada no contexto municipal. Neste capítulo trouxemos a abordagem de alguns autores, dentre eles Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos (2005, 2011), Celso Joao Ferreti (2018), Sandra Regina de Oliveira Garcia (2009), e Nora Krawczyk (2011) bem como os documentos de base legal que tratam do tema.

O terceiro capítulo apresentou a pesquisa de campo, de caráter qualitativa, a metodologia adotada, os instrumentos utilizados para coleta de dados e os sujeitos participantes. Consta ainda neste capítulo a análise dos dados da pesquisa – apresentação e percepção da pesquisadora – num diálogo com o referencial teórico, a saber, Cerqueira *et al.* (2009), Stefanini (2008), Brito e Carniele (2011) Gimenez e Santos (2015), Oliveira e Junior (2015), Lousada e Martins (2005), Simon e Pacheco (2017) Michelan *et al.* (2019), Pereira e Oliveira (2019) dentre outros.

Quanto ao acompanhamento dos egressos das EEEP pela SEDUC, o que se evidenciou foi um sistema ineficiente que não dá conta de acompanhar a trajetória desse público, denominada a Plataforma Conexão Trabalho, pensada em 2018, e

que ainda não está em funcionamento. No contexto pesquisado, os dados revelam a inexistência de acompanhamento dos egressos pela escola e que, apesar de existirem iniciativas de mapear o ingresso dos alunos na universidade no ano de conclusão do ensino médio, para cumprir políticas estaduais, não há continuidade.

Apresentamos, a seguir, um quadro síntese com um resumo dos principais achados da pesquisa, bem como das ações propostas para compor o Plano de Ação Educacional contemplando os eixos estudados.

EIXOS DE ANÁLISE	PRINCIPAIS ACHADOS	AÇÕES
Formação profissional e cumprimento da função social	<ul style="list-style-type: none"> Os dados existentes são insuficientes para comprovar se a escola contribui para o desenvolvimento socioeconômico do Município e não sabe dizer sobre reduzir as desigualdades sociais entre os jovens. O ingresso na EEEP se dá por seleção, critério de notas, dificultando o acesso de quem mais precisa e contrariando a perspectiva democrática de acesso. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar pesquisa com as empresas locais, com o apoio dos professores técnicos; Fazer ampla divulgação nas escolas do município, das formas de ingresso na EEEP, visando maior democratização de acesso.
Qualidade da formação técnica	<ul style="list-style-type: none"> Os agentes entrevistados consideram que a escola prepara com qualidade os seus alunos para o mercado de trabalho, mas apresentaram alguns desafios que impedem alguns alunos a saírem totalmente aptos a esse, como: imaturidade, falta de foco, falta de identidade com o curso. No entanto, não sabe dizer sobre o sucesso ou insucesso dos alunos, nem conseguimos evidenciar até que ponto esses fatores realmente interferem na formação das aptidões necessárias ao mercado de trabalho. Portanto, para validar essas proposições, somente realizando uma pesquisa com os egressos e com as empresas locais. A comunidade escolar prioriza ingresso na universidade, em virtude das políticas estaduais de fortalecimento do ENEM evidenciando uma fuga do seu principal objetivo: oportunizar aos jovens que mais precisam a oportunidade do primeiro emprego através da qualificação profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar seminários para fortalecer o diálogo e a interação empresa/escola; Realizar seminários com os estudantes antes do ingresso na escola para apresentação dos cursos e indicadores de mercado; Criar uma rede de comunicação (<i>networking</i>), para fortalecer a divulgação para e com os egressos em empresas (e-mail de grupos).
Planejamento da oferta de cursos	<ul style="list-style-type: none"> A gestão escolar, apesar de liderar a escolha dos cursos, não os escolhe livremente, essa escolha é limitada ao que a SEDUC oferece no seu "cardápio" e as condições de oferta. A comunidade escolar não conhece sobre os critérios para a escolha, o que sugere a necessidade de uma decisão coletiva. Não existem dados de empregabilidade dos egressos, nem estudo acerca dos arranjos produtivos locais para embasar oferta de cursos, atualmente considera apenas as condições de oferta. Importância de ouvir os egressos como atores potenciais de informações quanto aos objetivos da instituição, atuação no mercado, benefícios da formação recebida e possibilidades de ajustes no currículo. 	<ul style="list-style-type: none"> Planejar com os professores técnicos o registro da inserção no mercado de trabalho a cada semestre; Realizar assembleia com a comunidade escolar para discutir critérios e possibilidades de oferta dos cursos, observando saturação do mercado de trabalho local, potencial e indicadores econômicos e político do município, como forma de qualificar as decisões.
Acompanhamento aos egressos	<ul style="list-style-type: none"> Não existe um acompanhamento efetivo aos egressos, a escola não monitora a inserção no mercado de trabalho, apenas os dados de ingresso na universidade, porém não há continuidade. Por essa razão, conhece pouco sobre o caminho seguido por seus alunos após concluírem o curso, denunciando a evidente perda do vínculo com eles. O sistema de acompanhamento de egressos se apresenta como potencialidade para a escola nos aspectos de avaliação melhoria planejamento, adaptação do currículo e para qualificar as decisões quanto a oferta de cursos. As possibilidades para criar um sistema para acompanhar os egressos se fortalecem com o apoio das tecnologias, formatos online e redes sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar uma pesquisa longitudinal com egressos; Criar uma comunidade virtual para manter o vínculo com os egressos, disponibilizando oportunidades de emprego, de capacitação etc., além de questionário a ser respondido anualmente, para saber da trajetória profissional e acadêmica.

Após refletir sobre o problema de gestão proposto, de posse da pesquisa realizada e feitas as análises, este capítulo tem o intuito de partir das constatações da pesquisa qualitativa, e viabilizar a elaboração de um Plano de Ação Educacional (PAE).

O PAE tem como objetivo propor que uma pesquisa com os egressos passe a ser realizada na escola de forma a produzir dados que sirvam como instrumento que subsidie o planejamento da escola e torne as decisões mais democráticas quanto a oferta de cursos, contribuindo sobremaneira com o desenvolvimento do currículo, de forma a qualificar o trabalho da escola. Olhando para os desafios evidenciados na pesquisa, são propostas ações a serem desenvolvidas na escola visando um acompanhamento eficaz dos seus egressos.

Faz-se necessário considerar que o PAE é uma proposição, de modo que, por ocasião de sua realização, poderão surgir novas possibilidades, novas ideias que contribuirão para a efetividade de sua implementação. A proposta se faz para o nível escolar e pretende superar os entraves que dificultam o acompanhamento dos egressos. Mesmo sendo elaborada a partir de uma realidade específica, as ações podem ser adequadas ou reformuladas e servirem de base para políticas dessa natureza em outras escolas da rede cumprindo a uma das premissas das EEEPs – a replicabilidade.

A elaboração do PAE, em torno dos eixos de análise, visa construir ações que contemplem os desafios evidenciados, de forma que nos ajude a responder ao objetivo geral desse trabalho. Para tanto, utilizamos a infraestrutura da escola, os recursos tecnológicos disponíveis e buscaremos adesão da equipe escolar como forma de encontrar parceria para realizar tais ações e possibilitar a implementação da nossa proposta de sistematização de dados dos egressos.

O PAE consiste em propor um sistema de acompanhamento aos egressos que possa responder a necessidade da escola a respeito da oferta de cursos e do currículo escolar, de maneira a atender as necessidades emergentes do mercado de trabalho, especialmente local e regional. A ideia é realizar um acompanhamento longitudinal iniciando quando o aluno ainda estiver na escola. Ele deve ser orientado a participar das pesquisas que serão realizadas durante o período estabelecido, assim estaríamos contribuindo para que ele mantivesse seu vínculo com a escola.

4.1 O SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS

Pensando na viabilidade do Plano de Ação Educacional que deverá ser desenvolvido utilizando os recursos já disponíveis na escola, as ações propostas se fazem exequíveis e significam a possibilidade de realizar o acompanhamento efetivo aos egressos no âmbito escolar. As ações visam preencher a lacuna da falta de dados sobre a trajetória dos egressos após conclusão do curso, especialmente quanto a profissionalização. A intenção é saber se eles conseguem se firmar no mercado de trabalho; quais desafios enfrentam nessa atuação; E se a formação recebida na escola o ajuda de alguma forma.

As estratégias para a implementação do plano estão organizadas em ações, responsabilidades, período e custos. Estas foram organizadas utilizando a ferramenta 5W2H, um instrumental que auxilia no planejamento das ações que se deseja propor de modo rápido e eficiente. De acordo com Candeloro (2008), a ferramenta 5W2H é uma espécie de *checklist* utilizada para garantir que a operação seja conduzida sem nenhuma dúvida por parte dos gestores e dos colaboradores. Os 5W correspondem às seguintes palavras do inglês: **Why** (Por quê?), **What** (O que?), **Who** (Quem?), **When** (Quando?), **Where** (Onde?). Os 2H são: **How** (Como) e **How Much** (Quanto custa). As iniciais deram origem ao termo 5W2H, ferramenta que consiste em buscar respostas a sete questões básicas de forma organizada e, no nosso plano, deve possibilitar a realização da gestão dos egressos da escola. Cada ação será descrita minuciosamente para garantir o entendimento de todos.

4.1.1 Interação com instituições concedentes de estágio

As entrevistas realizadas revelaram a necessidade de maior interação da escola com as empresas concedentes de estágio, para conhecimento do processo formativo que a escola proporciona aos seus alunos, como também uma forma de gerar maior credibilidade da escola junto à estas empresas. Além disso, uma maior interação possibilita saber como a empresa percebe a formação adquirida pelo aluno, um feedback necessário ao planejamento escolar.

Para fortalecer essa interação, duas ações são aqui propostas: A primeira ação, consiste num seminário a ser realizado anualmente, no final do primeiro semestre letivo. Para a acolhida será oferecido um café da manhã aos convidados,

representantes das empresas. Propomos uma mesa redonda, no auditório da escola com aproximadamente 150 pessoas, e a presença de representantes das empresas locais concedentes de estágio ou não, convidadas a participar do momento, mediado pela gestão escolar, com a participação dos professores técnicos e estudantes. A intenção é investir no *marketing* escolar, fortalecer a imagem como instituição de ensino profissional de qualidade perante a sociedade e o mercado produtivo local. Serão convidados ainda, para participar do evento, o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas local e o coordenador da CREDE, ambos com voz na mesa redonda.

A gestão apresentará os cursos ofertados pela escola, os professores técnicos apresentarão o perfil desejado para o técnico formado e os estudantes falarão das ações escolares que contribuem com essa formação. Na oportunidade serão apresentadas boas práticas do estágio curricular, bem como os procedimentos necessários para se tornar uma concedente, além de ser um momento para que as dúvidas das empresas sejam sanadas.

No evento será apresentado um questionário, que as empresas já concedentes, deverão responder após o aluno concluir o ciclo do estágio, no segundo semestre, sendo esta a segunda ação. O questionário será composto por dois blocos, o primeiro com a identificação da empresa e os dados dos supervisores; e o segundo com questões onde o supervisor dará seu parecer sobre o desempenho do aluno estagiário, aspectos de destaque e fragilidades percebidas, além de sugestões para melhorias no processo formativo do aluno. Por ocasião da elaboração coletiva do formulário outros aspectos podem surgir como importantes e deverão ser acrescentados.

O formulário no Google forms terá um link que será encaminhado pelos professores técnicos, coordenadores de curso, para o e-mail ou WhatsApp do representante da concedente, ainda no período do estágio. As empresas terão um prazo de quinze dias após a conclusão do estágio para responder, podendo fazer ao mesmo tempo em que for avaliar o estagiário.

O questionário não será apresentado aqui, este deverá ser elaborado coletivamente com a participação de estudantes e professores de forma a contemplar o que desejamos saber da empresa com relação as percepções que têm quanto a formação dos estudantes estagiários. O questionário será elaborado e

encaminhado durante o expediente de trabalho dos professores, utilizando a sua carga horária, portanto, sem custos adicionais.

Quadro 07 – Ações 1 e 2 do PAE na ferramenta 5W2H

Interação com instituições concedentes de estágio		
O que será feito?	Seminário de integração empresa/escola.	Pesquisa (questionário) com empresas concedentes.
Por quê? (Justificativa)	Para apresentar a proposta de formação da escola, os cursos e seus perfis bem como a metodologia do estágio curricular.	Para saber o nível de satisfação da empresa com o aluno estagiário bem como a qualidade da formação dele.
Onde será feito?	No auditório da escola.	Utilizando um formulário no Google forms, devendo ser respondido pelo supervisor de estágio na empresa.
Quem serão os responsáveis?	A equipe gestora e os professores técnicos.	Professores técnicos acompanhado pela coordenadora de estágio.
Quando será feito?	Ao final do primeiro semestre letivo.	Ao final de cada ciclo do estágio curricular.
Como será feito?	Inicia-se com um <i>coffee break</i> , seguindo com uma mesa redonda com convidados da CREDE e membros da equipe escolar (gestores, professores).	Será enviado um link que direciona para o Google forms onde estará hospedado o formulário.
Quanto? (Custos)	Há custos – Evento para 150 pessoas: R\$ 1.500,00 <i>Coffee break</i> e kit composto de bloco de anotação, crachá de identificação e caneta: R\$ 10,00 por pessoa. Observação: Recurso arrecado em parceria com as empresas, caso não seja possível, não terá prejuízos ao evento.	Será elaborado durante o expediente de trabalho dos professores, utilizando a sua carga horária, portanto, sem custos adicionais.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa, 2021.

4.1.2 Divulgação para as escolas do município, das formas de ingresso na escola profissional

A não identificação com o curso técnico foi mencionada na pesquisa como um dos fatores que podem prejudicar a formação do jovem técnico, aliado a imaturidade dos estudantes e a falta de foco. Nesse sentido, a seguinte ação se traduz num evento com o objetivo de fazer uma divulgação ampla dos cursos técnicos e formas de ingresso, perfil do técnico, possibilidades de trabalho e a proposta pedagógica da escola, buscando fazer com que os jovens egressos do ensino fundamental se identifiquem ou não com os cursos ofertados, antes do processo seletivo. Além disso é uma oportunidade para as escolas, por meio de seus gestores, tirarem suas dúvidas com relação à forma de ingresso podendo mobilizar os seus estudantes a se esforçarem no sentido de conseguirem uma vaga na escola profissional.

O evento consiste em receber na escola, os alunos de nono ano, agrupando escolas por regiões do Município para participar de um seminário. Será realizada uma apresentação artística feita pelos alunos da escola como forma de acolhimento aos futuros candidatos. A gestão escolar fará a apresentação dos cursos e forma de acesso, e será feita uma visita guiada pelos professores e estudantes da escola aos espaços pedagógicos (laboratórios, biblioteca, salas de aula, quadra esportiva, etc.) Serão entregues folders explicando sobre os cursos e aspectos fortes da escola.

Poderão ser feitos até quatro grupos com as escolas, desde que não ultrapasse a capacidade do auditório que é de 180 pessoas. À medida que as atividades forem acontecendo, os estudantes e seus professores podem ir perguntando sobre aspectos que tenham dúvidas para que estas sejam imediatamente sanadas pela equipe da escola.

Para a realização dessa ideia será necessário firmar parceria com a Secretaria Municipal de Educação na disponibilização do transporte para trazer os estudantes até a escola. Será destinado um tempo de aproximadamente duas horas para realização dessas atividades. Uma para o seminário de apresentação e outra para a visita guiada. Todas as escolas receberão convite para participar da atividade com o cronograma devendo confirmar presença na data e podendo sugerir mudança, caso a data escolhida seja inviável para a escola.

A ação também será divulgada nas redes sociais da escola Instagram e Facebook, para que estudantes de outros municípios possam tomar conhecimento e tenham a oportunidade de participar, caso queiram.

Quadro 08 – Ação 3 do PAE na ferramenta 5W2H

Divulgação para as escolas do município, das formas de ingresso na escola profissional	
O que será feito?	Visita guiada na escola e seminário para alunos das escolas do Município, bem como seus gestores e professores.
Por quê? (Justificativa)	Para apresentar os cursos ofertados e a estrutura da escola que contribuem para a formação, esclarecendo também os critérios para ingresso na escola.
Onde será feito?	Na EEEP JRD.
Quem serão os responsáveis?	A equipe gestora.
Quando será feito?	No segundo semestre letivo, anualmente.
Como será feito?	Através da apresentação do documentário da escola, slides próprios e folders explicativos.
Quanto? (Custos)	Será realizada durante o expediente de trabalho de todos os colaboradores, portanto sem custos extras.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa, 2021.

4.1.3 Criação de uma rede de comunicação (*networking*).

Um dos aspectos evidenciados como desafio é a manutenção do vínculo do egresso com a escola, os agentes relataram que os estudantes mudam de telefone e por isso não conseguem localizá-los. Na verdade, evidenciamos durante a pesquisa, que não existe nenhuma pretensão da escola em acompanhar o aluno pós-escola, por isso a ação surge pela necessidade de se criar uma rede de comunicação, iniciada quando o aluno ainda estiver na escola. Simon e Pacheco (2017) consideram que desenvolver ações voltadas à manutenção do vínculo com os egressos fortalece as atividades da instituição que integram a gestão e permitem a esta despontar como referência de qualidade de ensino, aumentando inclusive os parceiros.

O objetivo desta ação é mobilizar os egressos a permanecerem vinculados a escola como forma de compartilhar entre eles informações úteis para todos, como ofertas de emprego, cursos e concursos. “Uma rede de relacionamento possibilita que ex-alunos e professores criem um *networking*, proporcionando oportunidades de

trabalho e troca de informações” (SANTOS; SOUZA, 2015, p. 71). É importante que a manutenção do vínculo vá além da realização de enquetes sobre questões de interesse da escola, por isso a criação de espaços de relacionamentos. Uma vez que se sintam pertencentes à escola, os ex-alunos poderão dar um *feedback* sempre que solicitados.

Uma das ações propostas consiste na criação de um grupo no Google grupos. O administrador do grupo será o coordenador do Laboratório de Informática que deverá, a partir de uma conta no Gmail, criar um grupo incluindo o e-mail de todos os estudantes ainda no terceiro ano, no início do primeiro semestre letivo. O objetivo é manter a comunicação via e-mail quando eles ainda tiverem na escola, oportunizando experimentar a ferramenta e iniciar as primeiras correspondências. Para criação do grupo, deve-se seguir o passo a passo: 1º – Acessar o aplicativo ‘google groups’ e clicar em criar grupo, no canto superior esquerdo; 2º – Em seguida, deve-se dar nome ao grupo, escolher as configurações de privacidade e adicionar os e-mails dos estudantes que deverão participar do grupo; 3º – Clicando em ir para o grupo, no canto inferior direito, poderá enviar mensagens através do ícone ‘nova conversa’. Todos os integrantes do grupo receberão as mensagens enviadas, no seu e-mail privado. Essa atividade será realizada durante o expediente de trabalho do professor, não existindo assim, custos extras. O grupo de e-mail tem como objetivo ainda, otimizar o tempo para o envio de mensagens para os estudantes.

A outra ação, é uma comunidade virtual de estudantes, iniciando na terceira série, quando eles ainda estiverem na escola, os egressos e os professores. Esta ação também consiste na criação de um grupo por curso, desta vez associado à uma página do Facebook, criada com essa finalidade. O grupo será uma ferramenta de uso pedagógico que consistirá na socialização de informações, sobre determinado assunto, no Facebook, onde qualquer membro pode compartilhar. Como o grupo depende da aprovação do administrador, ele deve explicitar as regras para participação, fazendo com que os assuntos tratados sejam sempre do objetivo do grupo. Cada pessoa (membro), com a sua conta do Facebook pode acessar como membro do grupo, postar e interagir, além de ter a possibilidade de ter contato com outros participantes, evidenciando cada vez mais a rede de relacionamento daquela área. Através do grupo os estudantes podem manter o vínculo e fortalecer o sentimento de pertencimento com a escola. O objetivo é fazer a divulgação de

eventos dos cursos, vagas de emprego, concursos e cursos, como oportunidades de formação continuada. Outra possibilidade, é o envio do link dos formulários das pesquisas com egressos que serão feitos.

O grupo será criado pelos professores do curso de Informática no primeiro semestre e será coordenado pela gestão escolar. Não haverá custos extras para essa ação, visto que será criado e administrado durante o expediente de trabalho, utilizando a carga horária dos professores.

Quadro 09 – Ações 4 e 5 do PAE na ferramenta 5W2H

Criação de uma rede de comunicação (<i>networking</i>).		
O que será feito?	Um e-mail de grupo com os e-mails de todos os egressos que desejarem participar.	Comunidade de egressos – Uma comunidade virtual dos estudantes na terceira série.
Por quê? (Justificativa)	Para, através do envio de mensagens, integrar todos os técnicos formados e seus professores, deixando os estudantes vinculados a escola e informados acerca das oportunidades de emprego, concurso e formação.	Para manter o vínculo e fortalecer o sentimento de pertencimento do aluno com a escola, inclusive depois de sua formatura. Além de promover a divulgação de eventos dos cursos, vagas de emprego, concursos e cursos como oportunidades de formação continuada.
Onde será feito?	Através do Gmail – e-mail da escola criado com essa finalidade.	No Facebook da EEEP JRD.
Quem serão os responsáveis?	O coordenador do Laboratório de Informática, coordenado pela equipe gestora.	Professores do curso de Informática coordenado pela gestão escolar.
Quando será feito?	No primeiro semestre, iniciando o processo de implementação do sistema de acompanhamento aos egressos.	No início da terceira série, antes do estágio;
Como será feito?	Será criado um grupo no Gmail, de e-mails dos estudantes formados, gestores e professores, onde as mensagens serão enviadas para todos.	Será criada, ainda na terceira série, continuando após a formatura. Uma rede virtual a cada ano, agrupando os estudantes daquele ano. Um grupo para cada curso.
Quanto? (Custos)	Será criado e administrado durante o expediente de trabalho, utilizando a carga horária dos professores, portanto, sem custos adicionais.	Será criado e administrado durante o expediente de trabalho, utilizando a carga horária dos professores, portanto, sem custos adicionais.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa, 2021.

4.1.4 Registro da inserção no mercado de trabalho

O acompanhamento aos egressos é uma ação que, apesar de não ser comum às instituições, traz inúmeros benefícios para aquelas que buscam a melhoria de seus processos. Pela pesquisa ficou evidenciado que na EEEP JRD não é feito esse acompanhamento, especialmente no que se refere aos dados de inserção no mercado de trabalho tendo em vista que se trata de uma escola de educação profissional. A escola deixa de saber sobre o produto ou resultado do seu trabalho.

A ação propõe que os professores técnicos registrem a inserção de todos os egressos que conseguirem adentrar no mercado de trabalho, iniciando um primeiro registro no final do estágio que ocorre geralmente no final de dezembro e início de janeiro. Esse acompanhamento será feito a cada semestre ao longo de três anos. É uma pesquisa simples que deve compor o sistema de acompanhamento aos egressos que deverá ser implementado na escola. Os dados serão registrados numa planilha do Google Drive, compartilhada com todos os interessados, professores e gestores, e serão coletados através de questionários e por telefone de forma que seja possível, a partir da coleta, gerar relatórios e gráficos a partir deles. Esse material deve subsidiar o planejamento da oferta de cursos e das propostas pedagógicas. Deve ainda ser publicado na escola como forma de dar conhecimento a comunidade escolar do serviço que oferece e do trabalho que realiza. Será realizada durante o expediente de trabalho de todos os colaboradores, portanto sem custos extras.

Quadro 10 – Ação 6 do PAE na ferramenta 5W2H

(continua)

Registro da inserção no mercado de trabalho	
O que será feito?	Pesquisa e registro de todos os estudantes egressos que estejam inseridos no mercado de trabalho.
Por quê? (Justificativa)	Para gerar dados de empregabilidade que possam subsidiar a escolha pela oferta de cursos.
Onde será feito?	Pesquisando os egressos por meio de questionários no forms ou por telefone (WhatsApp).
Quem serão os responsáveis?	Professores técnicos
Quando será feito?	Ao final do estágio, semestralmente, durante três anos.
Como será feito?	Por meio de enquete e, caso não se obtenha êxito, através do

	WhatsApp ou telefone. Uma planilha será criada, podendo ser armazenada no Google Drive para ser compartilhada com todos os interessados.
Quanto? (Custos)	Será realizada durante o expediente de trabalho de todos os colaboradores, portanto sem custos extras.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa, 2021.

4.1.5 Assembleias com a comunidade escolar.

Numa perspectiva democrática, é imprescindível que qualquer instituição pública decida seus processos coletivamente, um desafio para a EEEP JRD, especialmente no que se refere a decisão pela oferta de cursos que é liderada pela gestão escolar, sem escuta à comunidade escolar e definida seguindo orientações da SEDUC.

Como a gestão não decide livremente, surge então a necessidade de discussão com todos os segmentos escolares (alunos, pais, professores e servidores) sobre os critérios definidos pela SEDUC para escolha dos cursos, além da apresentação dos dados sobre a empregabilidade dos egressos, dados que serão coletados pela pesquisa de inserção de mercado. A equipe escolar deverá se apropriar de dados econômicos do Município, coletados em setores e sites do Governo municipal ou estadual, pois somente conhecendo o potencial econômico do Município, poderá refletir com a comunidade, possibilidades de cursos que deverão ser ofertados pela escola, garantindo assim a credibilidade dela.

O que deve ser levado em consideração, além dos dados apresentados sobre empregabilidade e os critérios definidos pela SEDUC, são aqueles que contribuem para que a escola alcance a qualidade desejada quanto ao cumprimento de sua função social. Como escola profissional deve considerar o efeito do curso na vida do aluno que forma, por isso a relevância dos indicadores sociais.

As assembleias serão realizadas com representantes dos vários segmentos escolares onde cada um deve ter oportunidade de fala, para sugestão ou questionamento. Acontecerá no início do terceiro período escolar, a partir de agosto e a cada ano, antes da consulta que a SEDUC faz à escola quanto a oferta de cursos para o ano subsequente que acontece todo mês de novembro. Para cada segmento, um encontro, de forma que possamos ouvir o maior número de pessoas quanto as ideias e propostas de oferta, bem como as possíveis justificativas. Os

encontros serão mediados pela Gestão escolar e professores técnicos, no horário de trabalho não acarretando despesas extras.

Quadro 11 – Ação 7 do PAE na ferramenta 5W2H

Realizar assembleia com a comunidade escolar para discutir critérios e possibilidades de oferta dos cursos	
O que será feito?	Assembleia com segmentos escolares – alunos, professores, pais e servidores.
Por quê? (Justificativa)	Para apresentar a comunidade escolar os critérios para escola dos cursos e possibilidades de oferta, observando saturação do mercado de trabalho local, potencial e indicadores econômicos e políticos do Município, bem como indicadores de empregabilidade da escola, como forma de qualificar as decisões.
Onde será feito?	No auditório.
Quem serão os responsáveis?	Gestores e professores técnicos.
Quando será feito?	No início do segundo semestre.
Como será feito?	Através da realização de comitês, onde serão apresentados critérios para escolha dos cursos, possibilidades a partir de estudo acerca dos arranjos produtivos e oportunidades locais.
Quanto? (Custos)	Será realizada durante o expediente de trabalho de todos os colaboradores, portanto sem custos extras.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa, 2021.

4.1.6 Pesquisa longitudinal com os egressos

O acompanhamento aos egressos possibilita às instituições obterem retorno no que se refere à qualidade dos alunos que ela vem formando. Como defendem Lousada e Martins (2005), possibilita ainda avaliar os seus resultados, fazer modificações necessárias e melhorar a qualidade do ensino que oferece. A afirmação acima, justifica as ações que compõem uma pesquisa longitudinal aos egressos da EEEP JRD, tendo em vista que a pesquisa realizada deixou evidente que, na referida escola, ainda não existe um sistema de acompanhamento de seus egressos.

Consideramos que não é fácil realizar pesquisa com egressos, muito em virtude da mudança de vida, da perda dos vínculos que geralmente acontece, no entanto, é válido realizá-la, visto os benefícios já evidenciados no decorrer desta pesquisa.

A primeira ação consistirá em um questionário aplicado com os estudantes ao

ingressarem na escola. Será composto de dois blocos: I) perfil socioeconômico – retratando a origem e os aspectos socioeconômicos: propriedade, renda familiar e escolaridade, variáveis essas que nos permitem classificar a classe social dos estudantes; e o II) tratando da trajetória do estudante antes de ingressar na escola, se estudou em escola pública ou privada e/ou se foi reprovado ao longo do ensino fundamental.

A segunda ação será o acompanhamento ao escolar – aplicação de um mesmo questionário no início da segunda e da terceira séries, também com dois blocos: o I) o nível socioeconômico; e o II) as expectativas do estudante quanto a formação recebida na escola. O objetivo é saber se houve mobilidade social e perceber os anseios dos estudantes que estão na escola. Importante observar que o aluno já está familiarizado com os questionários, o que pode ajudar na quantidade de respondentes para as pesquisas posteriores, quando saírem da escola. A prática da pesquisa com os estudantes também fortalecerá o vínculo e o senso de pertencimento destes para com a instituição. Na ocasião, a gestão escolar ficará responsável por mobilizar os estudantes a responderem a pesquisa.

A terceira ação consistirá nas pesquisas com os egressos. Por meio de um mesmo questionário que será aplicado em seis tempos, no momento da formatura e a cada seis meses, durante três anos. No primeiro momento será feito um cadastro de todos os estudantes contendo informações necessárias para o envio dos questionários seguintes (celular, e-mail). Será utilizado o mesmo questionário, contendo três blocos: I) Perfil socioeconômico – retratando os aspectos socioeconômicos: propriedade (tipo de moradia), renda familiar e escolaridade, já utilizados nos dois outros questionários, além do estado civil; II) Avaliação da escola e do curso – neste bloco as questões permitem colher a opinião do aluno sobre aspectos vividos por ele quando esteve na escola, permitindo avaliar a escola e seu curso, sua preparação para o exercício de sua profissão e para a universidade; e III) Trajetória pós escola – questões onde o aluno vai dizer dos caminhos seguidos após sair da escola: qual sua ocupação, se trabalha, se estuda, se trabalha e estuda; se o que faz tem alguma relação com o curso técnico, se estuda, qual tipo de instituição, se o que ele estudou na escola contribui com o que ele está fazendo agora, satisfação com o trabalho que desenvolve, formas de ingresso no mercado de trabalho, dentre outros aspectos que a equipe escolar julgar importante.

Todos os questionários serão elaborados coletivamente e construídos no

Google forms e o link será enviado aos egressos, por e-mail ou por WhatsApp.

Os questionários via Google forms foram bastante utilizados a partir do ano 2020 com os estudantes da escola pesquisada. O período de isolamento social e com o ensino de forma remota levou professores e estudantes a uma maior familiaridade com este recurso, seja para realização de avaliações, seja para coletar informações solicitadas pela SEDUC acerca dos estudantes. Por isso realizar as pesquisas com egressos via Google forms é considerada nesse momento a melhor prática para aumentar a probabilidade de se obter as respostas que buscamos.

Como guia para elaboração dos questionários observaremos os estudos de Marchesan e Ramos (2012) quanto a definição dos objetivos, conceitos, modo de apresentação das perguntas e do questionário e instruções. Os autores indicam que “o questionário é um instrumento importante de coleta de dados [...] e quanto mais bem elaborado o questionário, tanto mais válidas serão as respostas e mais confiável será a discussão” (MARCHESAN; RAMOS, 2012, p. 449). Por isso os questionários previstos nas ações deste plano serão elaborados posteriormente. Entendendo que é necessário ouvir os agentes escolares para assim construí-los coletivamente, na escola. Acredito que professores e demais agentes escolares conhecem em detalhes a escola e seus clientes, e podem trazer contribuições importantes e informações reais que dão ao questionário possibilidades de alternativas factíveis de serem colocadas à prova. Serão compostos pelos blocos e questões já mencionados visando atender ao que se deseja conhecer sobre os estudantes e egressos e assim intervir na realidade da escola. Serão elaborados durante o expediente de trabalho dos professores, utilizando a sua carga horária, portanto, sem custos adicionais.

Quadro 12 – Ação 8, 9 e 10 do PAE na ferramenta 5W2H

Pesquisa longitudinal com os egressos			
O que será feito?	Questionário de ingresso – será aplicado um questionário ao ingressar na escola.	Acompanhamento do escolar – pesquisa socioeconômica com os estudantes na 2ª e 3ª série.	Aplicação de questionário com os egressos.
Por quê? (Justificativa)	Para conhecer o perfil socioeconômico do aluno ao ingressar na escola e sua trajetória antes do ingresso.	Para fortalecer os vínculos e manter o aluno engajado na escola.	Para pesquisar a trajetória do aluno pós escola, após a conclusão do ensino médio.
Onde será feito?	Na EEEP JRD, utilizando o Google forms.	Na EEEP JRD, utilizando o Google forms.	Na EEEP JRD, utilizando o Google forms.
Quem serão os responsáveis?	Grupo de trabalho coordenado pela gestão escolar.	Grupo de trabalho coordenado pela gestão escolar.	Grupo de trabalho coordenado pela gestão escolar
Quando será feito?	Após a regularização da matrícula do estudante.	No início da segunda e da terceira série.	A primeira aplicação no momento da formatura, (tempo zero) e as outras edições a cada seis meses (tempos 1, 2, 3, 4 e 5), durante 3 anos.
Como será feito?	Os questionários serão construídos coletivamente com a equipe escolar e terão dois blocos: I) Perfil socioeconômico; e II) Trajetória escolar no ensino fundamental e perspectivas do estudante. O link será enviado aos egressos direcionando-os para o Google forms onde estará hospedado o formulário.	Os questionários serão construídos coletivamente com a equipe escolar e terão dois blocos: I) Perfil socioeconômico; e II) Expectativas do estudante e sua percepção sobre a escola. O link será enviado aos egressos direcionando-os para o Google forms onde estará hospedado o formulário.	Será utilizado o mesmo questionário, contendo três blocos: I) Perfil socioeconômico; II) Avaliação da escola e do curso; e III) Trajetória pós escola. O link será enviado aos egressos direcionando-os para o Google forms onde estará hospedado o formulário.
Quanto? (Custos)	Será elaborado durante o expediente de trabalho dos professores, utilizando a sua carga horária, portanto, sem custos adicionais.	Será elaborado durante o expediente de trabalho dos professores, utilizando a sua carga horária, portanto, sem custos adicionais.	Será elaborado durante o expediente de trabalho dos professores, utilizando a sua carga horária, portanto, sem custos adicionais.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa, 2021.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação tratamos do acompanhamento de egressos na EEEP JRD, com o objetivo de verificar se a escola realiza pesquisa com egressos, como realiza e quais as possibilidades para aprimorar essa prática. Para isso fez-se consulta ao seu acervo documental, relatórios da coordenação e secretaria da escola, SIGE escola, além de outros registros, buscando evidências para comprovar ou não a existência de um sistema de acompanhamento aos ex-alunos. Ao final, o trabalho apresenta como proposta de intervenção ações possíveis de serem realizadas com a finalidade de manter a comunicação com este público e um sistema de acompanhamento de egressos que contribua com o planejamento da escola.

Para compreensão do caso de gestão aqui estudado partimos da seguinte questão: Como o acompanhamento de egressos poderia subsidiar a gestão da oferta dos cursos técnicos na escola? Descrevemos a escola, abordando os registros dos critérios utilizados para escolha dos cursos ofertados e apresentamos alguns dados dos ex-alunos, em seguida identificamos os desafios vivenciados pela escola no que tange ao processo de acompanhamento de egressos. Ao final propomos um Plano de Ação Educacional que possibilite implementar um sistema de acompanhamento aos egressos de forma que os dados coletados possam contribuir com a decisão da oferta de cursos e com o processo formativo.

Apresentamos os desafios historicamente evidenciados no ensino médio brasileiro e na educação profissional, com enfoque para a dualidade existente em sua estrutura e a falta de identidade. Abordamos a política do Estado do Ceará para essa modalidade de ensino com a implantação da rede de escolas com oferta de ensino médio integrado à educação profissional e em tempo integral que sofreu grande expansão na última década.

Nesse trabalho utilizamos o método da pesquisa qualitativa, que nos permitiu captar ricas informações, pela grande interação entre a pesquisadora e os agentes escolares participantes da pesquisa, possibilitando assim uma análise segura sobre o caso de gestão. Para a investigação utilizou-se a entrevista estruturada realizada de forma virtual, pela necessidade de isolamento social, um desafio imposto pela pandemia de COVID 19. As entrevistas foram realizadas durante o pico da segunda onda da doença aqui no Ceará, entre os meses de março e maio de 2021.

Destacamos aqui que a força, determinação e o foco, foram primordiais para a continuidade da pesquisa.

Constatamos ao longo do trabalho, a importância de um sistema de acompanhamento de egressos para as instituições, como potencialidade para avaliação da prática formativa, melhoria do planejamento da escola, adaptação do currículo e para qualificar as decisões quanto a oferta de seus cursos. Os egressos se apresentam como atores potenciais de informações quanto aos objetivos da instituição, atuação no mercado, benefícios e qualidade da formação recebida e possibilidades de ajustes no currículo.

A pesquisa de campo realizada com os agentes escolares revelou que não existe um acompanhamento sistemático aos egressos da escola. Ficou evidente a falta de registros da inserção no mercado de trabalho, nem existem ações de escuta ou pesquisa aos ex-alunos, deixando assim de proceder avaliação quanto aos objetivos de seu trabalho no eixo formação profissional. Somente faz o registro dos alunos que ingressam na universidade quando concluem o ensino médio, mas não existe continuidade.

Mesmo sabendo a importância que uma pesquisa dessa natureza tem para uma instituição, esse não é um tema comum de ser tratado pelas instituições brasileiras. Simon e Pacheco (2017) registram em seu trabalho a dificuldade de localizar obras na literatura brasileira que trate do tema gestão e acompanhamento de egressos.

Outros desafios também foram evidenciados no curso do trabalho, que sugerem novas investigações: a escola supervaloriza o ingresso na universidade, aposta num trabalho voltado para o ENEM e a equipe escolar trata isso como fator de qualidade da escola profissional; existe a necessidade de melhorar a integração curricular para melhor atender aos objetivos da instituição; há ainda a necessidade da gestão escolar oportunizar maior participação de seus atores nas decisões da escola com vista a uma gestão mais democrática. Temas relevantes, mas que não eram o foco desta pesquisa e por isso não foram aprofundados.

Frente ao cenário aqui posto, ficam as propostas de intervenção nessa realidade. São ações necessárias a uma mudança de percurso, mas também de paradigmas da equipe escolar visto que estamos tratando de uma escola de educação profissional. São intervenções com foco nos problemas evidenciados, organizadas em torno dos quatro eixos principais: a) os desafios impostos à escola

em formar o profissional e cumprir sua função social; b) avaliação dos cursos técnicos; c) desafios do planejamento; e, d) acompanhamento aos egressos. Ações e atividades que se complementam em torno do nosso maior objetivo.

É válido destacar as contribuições desta pesquisa para a minha atuação como gestora da escola pesquisada, pois ampliou minha percepção acerca da importância de conhecer os usuários de um serviço, neste caso, os egressos e sua percepção destes sobre a formação recebida. Um trabalho que tem forte relação com o serviço público e que por isso deve gerar de fato resultados satisfatórios.

Uma pesquisa com os egressos permite a eles conhecerem a qualidade da formação técnica recebida pela escola e a influência em suas vidas, ajudando ainda a escola cumprir sua responsabilidade social e buscar uma melhoria contínua.

Por fim, a partir da pesquisa, percebemos que é possível implementar uma política de acompanhamento de egressos no âmbito da EEEP JRD, podendo ser replicado por outras escolas se assim o desejarem. A proposta é que seja uma ação contínua realizada com a finalidade de acompanhar a trajetória desse público para obtermos análises mais sólidas ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

ADELCOCO. Disponível em: <https://adelcocobrasil.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BANCO DO NORDESTE. **Informações Socioeconômicas Municipais**, Trairi, Ceará, 2019. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/80223/3021436/Trairi-CE-2019.pdf/3af3bb04-834e-bd81-919b-f18e94358c5f>. Acesso: em 15 jul. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 ago. 2020.

_____. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 05 mai. 2020.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 05 mai. 2020.

_____. Decreto nº 6.302 de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 4, 13 dez. 2007.

_____. **Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta o § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao **caput** do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: out. 2020.

_____. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da Educação

Profissional e tecnológica. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 05 mai. 2020.

_____. **Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. A reforma do Novo Ensino Médio. Altera as Leis n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, e o Decreto-Lei n° 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n° 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 12 nov. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Guia de implementação da base nacional comum curricular**: Orientações para o processo de implementação da BNCC. 2018. Disponível em:

https://implementacaobncc.com.br/wp-content/uploads/2018/06/guia_de_implementacao_da_bncc_2018.pdf. Acesso em: 15 out.2021.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Centenário da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Histórico. Brasília, DF, 2009b. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 25 abr. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)**. Brasília, DF, 2009c.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 05/2011**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&Itemid=30192. Acesso em: 12 set. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 set. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB Nº 7/2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 set. 2020.

_____. **Portaria MEC nº 438, de 28 de maio de 1998**. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. 1998.

BODIÃO, Idevaldo da Silva. Considerações sobre a reforma do ensino médio do governo Temer. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 25, n. 2, p. 109-127, abr./jun., 2018. Disponível em:

<http://www.periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/9296>. Acesso em: 15 ago. 2020

BRITO, Renato de Oliveira; CARNIELLI, Beatrice Laura. Gestão participativa: uma matriz de interações entre a escola e a comunidade escolar. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, SP: UFSCar, v. 5, n. 2, p. 26-41, nov. 2011. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em: 15 out 2020.

BURGOS, Marcelo Tadeu Baumann; BELLATO, Caíque Cunha. Gerencialismo e pós-gerencialismo: em busca de uma nova imaginação para as políticas educacionais no Brasil. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 03, p. 919-943, set./dez., 2019. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752019v939>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Catálogo de cursos. (*Online*). Disponível em:

https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=241. Acesso em: 16 ago. 2020.

CEARÁ. Decreto nº 31.163 de 11 de março de 2013. Dispõe sobre a Gratificação de Desempenho aos ocupantes de cargos comissionados e professores lotados nas EEEPs, com jornada em tempo integral. **Diário Oficial de Estado**, 12 mar. 2013.

_____. **Decreto nº30.282, de 04 de agosto de 2010**. Aprova o regulamento, altera a estrutura organizacional e dispõe sobre a denominação dos cargos de direção e assessoramento superior da secretaria da educação (SEDUC), e dá outras providências. DOE. N. 146, 5 ago. 2010.

_____. **Documento Base do Plano Estadual de Educação do Ceará Eixo Temático** – Ensino Médio e Profissional, 2015. Disponível em:

<http://aprece.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Documento-Base-PEE-Valorizacao-de-Profissionais-da-Educacao.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

_____. Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências. 2008b. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, série 2, ano XI, nº 245, caderno 1/3, p. 1, 23 dez. 2008.

_____. **Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará**. (*Online*) Fortaleza, Março, 2008a. Disponível em: https://observare.slg.br/wp-content/uploads/2020/08/pi_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

_____. **Portaria nº 0612/2020 – SEDUC**. GAB. Estabelece as normas para matrícula dos estudantes nos estabelecimentos de ensino públicos estaduais para o ano de 2021, e dá outras providências. DOE n. 274. Fortaleza, 10 dez. 2020.

_____. **PORTARIA nº 0612/2020 – SEDUC**. GAB. Estabelece as normas para matrícula dos estudantes nos estabelecimentos de ensino públicos estaduais para o ano de 2021, e dá outras providências. DOE, p. 81-86. Fortaleza, 10 dez. 2020.

_____. Secretaria da Educação Básica. Coordenadoria de Educação Profissional. **Referenciais para as EEEPs**. Fortaleza, 1ª versão, 2010, atualização, 2013.

_____. Secretaria da Educação Básica. Coordenadoria de Educação Profissional. **Relatório de Gestão: O pensar e o fazer da educação profissional no Ceará, 2008-2014**. 2014. Disponível em:
https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/relatorio_de_gestao_2008_2014/relatorio_de_gestao_2008_a_2014.pdf. Acesso em: 28 fev.2020.

_____. Secretaria de Educação, Coordenadoria de Educação Profissional. **Plataforma Conexão Trabalho Ceará**. (Online). Disponível em:
<https://conexaotrabalhoceara.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 24 jun. 2020.

_____. Secretaria de Turismo. **Indicadores Turísticos 1995-2016** (Online). Disponível em:
<https://www.setur.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/59/2016/11/indicadores-turismo-1995-2016.pdf>. Acesso em: 11 ago.2020.

_____. **Sistema Integrado de Gestão Escolar**. Disponível em:
<http://sige.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2020.

_____. Ministério da Educação. Resumo Técnico. Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, Brasília, DF, 2020. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2019/resumo_tecnico_ideb_2019_versao_preliminar.pdf. Acesso em: 06 set. 2021.

Centro de Referência em Educação Integral (Online) de 04/07/2018. Disponível em:
<https://educacaointegral.org.br/reportagens/entenda-as-divergencias-sobre-reforma-ensino-medio-bncc-que-fizeram-callegari-renunciar/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun., 2011.

COELHO, N.S, COSTA. C.A.G da, VILELA, M. do S. S. **Avaliação do programa de desenvolvimento do turismo no Nordeste do Brasil – PRODETUR/NE I**, na qualidade de vida da população de baixa renda no estado do Ceará. Disponível em:
http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos_2008/8.pdf. Acesso em: 24 de ago. 2020.

Complexo eólico inicia operação plena no Ceará. Edição *online*. **Diário do Nordeste**. Fortaleza 08 de abril de 2017. Disponível em:
<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/complexo-eolico-inicia-operacao-plena-no-ceara-1.1734897>. Acesso em: 15 ago. 2020.

Conjunto Eólico Trairi. (*Online*). **Engie**. Disponível em: <https://www.engie.com.br/complexo-gerador/usinas/conjunto-eolico-trairi/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

COSME, Ítalo. Ceará atinge 38% de escolas de Ensino Médio com tempo integral. **Jornal OP+**, 2020. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/cidades/2020/02/14/ceara-atinge-38--de-escolas-de-ensino-medio-com-tempo-integral.html>. Acesso em: 11 ago. 2020.

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, (*Online*), v. 28, n. 100, Campinas, out. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000300022&script=sci_arttext. Acesso em: 22 jul. 2021.

EEEP José Ribeiro Damasceno. **Documentos internos**, Trairi, 2019.

EEEP José Ribeiro Damasceno. **Projeto Político Pedagógico**. Trairi, 2015.

EEEP José Ribeiro Damasceno. **Relatório Anual**. Trairi, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019.

ESPARTEL, L. B. O uso da opinião dos egressos como ferramenta de avaliação de cursos: O caso de uma instituição de ensino superior catarinense. **Revista Alcance**, v. 16, n. 1, p. 102-114, 2009. Disponível em: <http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/1050/859>. Acesso em: 22 jul. 2021.

FERREIRA, Maria de Fátima Soares. Situação da inserção no mercado de trabalho dos egressos dos cursos técnicos dos Centros de Educação Profissional do Município de Santana-Amapá/Brasil. *Arandu Utic – Revista Científica Internacional*, ISSN 2409-2401, v. 7, n. 2, 2020, p. 229-244. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7673570>. Acesso em: 24 jul. 2021.

FERRETI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**. DOI: 10.5935/0103-4014.20180028 *Ensino de Humanidades 26*, Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, São Paulo. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000200025. Acesso em: 12 ago. 2020.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do decreto 5.154/2004 um debate no contexto controverso da democracia restrita. *Debate. Trabalho necessário*, a. 3, n. 3, p. 1-26. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4578>. Acesso em: 15 ago. 2020.

GANZELI, Pedro. O processo de planejamento participativo da unidade escolar. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 1, p. 26-

41, 2001. DOI: 10.22633/rpge. v0i1.9129. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9129>. Acesso em: 6 nov. 2020

GARCIA. Sandra Regina de Oliveira. **A educação profissional integrada ao ensino médio no Paraná: avanços e desafios**. Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Educação. UFP, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2009. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/D09_oliveiragarcia.pdf . Acesso em: ago. 2020.

GILIO, Ismael. **Trabalho e Educação: Formação Profissional e mercado de trabalho**. São Paulo. Nobel. 2000.

GUIMARÃES. Maria Angélica Miranda; SALLES. Mara Telles. O acompanhamento de egressos como ferramenta de inserção no mercado de trabalho. **Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. 2016. Disponível em:
<https://www.inovarse.org/node/2253>. Acesso em: 15 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sinopse do Censo Demográfico 2010. (*Online*). Disponível em:
https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=231350 . Acesso em: 16 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Panorama (*Online*). Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/trairi/panorama>. Acesso em: 07 ago.2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – Inep. **Portal do Governo Brasileiro**. Ideb. Brasília, IDEB – Resultados e Metas (*Online*). 2019. Disponível em:
<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=4722500>. Acesso em: 22 set. 2020

KRAWCZYK. N. **Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil hoje**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 752-769, set./dez., 2011. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a06.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2020.

KUENZER, A.Z. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educação & Sociedade** (*Online*). 2010, vol. 31, n.112, p. 851-873. ISSN 1678-4626. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000300011&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 20 ago. 2020.

LIMA, Ana Léa Bastos, Escolas Estaduais de Educação profissional – a experiência de ensino médio integrado à educação profissional no Ceará a partir de 2008. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. **Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública**, 2014, p. 18-49. Disponível em:
<http://www.mestrado.caeduff.net>. Acesso em: 15 ago. 2020.

LOUSADA, A.C. Z.; MARTINS, G.A. Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de Ciências Contábeis. **Revista Contabilidade e Finanças**. v. 16, n. 37, 2005.

MACHADO, Antonio de Sousa. **Acompanhamento de Egressos: Caso CEFET/PR – Unidade Curitiba**. 2001. 134p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Departamento de Pós-Graduação, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

Manifesto do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio sobre a Medida Provisória. **Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – Anped**, 23 set. 2016 (*Online*). Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/manifesto-do-movimento-nacional-em-defesa-do-ensino-medio-sobre-medida-provisoria>. Acesso em: 18 ago. 2020.

MARCHESAN, M. T. Nunes; RAMOS, A. Gonçalves. Check list para a elaboração e análise de questionários em pesquisas de crenças. **Domínios de Linguagem**, v. 6, n. 1, p. 449-460, 3 jul. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/14796>. Acesso em: 15 out 2021.

Matrizes Curriculares 2020. (*Online*). Disponível em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=219&Itemid=348. Acesso em: 10 ago. 2020.

MICHELAN, L. S.; HARGER, C. A.; EHRHARDT, G.; MORÉ, R. P. O. Gestão de egressos em Instituições de Ensino Superior: possibilidades e potencialidades. **Anais IX Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América Latina**. Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/36720/Gest%C3%A3o%20de%20egressos%20em%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino%20superior%20Possibilidades%20e%20potencialidades.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 out. 2021.

MIRANDA, Claudio de Souza; PAZELLO, Elaine Toldo; LIMA, Cristina Bernardi. Egressos como instrumento de avaliação institucional: uma análise da formação e empregabilidade dos egressos da FEA-RP/USP. **Revista Gestão Universitária na América Latina** – GUAL, vol. 8, n. 1, 2015, p. 298-321. Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=319338454016>. Acesso em: set. 2021.

MOLL, Jaqueline. Conceitos e pressupostos: o que queremos dizer quando falamos de educação integral? **TV escola**. Salto para o futuro, Ano 18. Boletim 13 – Agosto de 2008.

NASCIMENTO, Iandra Virginia Oliveira. Os Arranjos Produtivos Locais do Turismo nas Praias do Trairi – Ceará. (*Online*). Dissertação de mestrado. **Universidade Estadual do Ceará**. Fortaleza, CE, 2008, Disponível em:

http://www.uece.br/mag/dmdocuments/iandra_virginia_dissertacao.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

NETO, Nicolino Trompieri; CAVALCANTE, Alexandre Lira; MAIA, Ana Cristina Lima; SULIANO, Daniel Cirilo; PONTES, Paulo Araújo Pontes; PAIVA, Witalo de Lima Paiva. **A Economia do Ceará: Uma Análise Setorial no Período 2002-2018**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6034753/2019_CJES_18CE.pdf/de2e64c9-9fda-9722-8f9b-bac573e56df1. Acesso em: 17 set. 2021.

TAXAS de Rendimento (2019). **QEDU**. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/brasil/taxas-rendimento/rede-publica/rural-e-urbana?year=2019>. Acesso em: 02 ago. 2021.

OLIVEIRA, Sulamita Torres de; JUNIOR, Antônio Germano Magalhães Junior. A Escola Estadual de Educação Profissional no Ceará: Desvendando a Formação de Articulação Integral. **Revista Conhecer: debate entre o público e o privado**. v. 05, n. 15, p. 86-106, 2015.

PACHECO, Suzana Moreira. Educação integral, indicadores sociais e aprendizagem escolar. **TV escola**. Salto para o futuro, Ano 18. Boletim 13 – Agosto de 2008.

PAKENAS, H.; FILHO, J. de Jesus. Evasão e Abandono no Ensino Médio. **Revista Internacional De Debates da Administração & Públicas – RIDAP**, v. 2, n. 1, p. 59-74, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/RIDAP/article/view/1273>. Acesso em 20 de out. 2020.

PENA, Mônica Diniz Carneiro. Acompanhamento de egressos: uma análise conceitual e sua aplicação no âmbito educacional brasileiro. **Educação & Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 25-30, jul./dez., 2000. Disponível em: <https://www.seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/issue/view/2>. Acesso em: jul. 2021.

PEREIRA, B.P; LOPES, R.E. Por que ir à escola? Os sentidos atribuídos pelos jovens do ensino médio. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 193-216, jan./mar., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/4Wjh6HbfcJWnFcWgkRrvYS/>. Acesso em: mar. 2021.

PEREIRA, André Luis Gonçalves; OLIVEIRA, Ramon de. A inserção dos egressos dos cursos técnicos do Pronatec no mercado de trabalho. **Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação**. Dossiê Infância, Cultura e História, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 917-938, jul./set., 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/issue/view/2735>. Acesso em: 12 out. 2021.

Programas e Projetos. Enem Chego Junto Chego Bem, 2018, (*Online*). Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2018/01/01/enem-chego-junto-chego-bem/>. Acesso em: 27 nov. 2020

PIB do Ceará de 2018 fecha em 1,01%. **Ipece**, 29 mar. 2019. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/2019/03/29/pib-do-ceara-de-2018-fecha-em-101/>. Acesso em: 17 set. 2021.

RIOS, E. N.; História, perspectivas e contradições no Ensino Médio Integrado na Rede Federal de Educação Profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 20, p. 1-11, e7389. jun., 2021. ISSN 2447-1801. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2021.7389>. Acesso em: 17 out. 2021.

ROCHA, B. O.; FILGUEIRA, J. M.; COSTA, L. F.; GALVÃO, L.; VIANA, R. Egressos do CEFET/RN: avaliação da formação, inserção no mundo do trabalho e perspectiva de requalificação. *In: Holos*, Ano 21, dezembro 2005, v. 3. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/80>. Acesso em: 11 nov. 2020.

SANTOS, Anselmo Luis dos; GIMENEZ, Denis Maracci. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Estudos Avançados (Online)**. 2015, v. 29, n. 85, p. 153-168. ISSN 1806-9592. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500011>. Acesso em 07 set. 2021.

SANTOS, J.G.dos ; SOUZA, R.S.de. Proposta de acompanhamento dos egressos do IFB com base em um estudo do acompanhamento dos egressos em nível nacional. **Revista EIXO**. Brasília, DF, v. 4, n. 01, jan./jun., 2015.

SEVERNINI, E. R.; ORELLANO, V. I. F. O efeito do ensino profissionalizante sobre a Probabilidade de Inserção no Mercado de Trabalho e sobre a Renda no Período Pré-PLANFOR. **Revista Economia**. Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 155-174, jan./abr., 2010.

SILVA, Monica Ribeiro; PELISSARI, Lucas Barbosa; STEIMBACH, Allan Andrei. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. **Educação e pesquisa**. v. 39, n. 2, p. 403-417, São Paulo, abr./jun., 2013.

SIMON, L.; Pacheco, A. Ações de acompanhamento de egressos: um estudo das universidades públicas do sul do Brasil. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, vol. 3, n. 2, p. 94-113, abr./jun., 2017, ISSN 2447-3944. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/view/2023/1354>. Acesso em: 16 mar.2021.

SISTEMA ENEM. Aprovações em IES por tipo de ingresso/instituição. Disponível em: http://enem.seduc.ce.gov.br/enem/paginas/relatorios/aluno/consolidado_media_notas_turmas.jsf. Acesso em: 14 ago. 2020.

SISTEMA PRESENÇA. (Online). Disponível em:

<http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br/presenca/controller/login/efetuarLogin.php>. Acesso em: 06 ago. 2020.

SOUSA, Sergio. Complexo Eólico de R\$ 540 mi é concluído no CE. Edição *online*. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 05 abr. 2014. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/complexo-eolico-de-r-540-mi-e-concluido-no-ce-1.972141>. Acesso em: 12 ago.2020.

STEFANINI, Debora Maria. **As relações entre educação e trabalho nas trajetórias de alunos de uma escola técnica**: uma análise a partir de Bourdieu. Dissertação de Mestrado São Carlos, UFSCar, 2008.

TEIXEIRA, G. C. S.; MACCARI, E. A. Proposição de um plano de ações estratégicas para associações de alunos egressos baseado em benchmarking. **Anais XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU**. Florianópolis, Brasil, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131917/2014-260.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 out. 2021.

Trairi busca vencer os desafios do desenvolvimento socioeconômico. Edição *online*. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 08 jan. 2014. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/trairi-busca-vencer-os-desafios-do-desenvolvimento-socioeconomico-1.790401>. Acesso em: 15 ago. 2020.

TRAIRI/PPA. Gabinete do prefeito. **Lei 804/2017**. Dispõe sobre o Plano Plurianual do município de Trairi para o quadriênio 2018-2021.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** (Conferência de Jomtien – 1990). (*Online*). Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: ago. 2020.

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi – 2 ed., Porto Alegre, Bookman, 2001.

APÊNDICE A: Roteiro de Entrevista Estruturada aplicada aos Agentes Escolares: Coordenador de Curso Técnico, Professores Orientadores de Estágio e Coordenadores Escolares

1 CARACTERIZAÇÃO E TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

- a) Idade : _____ anos
- b) Sexo () feminino () masculino
- c) Formação profissional:
- d) Tempo de atuação na área:
- e) Tempo que desempenha essa função na escola:

2 PERCEPÇÃO SOBRE A ESCOLA

2.1 Desafios impostos a escola em formar o profissional e cumprir sua função social

- a) Na sua opinião a implantação da escola profissional trouxe contribuições para o desenvolvimento socioeconômico e/ou cultural do Município? Exemplifique.
- b) Como as disciplinas ministradas por você contribuem com a formação profissional técnica oferecida pela escola?
- c) Você acredita que a integração curricular da base comum com a base técnica contribui para a formação do aluno? O ensino oferecido pela escola atende à perspectiva da formação integral do aluno? Essa relação é importante?
- d) Tendo em vista a função maior da escola profissional, especialmente por ser uma escola pública, você acha que, especialmente a nível local, ela tem contribuído para diminuir ou aumentar as desigualdades sociais entre os jovens?
- e) Existe na escola uma preocupação com os indicadores especialmente referente ao ingresso na universidade. A qualidade da escola profissional pode ser medida apenas por esse ingresso? Justifique.
- f) Conforme aponta a lei de criação das EEEPS, o ensino médio integrado à educação profissional a ser oferecido nestas escolas deve “garantir a necessária articulação entre a escola e o trabalho (CEARÁ, 2008), você acredita que esse objetivo está sendo alcançado? Justifique.

2.2 Avaliação dos cursos

- a) O aluno formado pela escola profissional está preparado para atuar no mercado do trabalho e apto a desenvolver as funções da profissão? Se sim, cite alguns fatores que contribuem para essa formação.
- b) Você visualiza possibilidades de inserção no mercado de trabalho local, para os egressos dos cursos técnicos da escola? Você acredita que existe demanda local que possa absorver a mão de obra?
- c) Você considera que os cursos ofertados pela escola dialogam com os

- arranjos produtivos locais podendo o Município absorver a mão de obra formada? Existe algum levantamento de informações nesse sentido?
- d) Como você percebe a relação das empresas locais com a escola no que se refere a possibilidade de contratação de um aluno egresso da EEEP.
 - e) Na sua opinião, o que pode ser feito para ampliar a inserção dos egressos no mercado de trabalho? Apresente sugestões. Existe na escola ações pedagógicas que conduzem à aproximação do que é ensinado com o mundo do trabalho? Se sim, cite exemplos. Se não, justifique.

2.3 Desafios do Planejamento

- a) Você tem conhecimento sobre os critérios para a escolha dos cursos que são ofertados na escola?
- b) A escola escuta a comunidade escolar para decidir sobre a oferta? Você participa da discussão para essa definição?
- c) Você considera que a forma da escolha dos cursos da forma como é feita atende as expectativas da escola? Justifique.
- d) Em sua opinião, que contribuições uma pesquisa de acompanhamento de egressos pode trazer para a escola? Uma pesquisa assim, pode colaborar com o planejamento da escola em termos de oferta de cursos, qualidade da formação, percursos formativos?
- e) É possível adaptar o currículo após ouvir os estudantes ?

2.4 Acompanhamento de egressos

- a) O que você sabe sobre os caminhos seguidos pelos alunos após concluírem o curso técnico:
 - i. Conseguem se firmar no mercado de trabalho?
 - ii. E os que vão para a universidade, quais desafios enfrentam?
 - iii. Conseguem concluir com êxito o ensino superior?
- b) Você sabe dizer se os alunos enfrentam desafios no exercício da profissão e se estes desafios se relacionam a formação recebida na escola?
- c) Existe na escola ações sistemáticas de acompanhamento de egressos, com a finalidade de acompanhar a trajetória do aluno após o término do curso, como empregabilidade, ingresso e conclusão no ensino superior? Você considera essa prática relevante?
- d) Na sua opinião, existem dificuldades para a realização de um acompanhamento dos egressos? Quais?
- e) Na sua opinião é importante ouvir os alunos para conhecer sua trajetória após concluir o ensino médio? Se sim, como isso pode ser feito?
- f) Como você analisa a possibilidade de implantar uma pesquisa com egressos na escola?